

GINO SCHLESINGER

**O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
NA POLÍTICA FISCAL DOS MUNICÍPIOS:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS MESORREGIÕES
NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSE**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Políticas Públicas, do curso de Mestrado
Profissionalizante, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal
do Paraná.**

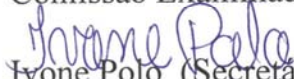
**Orientador: Prof. Cássio Frederico
Camargo Rolim**

CURITIBA

2005



04-Ata da sessão pública da arguição da Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico Profissionalizante. Aos dez dias do mês de junho de dois mil e cinco, as 14:00 horas, na sala 47 do Setor de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Campus III - Jardim Botânico, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores: **Cássio Frederico Camargo Rolim (orientador), Maurício Aguiar Serra, Walter Shima**, designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, para arguição da Dissertação de Mestrado Profissionalizante apresentada pelo candidato **Gino Schlesinger**, intitulada **“O impacto das transferências intergovernamentais nas políticas de gastos fiscais dos municípios dos mesorregiões norte pioneiro e sudoeste : Uma análise comparativa”**. A sessão teve início com a exposição oral do Mestrando sobre o estudo desenvolvido, tendo o Professor **Cássio Frederico Camargo Rolim**, na Presidência dos trabalhos, concedido a palavra, em seguida, a cada um dos Examinadores, para realização de suas respectivas arguições. A seguir, o Mestrando apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. Em seguida, reunida sigilosamente, a Banca Examinadora decidiu-se pela aprovação do candidato atribuindo-lhe as seguintes notas: Professor **Cássio Frederico Camargo Rolim (10,0), Mauricio Aguiar Serra (10,0), Walter Shima (9,5)**, do que resulta a **média (9,83), equivalente ao conceito (A)**. Em seguida, o Senhor Presidente declarou aprovado, o Mestrando **Gino Schlesinger**, que recebeu o título de Mestre em Desenvolvimento Econômico Profissionalizante, área de concentração **Políticas de Desenvolvimento**. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual eu, Ivone Polo, secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela Comissão Examinadora. Curitiba, 10 de junho de 2005.


Ivone Polo (Secretária)


Prof. Cássio Frederico Camargo Rolim (orientador)


Prof. Mauricio Aguiar Serra


Prof. Walter Shima

À Cristina

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação.

Aos meus amigos e colegas do Iparde, pela solicitude.

À Sieglinde Kindl da Cunha, pelo empenho em viabilizar o mestrado profissionalizante em políticas públicas.

Ao Jorge Sebastião de Bem, à Marisa Sugamoto, ao Paulo Roberto Delgado e à Rosa Maria Moura da Silva, pelos esclarecimentos às minhas dúvidas e indagações.

À Sachiko Araki Lira, pela inestimável presteza na ajuda à minha interpretação e entendimento da metodologia estatística utilizada, e pelos cálculos gerados a partir do *software* estatístico. Ao Sérgio Aparecido Ignacio, pelas sugestões na área de estatística.

À Eliane Maria D. Mandu, pela ajuda referente à aplicação das normas gráfica e tabular, à Estelita Sandra de Matias, pela revisão, e à Maria Laura Lima Zocolotti, pela editoração.

Ao meu orientador, pelas inferências pontuais e demais contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, sempre solidários nos momentos de agrura no percorrer desta jornada.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE QUADROS	xiii
LISTAS DE GRÁFICOS	xv
LISTA DE SIGLAS	xvi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	2
1.3 OBJETIVOS.....	4
1.3.1 Objetivo Geral	4
1.3.2 Objetivos Específicos	4
1.4 METODOLOGIA.....	4
1.5 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS DE INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NA ECONOMIA	13
2.2 OBJETIVOS DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA.....	13
2.2.1 Alocação de Recursos.....	14
2.2.2 Ajustamentos na Distribuição da Renda e da Riqueza.....	16
2.2.3 A Estabilização Econômica.....	18
2.3 SÍNTESE DOS PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA INTERVENÇÃO DO GOVERNO	19
3 AS ESTRUTURAS FISCAIS PÚBLICAS E AS RESPONSABILIDADES MUNICIPAIS	21
3.1 A ESTRUTURA DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS	21
3.1.1 Receitas Públicas	21
3.1.2 Despesas Públicas.....	24
3.2 AS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25

3.2.1 A Tipologia das Transferências.....	25
3.2.2 As Transferências Livres: FPM e Cota-Parte do ICMS.....	27
3.2.3 Outras Transferências.....	31
3.3 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES MUNICIPAIS PERTINENTES ÀS SUAS POLÍTICAS DE GASTOS.....	33
4 A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE	34
4.1 QUADRO GERAL.....	34
4.2 SITUAÇÃO ECONÔMICA.....	35
4.2.1 Agropecuária	35
4.2.2 Economia Urbana: Indústria, Comércio e Serviço	38
4.3 SITUAÇÃO SOCIAL	39
4.3.1 Questão Demográfica	39
4.3.2 Educação.....	41
4.3.3 Saúde	42
4.3.4 Saneamento.....	43
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
5 AS NECESSIDADES, AS DESPESAS PÚBLICAS E AS TRANSFE- RÊNCIAS: UMA ANÁLISE EM ESPELHO DA SUDOESTE E NORTE PIONEIRO	46
5.1 O IDH-M COMO MEDIDA DE NECESSIDADE.....	47
5.2 AS NECESSIDADES MUNICIPAIS	51
5.3 DESPESAS POR FINALIDADE.....	54
5.3.1 Despesas na Educação	55
5.3.2 Despesas na Saúde.....	62
5.3.3 Demais Gastos	67
5.3.4 Resumo dos Gastos por Finalidade	70
5.4 OS INVESTIMENTOS	71
5.5 AS TRANSFERÊNCIAS DO FPM E A COTA-PARTE DO ICMS.....	72
5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81

6 AS NECESSIDADES, OS GASTOS E AS TRANSFERÊNCIAS:	
CORRELAÇÕES DIVERSAS	83
6.1 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON	83
6.1.1 Mesorregião Sudoeste	85
6.1.2 Mesorregião Norte Pioneiro	92
6.1.3 Síntese Comparativa das Correlações de Pearson para as Mesorregiões Sudoeste e Norte Pioneiro	97
6.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO CANÔNICA	103
6.2.1 Mesorregião Sudoeste	103
6.2.2 Mesorregião Norte Pioneiro	105
6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE 1 - DADOS BRUTOS SOBRE NECESSIDADES (IDH-M), GASTOS E TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES	115
APÊNDICE 2 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON	129
APÊNDICE 3 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO	133
ANEXO 1 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON.....	136
ANEXO 2 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO CANÔNICA	139
ANEXO 3 - ARTIGO N.º 18 DA LEI 8.080	142

RESUMO

Este trabalho aborda a questão das transferências legais de recursos financeiros das entidades de governo superiores para as entidades inferiores. Duas das principais transferências do Brasil são tratadas de forma especial: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é uma transferência da união para os municípios; e a Cota-Parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, uma transferência dos estados da federação para seus respectivos municípios. Estas duas transferências possuem características distintas, uma vez que a primeira é de natureza distributiva e a segunda é de natureza devolutiva. Para este estudo são levadas em consideração duas mesorregiões do Estado do Paraná: Sudoeste e Norte Pioneiro, as quais foram escolhidas por duas razões básicas. Primeiro, por serem regiões com ampla predominância de pequenos municípios (93% dos municípios do conjunto das duas regiões possuem populações inferiores a 35.000 habitantes). Municípios deste porte se caracterizam por uma forte dependência das transferências. A segunda razão está no fato de essas duas mesorregiões terem características socioeconômicas bem diferentes. Desta forma, é possível analisar comparativamente duas regiões que são carentes de recursos provindos das transferências, porém com necessidades sociais díspares. O objetivo principal deste trabalho é verificar a correlação entre as transferências e as necessidades sociais básicas na área de educação e saúde, bem como das transferências com os tipos de gastos municipais, além das necessidades com os diversos tipos de gastos. Estas correlações são, então, testadas para as duas mesorregiões, para que seus resultados possam ser comparados. Neste trabalho, são comparados, para as duas mesorregiões, os diferentes níveis de necessidades entre os seus municípios; como os dois tipos de transferências participam no total das receitas municipais; e como os gastos em educação e saúde se comportam nas políticas fiscais municipais. A metodologia usada no cálculo das correlações entre as variáveis de transferências, despesas e necessidades é a correlação linear de Pearson. Para correlacionar estes mesmos grupos um com o outro é utilizado o método de análise de correlação canônica.

Palavras-chaves: finanças públicas, transferências intergovernamentais, mesorregião Norte Pioneiro paranaense, mesorregião Sudoeste paranaense, fundo de participação dos municípios, cota-parte do ICMs, análise de correlação linear de Pearson, análise de correlação canônica.

ABSTRACT

The present work focuses legal transferences of financial resources from national government entities to sub national entities (*states, municipalities, etc.*). Here we highlight two among the main transferences in Brazil: the Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (*Municipality Participation Fund-MPF*), which is transference from the Federal Government to Municipalities; and the Cota-Parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (*Quota-Share of Goods and Service Circulation Tax*), which transference from the State Governments to Municipalities. These two types of transference have different characteristics: the former is distributive and the second is returning. The present study takes into consideration two meso-regions in Paraná: the Southwestern and the Pioneer Northern. Those regions were chosen for two basic reasons: firstly, because small municipalities are predominant in these regions (93% of them have less than 35.000 inhabitants) and are strongly dependent on transferences; secondly, these two regions have quite different socioeconomic characteristics. This way, it is possible to analyze comparatively two regions that have different social needs and lack resources provided by transferences. This work aims at checking the correlation between resource transferences and education and health basic social needs, transferences and types of municipal expenditures, as well as between needs and different types of expenditure. Then, the correlations between the two meso-regions are tested and the results are compared. The present work compares different levels of need showed by the municipalities of both meso-regions; how the two types of transferences aforementioned participate in the total municipal revenues; and how education and health expenditures behave within municipal fiscal policies. We used the Pearson Linear correlation methodology to calculate the correlation between transference, expenditure and need variables, and the method canonical correlation analysis to make a correlation between the same groups.

Key-words: public finances; inter-governmental transferences; Paraná Pioneer Northern meso-region; Paraná Southwestern meso-region; municipality participation fund; ICM quota-share; Pearson linear correlation analysis; canonical correlation analysis.

LISTA DE TABELAS

1	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL CATEGORIZADA DA COTA-PARTE DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ.....	30
2	INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA NA AGROPECUÁRIA PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 1995.....	37
3	INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA NA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2001/2002.....	39
4	INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA QUESTÃO DEMOGRÁFICA PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 1970/2000.....	40
5	INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000	42
6	INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA SAÚDE PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000/2003	43
7	INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE SANEAMENTO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000.....	44
8	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM CRESCENTE DE IDH-M EDUCAÇÃO SEGUNDO OS ESTRATOS NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000.....	51
9	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM CRESCENTE DE IDH-M SAÚDE, SEGUNDO OS ESTRATOS NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000.....	53
10	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS <i>PER CAPITA</i> EM EDUCAÇÃO, SEGUNDO OS ESTRATOS, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	55
11	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS <i>PER CAPITA</i> EM EDUCAÇÃO EXCLUÍDO O FUNDEF, SEGUNDO OS ESTRATOS, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	56
12	COMPARATIVO DE GASTOS <i>PER CAPITA</i> COM EDUCAÇÃO COM E SEM O FUNDEF ENTRE AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES- 2000	57
13	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PERCENTUAIS DE GASTOS COM EDUCAÇÃO, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	59
14	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PERCENTUAIS DE GASTOS COM EDUCAÇÃO, EXCLUÍDO O FUNDEF, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000	60

15	COMPARATIVO DE GASTOS RELATIVOS COM EDUCAÇÃO COM E SEM FUNDEF ENTRE AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES- 2000	61
16	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS <i>PER CAPITA</i> EM SAÚDE, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	62
17	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS <i>PER CAPITA</i> EM SAÚDE, EXCLUÍDA A TRANSFERÊNCIA DO SUS, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	63
18	COMPARATIVO DE GASTOS <i>PER CAPITA</i> EM SAÚDE COM E SEM TRANSFERÊNCIA DO SUS ENTRE AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	64
19	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS RELATIVOS EM SAÚDE E SANEAMENTO NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	65
20	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS RELATIVOS EM SAÚDE E SANEAMENTO, EXCLUÍDA A TRANSFERÊNCIA DO SUS, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	66
21	COMPARATIVO DE GASTOS RELATIVOS EM SAÚDE COM E SEM A TRANSFERÊNCIA DO SUS ENTRE AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	67
22	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS <i>PER CAPITA</i> , EXCLUÍDOS EDUCAÇÃO E SAÚDE, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	68
23	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS RELATIVOS, EXCLUÍDOS EDUCAÇÃO E SAÚDE E SANEAMENTO, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	69
24	RESUMO DOS GASTOS <i>PER CAPITA</i> E RELATIVOS COM EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRANSFERÊNCIAS VINCULADAS E DEMAIS GASTOS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	70
25	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE INVESTIMENTOS <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	71
26	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	72
27	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE RECEBIMENTO DE FPM <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	73
28	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM CRESCENTE DE POPULAÇÃO NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	74

29	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE FPM NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	75
30	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE FPM NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	75
31	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE RECEBIMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	76
32	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	77
33	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	77
34	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE RECEBIMENTO DE FPM MAIS COTA-PARTE DO ICMS <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	79
35	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO FPM MAIS COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	80
36	DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO FPM MAIS COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000	80

LISTA DE QUADROS

1	CLASSIFICAÇÃO DE TRIBUTOS SEGUNDO COMPETÊNCIA DE ARRECADAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	23
2	METODOLOGIA DO CÁLCULO DO IDH-M	48
3	CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000	86
4	CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000	88
5	CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E DA COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000	90
6	CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000	91
7	CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000	93
8	CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000	94
9	CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E DA COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000	96
10	CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000	96
11	COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE TRANSFERÊNCIAS E NECESSIDADES PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000	98
12	COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE TRANSFERÊNCIAS E GASTOS PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ - 2000	99
13	COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE TRANSFERÊNCIAS E INVESTIMENTO PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ - 2000	101

14	COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE GASTOS E NECESSIDADES PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ - 2000.....	102
15	CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE NECESSIDADE E O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIA E GASTOS PARA SUDOESTE - 2000.....	103
16	CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS <i>PER CAPITA</i> COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE GASTOS PARA SUDOESTE - 2000.....	104
17	CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS RELATIVAS COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE GASTOS PARA SUDOESTE - 2000.....	105
18	CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE NECESSIDADE COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIA E GASTOS PARA A NORTE PIONEIRO - 2000.....	105
19	CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS <i>PER CAPITA</i> COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE GASTOS PARA NORTE PIONEIRO - 2000.....	106
20	CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS RELATIVAS COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE GASTOS PARA A NORTE PIONEIRO - 2000	106

LISTAS DE GRÁFICOS

1	PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO A HIERARQUIA DO IDH-M EDUCAÇÃO NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000.....	52
2	PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO A HIERARQUIA DO IDH-M SAÚDE NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000.....	54
3	GASTOS <i>PER CAPITA</i> EM EDUCAÇÃO TOTAL, FUNDEF E GASTO EM EDUCAÇÃO SEM O FUNDEF NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	58
4	PERCENTUAL DE GASTOS COM EDUCAÇÃO TOTAL, FUNDEF E EDUCAÇÃO SEM O FUNDEF NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANENSES - 2000.....	61
5	GASTOS <i>PER CAPITA</i> EM SAÚDE TOTAL, TRANSFERÊNCIA DO SUS E GASTO EM SAÚDE SEM O SUS PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	65
6	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE RECEBIMENTO DO FPM MAIS A COTA-PARTE DO ICMS <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000.....	79

LISTA DE SIGLAS

FPE	- Fundo de Participação dos Estados
FPM	- Fundo de Participação dos Municípios
Fundef	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMs	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal, e de Comunicação
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	- Imposto de Renda
NP	- Mesorregião Norte Pioneiro
SO	- Mesorregião Sudoeste
STN	- Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	- Sistema Único de Saúde
VAF	- Valor Adicionado Fiscal

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

As políticas de transferências intergovernamentais no Brasil vêm adquirindo importância com o processo de redefinição do papel federativo nacional, principalmente a partir da Constituição de 1988, que reforça o papel das atribuições dos governos locais. Além disso, quando o governo federal deixa de ser um participante ativo na economia como empreendedor e produtor, as políticas de transferências intergovernamentais tornam-se um mecanismo pelo qual o setor público procura melhor distribuir os recursos nacionais pelas mais diversas regiões. Nesse contexto, o poder público local ganha importância na implementação das ações de políticas públicas.

As transferências intergovernamentais, em estudo neste trabalho, são um mecanismo pelo qual a união e os estados repassam aos municípios uma parte dos tributos arrecadados. O principal instrumento adotado pelo governo federal é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), fundo este formado por parcelas dos recursos arrecadados pelo Imposto de Renda (IR) e pelo Imposto de Produtos Industrializados (IPI). Já em relação aos estados da federação a principal transferência é a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMs).

A percepção de como estas duas transferências são utilizadas e de como estão relacionadas com as necessidades e os gastos municipais será o objetivo desta dissertação.

As duas mesorregiões do Paraná escolhidas para estudo são a Sudoeste e o Norte Pioneiro. Ambas se caracterizam por abrangerem municípios de pequeno porte, sendo que dos 83 municípios das duas mesorregiões nenhum possui população acima de 70.000 habitantes e 78 estão abaixo de 35.000 habitantes, de acordo com dados do Censo de 2000 do IBGE. Municípios desse porte caracterizam-se, no Brasil, pela alta dependência das transferências intergovernamentais. Desta forma, a intenção maior da dissertação será avaliar como essas transferências afetam as despesas municipais, verificando desde os gastos por finalidade das diversas áreas de competência e responsabilidade municipais, até a análise da relação entre suas despesas correntes e suas

despesas de capital. A pertinência de comparar lado a lado essas duas mesorregiões está na necessidade de verificar até que ponto duas regiões com histórias diferentes e perfis social e econômico distintos têm sua política de gastos afetada pelas transferências intergovernamentais recebidas, bem como em analisar se as transferências são capazes de subordinar comportamentos relativamente homogêneos para municípios de pequeno porte, independentemente de suas condições econômicas e sociais, ou se, por outro lado, as despesas municipais são de alguma forma condicionadas às conjunturas locais.

1.2 JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Os municípios de pequeno porte possuem forte dependência dos recursos advindos das transferências intergovernamentais.¹ Atrelado a este aspecto, as determinações constitucionais condicionam responsabilidades próprias às esferas municipais.

Existem transferências de diferentes naturezas, como, aliás, será visto no capítulo 3 deste trabalho. Neste momento pode-se adiantar, sob a ótica dos municípios, a existência de transferências² vinculadas e livres, sendo, então, as transferências, o FPM e a cota-parte do ICMs caracterizadas, ambas, como transferências livres³. Para as mesorregiões Sudoeste e Norte Pioneiro, em seu conjunto, estas duas transferências representam 68,7% de todas as transferências recebidas.

As necessidades municipais podem ser das mais diversas ordens. Este trabalho, contudo, pontua mais precisamente as relativas à educação e à saúde. Estas necessidades devem ser atendidas pelos governos locais, conforme reza a constituição no seu artigo número 30.⁴ Desta forma, a dificuldade passa a ser a de elaborar e

¹No caso das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 2000 as transferências representavam 79,2% do total de suas receitas.

²Segundo o grau de condicionalidade do orçamento municipal (PRADO, 2001, p.5).

³As transferências livres são aquelas que não estão vinculadas a qualquer gasto específico.

⁴Este aspecto legal será visto com mais detalhes na seção 3.3.

discernir o grau de necessidade que afeta cada município. Para tanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) será útil como parâmetro de referência a medir a dimensão das necessidades locais.⁵

Compreendendo em primeiro a importância das transferências intergovernamentais e, em segundo, a existência de necessidades a serem atendidas, surge a questão de saber de que modo as transferências influenciam os gastos públicos municipais, e se estes gastos estão em consonância com suas necessidades específicas. Pois, tanto podem as transferências induzirem a uma determinação mais contundente das autoridades públicas locais em direção a sanar necessidades, quanto serem estas transferências inócuas na determinação dos gastos municipais.

Para tanto, questiona-se: Como as transferências intergovernamentais influenciam os gastos municipais, e qual a relação destes gastos com as suas respectivas necessidades?

Ao se verificar a resposta anterior, na qual serão estudadas as relações entre as transferências, os gastos e as necessidades, tanto poderá se concluir que há uma conexão direta do recurso recebido com o gasto atrelado à necessidade, quanto uma ausência total de relação entre gasto e necessidade. Uma vez que esta última situação prepondere, o ambiente social e econômico local talvez seja um determinante da forma como os gastos são efetivados. Assim, para esta última indagação, torna-se pertinente comparar duas mesorregiões que possam traduzir estas diferenças e que, além disso, possuam um amplo predomínio de municípios de pequeno porte. Ademais, considerando que as transferências intergovernamentais em estudo neste trabalho são livres⁶ de despesas específicas, questiona-se: A distinta situação socioeconômica das mesorregiões condiciona, em algum grau, as políticas de gastos municipais?

⁵A importância do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e os fenômenos educação e saúde, inclusos neste índice, serão analisados no capítulo 5 deste estudo.

⁶As transferências do FPM e da cota-parte do ICMs são desvinculadas de qualquer gasto específico. Contudo, a norma constitucional (art. 212) apregoa que 25% de toda a receita com arrecadação de impostos e recebimento de transferências (de toda espécie) deve ser gasta em educação.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a influência das transferências intergovernamentais sobre as políticas de gastos dos municípios das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste, relevando-as em comparação.

1.3.2 Objetivos Específicos

Além do objetivo geral, esta dissertação buscará os seguintes objetivos específicos:

- a) Estudar se as transferências intergovernamentais mantêm alguma coerência com as necessidades municipais.
- b) Estudar se os dois tipos de transferências intergovernamentais influenciam de forma distinta as duas mesorregiões.
- c) Verificar se as despesas de capital em relação às despesas correntes guardam relações distintas entre as duas mesorregiões.

1.4 METODOLOGIA

Uma vez definida a dimensão das necessidades das mesorregiões, passa-se a verificar como são executados os gastos pelos poderes públicos locais, tanto em termos *per capita* quanto relativos, além das despesas em investimento. Na sequência analisam-se o tamanho e a importância das transferências intergovernamentais no total das receitas municipais.

Em seguida são relacionadas as diversas variáveis sobre necessidades, gastos e transferências, procurando observar suas correlações para cada mesorregião em separado.

Como visto, então, duas grandes etapas metodológicas serão cumpridas para atingir os objetivos desta dissertação. A primeira procura analisar todas as variáveis,

comparando, em cada caso, as duas mesorregiões. A segunda etapa, diferentemente da primeira, analisa para cada mesorregião, em separado, a correlação das variáveis par a par (utilizando-se, para isso, da análise de correlação linear de Pearson) e entre grupos de variáveis (utilizando-se da análise de correlação canônica). Esta divisão em duas etapas é realizada para possibilitar uma análise mais ampla do papel das transferências, necessidades e gastos para as mesorregiões. Se na primeira etapa procura-se saber como cada variável influencia as mesorregiões comparativamente, na segunda procura-se descobrir como as variáveis se correlacionam em cada mesorregião.

A primeira etapa, tratada no capítulo 5, é dividida em quatro seções⁷, vindo inicialmente as relativas às necessidades, seguidas das relativas aos gastos e aos investimentos e, por fim, das relativas às transferências.

Na seção que trata das necessidades é feita uma hierarquização dos municípios segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).⁸ O IDH-M mede três diferentes fenômenos: educação, saúde e renda. Para cada um destes fenômenos tem-se uma ou mais medidas determinadas por indicadores: taxa de alfabetização e de frequência escolar, longevidade, e renda municipal *per capita*. Em consonância com as atribuições das normas legais determinadas aos municípios,⁹ essencialmente os relativos à educação básica e saúde, serão postos em importância maior os índices componentes do IDH-M educação e longevidade (saúde). Neste último caso o indicador de longevidade será utilizado como parâmetro geral de saúde, sendo que, doravante, sempre que se mencionar o IDH-M saúde, fica subentendido tratar-se do IDH-M longevidade.

De posse desses dois indicadores (educação e saúde), faz-se uma hierarquização das necessidades. Dessa forma, são geradas duas listas com os municípios

⁷De fato existe uma seção anterior (a primeira do capítulo 5) que trata da importância do IDH-M como parâmetro de necessidade.

⁸No capítulo 5, seção 5.1, será posto em relevância o papel do IDH-M como medida de necessidade.

⁹No capítulo 3, seção 3.3, são especificadas estas normas legais.

para as necessidades, uma delas para a educação e outra para a saúde. Para a definição do ordenamento dos municípios em cada lista (hierarquia) é utilizada a forma inversa do índice do IDH-M educação e IDH-M saúde respectivamente. Assim, tanto maior será a necessidade quanto menor for o índice do IDH-M relativo a esses dois fenômenos (educação e saúde), ou seja, a hierarquia das necessidades é elaborada usando-se como proxy o inverso dos índices do IDH-M educação e saúde.

Na seção que trata dos gastos municipais são analisadas as seguintes variáveis:

1. gastos *per capita* em educação;
2. gastos *per capita* em educação, excluídas as transferências do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério);
3. gastos relativos em educação em comparação aos demais gastos;
4. gastos relativos em educação, excluídas as transferências do FUNDEF, em comparação aos demais gastos;
5. gastos *per capita* em saúde;
6. gastos *per capita* em saúde, excluídas as transferências do SUS;
7. gastos relativos em saúde em comparação aos demais gastos;
8. gastos relativos em saúde, excluídas as transferências do SUS, em comparação aos demais gastos;
9. demais gastos *per capita*, excluídos os gastos em educação e saúde;
10. demais gastos relativos, excluídos os gastos em educação e saúde, em comparação ao total dos gastos.

Para cada uma das variáveis acima, os municípios no conjunto das duas mesorregiões também serão hierarquizados, porém, neste caso, do maior para o menor valor. Este critério é adotado para se perceber qual mesorregião, comparativamente à outra, se esforça (em termos *per capita*) ou prioriza (em termos de gastos relativos) seus gastos nas áreas de educação e saúde em relação a suas despesas fiscais como um todo.

Na terceira seção, que trata dos investimentos, são analisadas duas variáveis:

1. investimento (despesas de capital) *per capita*;
2. relativo das despesas de capital em comparação ao total das despesas.

A forma de análise nesta quarta seção se assemelha à da seção anterior.

Na quinta seção, ainda no capítulo 5, será avaliado o impacto das transferências intergovernamentais nas receitas municipais. Para tanto, serão analisadas algumas variáveis para o FPM e a cota-parte do ICMs. A escolha destas variáveis permite verificar qual o impacto nas mesorregiões comparativamente, seja para a população (em termos *per capita*), seja em grau de importância que cada transferência possui no total da receita e no total de todas as transferências (em termos relativos). As variáveis referentes às transferências serão:

1. valor *per capita* do FPM;
2. participação relativa do FPM no total das receitas;
3. participação relativa do FPM no total das transferências;
4. valor *per capita* da cota-parte do ICMs;
5. participação relativa da cota-parte do ICMs no total das receitas;
6. participação relativa da cota-parte do ICMs no total das transferências;
7. valor *per capita* do FPM mais a cota-parte do ICMs.
8. participação relativa do FPM mais a cota-parte do ICMs no total das receitas;
9. participação relativa do FPM mais a cota-parte do ICMs no total das transferências.

No caso desta última seção, a que considera as transferências, assim como já havia ocorrido no caso dos gastos e dos investimentos, os municípios são hierarquizados no conjunto das mesorregiões, do maior para o menor valor, para cada uma das 9 variáveis.

Em resumo, o capítulo 5 irá considerar um total de 23 variáveis, sendo 2 de necessidades, 10 de gastos, 2 de investimentos e 9 de transferências. Em todos estes casos as variáveis são analisadas para o conjunto das duas mesorregiões, sendo do menor para o maior valor para as variáveis de necessidade, e do maior para o menor valor nos demais casos.

A segunda etapa, tratada no capítulo 6, consiste em verificar as correlações entre as variáveis trabalhadas na etapa anterior.¹⁰ A análise das correlações será feita em separado para cada mesorregião, sendo os resultados comparados posteriormente. Estas correlações são importantes para se verificar como as transferências, necessidades e gastos se relacionam entre si, mostrando possíveis semelhanças e diferenças para as mesorregiões em estudo.

Para esta segunda etapa, o capítulo 6 estará dividido em duas grandes seções. Na primeira, utilizando a análise de correlação linear de Pearson, as variáveis serão correlacionadas par a par. Na segunda seção, utilizando a análise de correlação canônica, o objetivo é correlacionar os grupos de variáveis, dois a dois.

Para a utilização do coeficiente de correlação linear de Pearson (LIRA, 2004, p.40), assim como da correlação canônica (HAIR et al., 1998, p.70), existe a suposição quanto à normalidade das variáveis utilizadas na análise. Como as variáveis em questão não atendiam a esta suposição, foi efetuada a transformação logarítmica (log neperiano) de modo a transformá-las em distribuições normais. Maiores detalhes referentes às análises de correlação linear de Pearson e canônica encontram-se nos Anexos 1 e 2 respectivamente.

Ainda no capítulo 6, serão trabalhados 6 grupos de variáveis:

1. grupo de necessidades, com 2 variáveis;
2. grupo de transferências *per capita*, com 3 variáveis;
3. grupo de transferências relativas, com 6 variáveis;
4. grupo de gastos *per capita*, com 3 variáveis;
5. grupo de gastos relativos, com 3 variáveis;
6. grupo de investimento, com 2 variáveis.

¹⁰De fato, em relação às variáveis de gastos municipais só serão trabalhadas as variáveis de gastos puras, ou seja, para a educação sem o Fundef, e para a saúde sem o SUS. Sendo assim, serão levadas em conta as variáveis de gastos fiscais municipais números: 2, 4, 6, 8, 9 e 10. Desta forma, o capítulo 6 tratará de 19 variáveis ao todo.

Na primeira seção deste capítulo, serão calculadas as correlações de Pearson para as diferentes combinações de variáveis dos grupos identificados acima. Serão realizados 10 tipos de combinações, sendo que cada combinação receberá uma nomeação em letra maiúscula de A até J, quais sejam: 1 com 2 (A), 1 com 3 (B), 1 com 4 (G), 1 com 5 (H), 2 com 4 (C), 2 com 5 (D), 3 com 4 (E), 3 com 5 (F), 2 com 6 (I) e 3 com 6 (J).

Cada combinação gera mais do que uma correlação de Pearson, isto porque cada grupo é formado por mais de uma variável, resultando ao todo, para os 10 tipos de combinações, 102 correlações para cada mesorregião. Esta primeira seção estará dividida em 3 subseções, que abordarão cada uma, a seu turno, a mesorregião Sudoeste, a Norte Pioneiro e a síntese comparativa entre ambas.

Os coeficientes das correlações de Pearson (ρ) podem variar de -1 a 1. Desse modo, estes coeficientes podem ser classificados qualitativamente, segundo Callegari-Jacques (2003, p.90), da seguinte forma:

se $0,00 < |\rho| < 0,30$, existe fraca correlação linear;

se $0,30 \leq |\rho| < 0,60$, existe moderada correlação linear;

se $0,60 \leq |\rho| < 0,90$, existe forte correlação linear;

se $0,90 \leq |\rho| < 1,00$, existe correlação linear muito forte.

Em termos de análise não serão consideradas as correlações classificadas como fracas.

A segunda seção, ainda do capítulo 6, tratará da análise de correlação canônica. Nesta, os grupos são tratados de forma conjunta, correlacionados dois a dois. Serão geradas 8 combinações de correlações canônicas, que correspondem às mesmas verificadas nas correlações lineares de Pearson, excluídas as duas que envolvem o grupo de investimentos.¹¹

¹¹O grupo de investimentos não foi incluído na análise canônica por se tratar de uma classificação distinta (gasto por natureza, e não por finalidade), o que torna ineficaz a comparação de suas correlações com as demais.

Contudo, algumas variáveis são excluídas de alguns grupos. Isto é feito para evitar o problema de dependência linear, em que uma determinada variável é resultado da soma de outras duas variáveis. Outra situação se dá quando uma determinada variável é complementar ao resultado de outras duas, a exemplo da variável demais gastos, que é o resultado da diferença do gasto total e dos gastos em educação e saúde. São mostrados, a seguir, estes casos de exclusão:

1. do grupo 2 (transferências *per capita*) é excluída a variável de transferência do FPM mais da cota-parte do ICMs *per capita*;
2. do grupo 3 (transferências relativas) são excluídas as variáveis relativo do FPM mais cota-parte do ICMs sobre total das transferências e relativo do FPM mais cota-parte do ICMs sobre o total das receitas;
3. do grupo 4 (gastos *per capita*) é excluída a variável de demais gastos *per capita*;
4. do grupo 5 (gastos relativos) é excluída a variável de relativo dos demais gastos sobre o total.

Para cada uma dessas 8 combinações de correlações canônicas somente 2 grupos estarão envolvidos. Sendo um grupo com n variáveis e outro com m variáveis, onde $n < m$, o número de correlações canônicas será n , ou seja, o de menor quantidade de variáveis. Por exemplo, na correlação entre o grupo de necessidades (2 variáveis) e o grupo de transferências relativas (4 variáveis) serão gerados 2 coeficientes de correlação canônica.

Como visto no parágrafo anterior, cada análise de correlação canônica gera mais de um coeficiente de correlação. A primeira correlação canônica é sempre a maior, seguida das demais com grandezas sucessivamente menores. Basta, portanto, analisar a primeira correlação para fazer a avaliação qualitativa, ou seja, se forte, moderada ou fraca.

Embora a avaliação qualitativa dos coeficientes de correlação canônica siga a mesma da utilizada na correlação linear de Pearson, as duas correlações não podem ser comparadas, pois as de Pearson correlacionam par de variáveis e, as canônicas, de

grupos. Além disso, a correlação canônica procura maximizar a correlação entre os grupos, resultando em valores superiores aos usualmente fornecidos pelas correlações de Pearson. Por último, é bom sublinhar que os coeficientes das correlações canônicas sempre resultam em valores positivos, não sendo possível, assim, auferir se as correlações são positivas ou negativas.

Os dados, de uma forma geral, foram obtidos junto à Secretaria do Tesouro Nacional, à Secretaria de Estado da Fazenda, à Base Pública do Estado, ao IBGE e ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES).

1.5 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

No capítulo 2 serão analisados os princípios teóricos de intervenção governamental na economia, com a finalidade de criar um entendimento necessário à interpretação da influência das políticas de transferência intergovernamentais sobre a política fiscal de gastos municipal. A teoria se baseia na visão normativa das finanças públicas de Musgrave, dando enfoque à questão de objetivos de política orçamentária e, em especial, à locação de recursos e à distribuição da renda e da riqueza. Em complemento à visão de Musgrave, outros autores de relevante contribuição na visão teórica das finanças públicas também serão considerados, como: Rezende, Riani e Kohama.

As estruturas fiscais públicas e as responsabilidades municipais são tratadas no capítulo 3. Na consideração sobre as receitas e as despesas, são verificadas como estas estão classificadas e suas funções nas políticas fiscais locais. É dada, a seguir, atenção especial para o caso das transferências, às suas tipologias e ao papel tanto do ponto de vista da entidade receptora quanto da cedente, em relação a estes recursos. Por fim, as atribuições e responsabilidades municipais, à luz das normas legais, são estudadas na última seção deste capítulo.

No capítulo 4 será realizada uma análise pormenorizada das características sociais e econômicas das mesorregiões Sudoeste e Norte Pioneiro, verificando em que medida estas regiões se diferenciam. Na área econômica será estudada a questão da

agropecuária e as questões atreladas à indústria, comércio e serviços. Na área social serão vistas as questões demográfica, de educação, de saúde e saneamento.

A importância do IDH-M como indicador de necessidade é denotada no início do capítulo 5. Como foi detalhado na seção anterior, referente à metodologia, este capítulo, em conjunto com o capítulo 6, fundamenta a parte analítica deste trabalho. Trata-se, neste capítulo 5, de comparar lado a lado as duas mesorregiões para uma série de variáveis referentes às necessidades, transferências, investimentos e gastos.

O capítulo 6 correlaciona as variáveis e grupos de variáveis de transferências, necessidades, despesas e investimentos para cada uma das mesorregiões separadamente, comparando-se os resultados ao final.

O capítulo 7 traz a conclusão, onde são condensadas as idéias sobre as relações entre as transferências e os gastos e necessidades das duas mesorregiões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS DE INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NA ECONOMIA

Musgrave (1959) explica que a teoria sobre o setor público pode ser tratada de duas formas: como uma teoria normativa ou como uma sociologia da política fiscal. No primeiro caso, estabelecem-se as regras e os princípios que proporcionam uma gestão eficiente da economia pública, ou seja, o plano orçamentário ótimo. No segundo caso tenta-se explicar por que uma política está sendo utilizada e quais serão utilizadas no futuro.

Para efeito de desenvolvimento teórico, Musgrave (1959) opta pela teoria normativa, pois esta procura demonstrar o que aconteceria caso se atingisse um resultado ótimo, ou seja, explicita uma teoria de forma mais pura e direta, enquanto a sociologia da política fiscal explicita uma lógica histórica de relações institucionais econômicas e sociais.

2.2 OBJETIVOS DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA

Para definir uma teoria normativa, Musgrave (1959) estabeleceu três objetivos básicos de política orçamentária: 1) assegurar ajustamentos na alocação de recursos; 2) conseguir ajustamentos na distribuição da renda e da riqueza, e 3) garantir a estabilização econômica.

Cada um desses objetivos é tratado de forma estanque, como se o administrador público responsável por cada uma dessas atividades tivesse, a seu turno, a certeza de que os outros dois objetivos estivessem sendo tratados na mais perfeita ordem.

2.2.1 Alocação de Recursos

A função da alocação de recursos é a de prover a satisfação das necessidades públicas. Contudo, Musgrave (1959) reconhece que esta é uma visão simplificada, pois ainda há a tarefa de como definir estas necessidades.

Embora não descarte a possibilidade de intervenção do setor público na esfera econômica para sanar externalidades negativas, Musgrave (1959, p.29) considera que estas ações de intervenção sejam marginais, pois cabe mesmo ao mercado melhor satisfazer às necessidades individuais. É quando os mecanismos de mercado falham totalmente que se faz necessária a ação pública, sendo este o caso das necessidades sociais propriamente ditas.

As necessidades sociais são aquelas que devem ser satisfeitas através de serviços que precisam ser consumidos por todos em quantidades iguais. As pessoas que não pagam pelos serviços não podem ser excluídas dos benefícios que deles resultam; e, já que não podem ser excluídas, jamais se disporão a pagar voluntariamente. Daí a razão pela qual o mercado não pode satisfazer tais necessidades. Se é que elas devem ser satisfeitas, é preciso que haja providências orçamentárias (MUSGRAVE, 1959, p.29).

Uma dificuldade passa a ser a definição de quanto é a preferência, ou seja, de quanto o indivíduo estaria disposto a pagar para ter esta necessidade social atendida. Uma segunda dificuldade é que não há uma solução única para atender às necessidades sociais. Para que se obtenha uma solução, é preciso uma função bem-estar mais específica.

Para o entendimento de necessidade social, deve ser compreendido, antes, o princípio da não exclusão, no qual o demandante (o cidadão) não pode ser excluído do serviço prestado. Além disso, o serviço é sempre prestado em quantidades iguais, pois não há como diferenciá-lo em unidades distintas. O exemplo clássico é o serviço de defesa nacional, em que as forças armadas prestam um serviço quantitativamente não distinguível e não excludente por indivíduo.

Outro tipo de necessidade considerada por Musgrave (1959) é a chamada necessidade meritória. Esta está sujeita a exclusão e é satisfeita pelo mercado dentro dos limites da procura efetiva. São consideradas meritórias por satisfazerem a uma necessidade social, embora possam ser individualmente consumidas em quantidades

específicas. Desse modo, além do que o mercado é capaz de fornecer cabe ao orçamento público completar o usufruto das necessidades meritórias. São exemplos destas necessidades os serviços de educação e o subsídio à compra de casas populares.

Para satisfazer às necessidades públicas e meritórias, compete ao governo utilizar-se de seu orçamento, livre de qualquer ônus adicional sobre o usuário. Uma importante observação feita por Musgrave (1959) é que não é imperativo ao setor público a produção direta dos bens a suprirem as necessidades, pois pode caber ao setor privado a produção de tais bens sob encomenda do governo.

Na visão de Riani (1997), quando ocorrem falhas do sistema de mercado é necessária a intervenção do governo. Para este autor, dentro do conceito marginalista acontece uma situação ótima de equilíbrio geral quando o mercado aloca de forma perfeita os bens e recursos na economia. O consumidor é capaz de satisfazer suas necessidades no mercado a um determinado preço que iguala sua utilidade, ou seja, o quanto valoriza uma determinada quantidade de mercadoria. Para que isto ocorra é necessário que o mercado apresente as características da Concorrência Perfeita: muitos compradores e vendedores; perfeito conhecimento do mercado por parte dos compradores e vendedores; perfeita mobilidade dos recursos e busca da maximização do lucro, por parte das firmas, e da maximização da utilidade, por parte dos consumidores. Além disso, os bens devem ser divisíveis e não devem existir externalidades.

Segundo Riani (1997, p.28), as condições de Concorrência Perfeita, contudo, não são preponderantemente factíveis, pois existem quatro fatores principais que dificultam ou impossibilitam a produção ótima por parte do setor privado: indivisibilidade do produto; externalidades; mercados imperfeitos; e riscos e incertezas na oferta dos bens. O caso da indivisibilidade é o mesmo tratado por Musgrave. Em relação às externalidades, o exemplo clássico é a poluição provocada pela produção de um determinado bem. Na produção se obtém algo desejável: o bem; e algo indesejável: a poluição. A imperfeição dos mercados se dá por conta da inaptidão do setor privado em atuar de forma competitiva em determinadas áreas onde as escalas de produção

conduzem naturalmente ao monopólio e, por conseqüência, na maior parte das vezes, a preços de oferta demasiadamente elevados. As incertezas de mercado estão caracterizadas, por exemplo, pela escassez de recursos, dificuldade de mobilidade de recursos ou falta de conhecimento dos agentes do mercado. Nestes casos, a intervenção do governo no domínio econômico se faz necessária para melhor traduzir a alocação de recursos.

Para Rezende (2001), o tamanho da população é um fator importante a ser considerado, uma vez que o crescimento populacional exerce efeito direto sobre o volume de bens públicos e semipúblicos (como Rezende se refere aos bens meritórios). Serviços como segurança, educação e saúde são pressionados por uma demanda crescente à medida que a população aumenta. Ademais, estas demandas mais que proporcionalmente crescerão caso haja um alargamento da pirâmide etária, ou seja, uma população jovem crescente maior que o restante da população.

Alocar recursos é, antes de tudo, uma decisão de escolha entre alternativas de satisfação de diferentes necessidades, sendo, então, uma questão de análise de custos de oportunidade.

2.2.2 Ajustamentos na Distribuição da Renda e da Riqueza

Musgrave (1959) afirma que embora a alocação de recursos seja historicamente a função clássica do poder público, muitos reconhecem, entretanto, que o processo de receita-despesa do governo deve buscar ajustes no estado da distribuição. O padrão de distribuição deve ser adequado a ponto de permitir uma demanda efetiva coerente ao emprego eficiente dos recursos:

[...] na formulação do orçamento da Divisão de Alocação, supomos a existência de um estado desejado ou próprio. Isto se faz necessário por dois motivos. A menos que seja dado o estado da distribuição, os indivíduos não podem transladar suas preferências, quer sejam de natureza privada ou pública, para um padrão de procura efetiva. E, a menos que o estado da distribuição dado possa ser aceito como apropriado, o padrão de procura efetiva resultante não poderá ser aceito como orientação para emprego eficiente dos recursos. (MUSGRAVE, 1959, p.40).

O mecanismo de distribuição deve causar o menor dano possível ao funcionamento eficiente da economia, sendo que a distribuição deve ser feita através da tributação e das transferências. Embora existam outros meios de praticar políticas de distribuição, como a proteção tarifária e a legislação comercial, a prioridade deve ser dada às políticas orçamentárias, segundo Musgrave (1959, p.41):

Abordagem à transferência de renda, se corretamente implantada, envolve um mínimo de interferência na alocação de recursos, à maneira determinada pelos sistemas de preços. A não ser que esta interferência seja justificada como um objetivo em si, esta qualidade de neutralidade faz com que a abordagem orçamentária seja uma técnica superior. A ação orçamentária também torna-se mais eficiente, uma vez que nos permite abranger todos os membros de qualquer grupo desejado e não só aqueles que se empenham em determinadas ocupações ou em conjuntos de transações de mercado (MUSGRAVE, 1959, p.41).

O aparato tributação-transferências tem por função transferir recursos de um indivíduo que dispõe destes para outro que não dispõe, ao contrário da alocação de recursos, que procura transferir recursos da satisfação das necessidades privadas para as necessidades públicas. Desta forma, as decisões sobre distribuição devem ser executadas por decisão política em um ambiente democrático, objetivando o princípio da igualdade. No entanto, o conceito de igualdade no aspecto econômico passa por atributos de subjetividade, pois, dependendo do juízo de valores, a igualdade pode ser interpretada em termos de bem-estar econômico ou de oportunidades.

Musgrave (1959) pondera que mesmo que o critério de bem-estar seja o escolhido, isto não significa que deva ser realizada uma perfeita distribuição de renda, pois a propensão de utilidade da renda é distinta individualmente. Desse modo, uma perfeita distribuição de renda não se traduziria em igualdade perfeita. Além disso, o conceito de bem-estar pode diferir de pessoa para pessoa, embora se considerem estas questões marginais ao processo de entendimento da igualdade. Por esta razão, o conceito de igualdade passa pela suposição de igual fruição da renda, embora não exista igualdade na capacidade de cada um.

Uma vez que a renda seja definida como parâmetro do bem-estar, o desafio maior da distribuição passa a ser, ultrapassando as inerentes dificuldades éticas, sociais e econômicas, definir corretamente o que seja a renda. Devido à complexidade das relações capitalistas, a renda possui várias formas de fluir através de vários canais

diferentes. Desta forma, Musgrave (1959, p.43) explica: "o problema de se esquematizar as estruturas de tributos e transferências, de modo a dar tratamento igual a pessoas que estão em posições basicamente iguais, mais que diferem quanto à forma pela qual obtêm a renda".

A questão da distribuição será determinada pela renda recebida menos os impostos ou mais as transferências que a política pública assim definir. Os impostos e transferências da política orçamentária referentes à estabilização são considerados neutros em relação à distribuição. Contudo, a neutralidade do orçamento das políticas de alocação em relação à distribuição não é tão clara. Esta falta de clareza se deve ao fato de que a alocação depende do padrão da procura efetiva, determinada, por sua vez, pelos ajustamentos da distribuição. Já o programa de distribuição depende de como a política de alocação afeta os fatores de renda no mercado. Musgrave (1959) aponta que as duas políticas costumam ser complementares, não devendo, assim, haver distinção entre os tributos a proverem recursos aos programas de alocação e distribuição.

Também Rezende (2001, p.20) reconhece a importância do papel do governo na ação do ajustamento da distribuição. O mercado condiciona a distribuição do Produto Nacional, que, por seu turno, é determinado tanto pela disponibilidade dos fatores de produção quanto pelo respectivo nível de produtividade. Esta situação pode levar a uma distribuição da renda em um patamar não socialmente aceitável. Desta forma, cabe ao governo agir para corrigir a desigualdade na repartição do Produto Nacional, utilizando-se, para tanto, dos mecanismos de tributação e gastos. Os tributos devem ser progressivos de modo a impor ônus maior para os indivíduos de maior renda, enquanto as despesas de transferências devem beneficiar diretamente as classes menos favorecidas, a exemplo dos serviços gratuitos de educação e saúde.

2.2.3 A Estabilização Econômica

A natureza da política de estabilização é totalmente distinta das de alocação e distribuição. A intenção da estabilização é a manutenção do alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda.

Musgrave (1959) descreve três princípios básicos para a ação governamental na busca da estabilidade:

1. Na existência de desemprego involuntário, deve-se ampliar o nível de despesas de modo a ampliar a demanda agregada até o ponto de produção de pleno emprego.
2. Na existência de inflação, deve-se reduzir o nível de procura de modo a reduzir a demanda agregada até o ponto em que o valor da produção equivalha aos preços correntes, e não aos preços em elevação.
3. Se prevalecem o pleno emprego e a estabilidade do nível de preços, deve-se manter o nível agregado de dispêndio.

Em relação aos pontos 1 e 2, existem proposições específicas de política fiscal a serem adotadas. Pode ser realizada alteração dos gastos em bens e serviços, ou tomadas providências para alterar o nível de despesas privadas. Neste último caso pode-se atuar alterando-se a carga tributária das empresas. Relativamente ao terceiro ponto, não significa uma acomodação em termos de política orçamentária governamental, porque esta deve ser plenamente compatível com a capacidade de crescimento econômico, ensejando aumento dos dispêndios públicos compatíveis ao aumento da capacidade produtiva.

2.3 SÍNTESE DOS PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA INTERVENÇÃO DO GOVERNO

A decisão da alocação de recursos para os setores considerados por Musgrave (1959) de necessidades meritórias compreende os gastos em educação e saúde. Estes setores, embora possam ser atendidos pelo setor privado, têm nos pequenos municípios brasileiros uma forte carência de ofertas, passando, o setor público, a ter um importante papel de provedor destas necessidades meritórias.

O mecanismo das transferências intergovernamentais funciona, em termos regionais, como um bom mecanismo de ajustamento na distribuição dos recursos, uma vez que recursos arrecadados das esferas superiores de governo são repassados às esferas locais de governo, suprimindo-as de recursos que, de outra forma, lhes faltariam.

Musgrave (1959) esclarece que existe uma complementaridade entre alocação e ajustamento na distribuição de recursos, como se verifica, aliás, no caso das transferências intergovernamentais, que, ao operarem no setor de distribuição, procuram favorecer a alocação de recursos para a satisfação das necessidades meritórias locais.

3 AS ESTRUTURAS FISCAIS PÚBLICAS E AS RESPONSABILIDADES MUNICIPAIS

Este capítulo está dividido em três seções. Na primeira, elabora-se o estudo sobre a estrutura das receitas e despesas públicas, denotando-se suas classificações e conceitos. Posteriormente dá-se ênfase especial, em seção em separado, às transferências intergovernamentais, que, embora façam parte integrante das receitas públicas, merecem considerações especiais de análise. Na terceira seção é abordada a responsabilidade legal (constitucional) dos municípios perante a população.

3.1 A ESTRUTURA DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS

3.1.1 Receitas Públicas

Segundo Rezende (2001, p.150), as receitas orçamentárias públicas podem ser classificadas sob três ópticas principais: a) da captação de recursos; b) da origem dos recursos; e c) do orçamento a que estão vinculadas.

Em relação às captações, estas podem ser próprias ou de transferência. As próprias são captadas e aplicadas pela entidade de competência por sua arrecadação, como é o caso, por exemplo, dos municípios serem responsáveis pelo IPTU (imposto predial e territorial urbano) ou dos estados da federação pelo IPVA (imposto sobre veículos automotores). Já as receitas de transferência são as provenientes do repasse de recursos captados por outras entidades, como é o caso do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que são recursos à disposição dos municípios, porém arrecadados pela união.

As origens dos recursos podem ser: tributária, de contribuições, patrimonial, industrial, agropecuária e de serviços.

As duas primeiras são referentes às atribuições típicas do setor público, devido ao poder legal de tributar, definidas no código tributário nacional. Os tributos são compostos de impostos, taxas e contribuições de melhoria, enquanto as de contribuições,

legalmente regulamentadas, têm fins específicos, a exemplo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ou a Contribuição do Salário-Família. Para Rezende (2001, p.155): "Embora as contribuições sociais (...) não sejam consideradas explicitamente no Código Tributário Nacional como tributo, é certo que, do ponto de vista econômico, não existe diferença significativa. O que varia é a base de cálculo e a justificativa apresentada para sua instituição".

As receitas patrimoniais são aquelas advindas dos resultados financeiros da exploração do patrimônio, como as receitas de aluguel. Já os recursos provindos do industrial, agropecuária e de serviços são aqueles nos quais o setor público está inserido em atividades típicas de exploração econômica, como a receita da venda de mercadorias e serviços.

Por fim, quanto ao orçamento a que estão vinculadas, existem especificamente duas: as receitas do orçamento da seguridade social e as receitas do orçamento fiscal.

As receitas classificadas por sua origem, independentemente se tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais ou diversas, são todas consideradas receitas correntes. Distintamente, tem-se as receitas de capital, que são aquelas de fluxos mais irregulares e que são advindas das operações de crédito e da alienação do patrimônio. Rezende (2001) faz notar que não existe e nem deveria existir relação entre receita corrente e despesa corrente, assim como entre receita de capital e despesa de capital. De fato, o saldo corrente (diferença entre receita corrente e despesa corrente) é que normalmente propicia a fonte de financiamento das despesas de capital.

É importante elucidar que, sob a óptica da captação de recursos, tanto as receitas próprias quanto a de transferência podem ser classificadas em correntes ou de capital. Como foi visto, uma receita própria é advinda do esforço de competência de uma esfera pública específica (municipal, estadual ou federal), nada impedindo que uma determinada esfera pública possa ter receita de capital, como, por exemplo, da alienação de um patrimônio. Em relação às transferências, uma esfera pública pode

transferir a outra um recurso previamente vinculado a uma despesa de capital¹², tornando-se este recurso, assim, uma receita de capital. Já as receitas próprias típicas, como os tributos, bem como as transferências, como o FPM, são sempre classificadas como receitas correntes.

Um importante aspecto é perceber o papel secundário que as receitas tributárias possuem no cômputo total da arrecadação da união, sendo estas justamente as que são a fonte dos recursos a serem transferidos aos municípios.¹³ Como exemplo, as receitas do tesouro nacional federal, incluídas aí as correntes e as de capital, foram de 360,9 bilhões de reais no ano de 2000 (REZENDE, 2001), dos quais cerca de 21% eram provenientes de receita tributária, enquanto 38% eram provenientes de receitas de contribuições. Uma parte considerável, 32%, provinha das receitas de capital.

Antes de clarificar o entendimento sobre as despesas públicas, cabe discriminar como a Constituição de 1988 definiu competências tributárias para as três esferas de poder público, a municipal, a estadual e a federal (quadro 1).

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÃO DE TRIBUTOS SEGUNDO COMPETÊNCIA DE ARRECADAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

COMPETÊNCIA	IMPOSTOS
Municipal	IPTU (imposto sobre propriedade territorial urbana); ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza); ITBI (imposto sobre transmissão de bens e imóveis).
Estadual	ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte, Comunicação e Energia); IPVA (Imposto sobre Veículos Automotores); ITCD (Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação).
Federal	IR (Imposto de Pessoas Físicas e Jurídicas sobre Proventos de Qualquer Natureza); IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados); II (Imposto sobre Importação); IE (Imposto sobre Exportação); ITR (Imposto Territorial Rural); IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

FONTE: Rezende (2001)

¹²Usualmente trata-se, neste caso, de uma transferência discricionária. Esta classificação, dentre outras, será estudada na seção 3.2.1.

¹³Os impostos são o principal componente dos tributos. Como se verá a seguir, o IR e o IPI, dois dos principais impostos de competência da União, são repartidos com os municípios via FPM.

No quadro tem-se apenas os impostos. Contudo, além disso é facultado às três entidades cobrar taxas, contribuições de melhoria e multas, conforme regras estabelecidas pelo código tributário e leis complementares.

3.1.2 Despesas Públicas

Antes de trabalhar com a questão das transferências é importante descrever como são classificados os gastos públicos de uma forma geral.

Os gastos públicos podem ser classificados, conforme Rezende (2001), segundo: a) a finalidade do gasto; e b) a natureza do dispêndio.

Quanto à finalidade, os gastos são classificados em funções, programas e subprogramas. Pode-se dar alguns exemplos, como: administração direta, segurança pública, assistência social, educação e cultura. Com estas subdivisões é possível analisar a lógica das políticas administrativas locais.

Com relação à natureza do dispêndio, existem quatro principais categorias: Custeio, Investimento, Transferências e Inversões Financeiras. Estas subdivisões objetivam dimensionar a participação do dispêndio governamental nos principais agregados da análise macroeconômica.

Em relação às transferências, no caso específico dos municípios, estas são referentes aos recursos destinados a previdência social e dispêndios com servidores públicos inativos. Desta forma, os gastos com transferência e custeio são classificados como despesas correntes, enquanto os gastos com investimentos e inversões são classificados como despesas de capital.

Segundo a classificação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2004), os investimentos são: "Despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamento e material permanente". Já as inversões financeiras são "dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização; a títulos financeiros e à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas, inclusive às operações bancárias ou de seguros". Na contabilidade pública adotada

pela STN as despesas de capital estão subdivididas em investimentos, inversões financeiras e despesas de transferência de capital. Esta última se constitui basicamente nas amortizações das dívidas pagas.

3.2 AS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

3.2.1 A Tipologia das Transferências

A tipologia das transferências intergovernamentais, dada a classificação feita por Prado (2001, p.3), possui três denominações:

- a) transferências como instrumentos de política fiscal federativa;
- b) transferências no orçamento cedente: legais *versus* discricionárias;
- c) transferências no organismo receptor: livres ou vinculadas.

3.2.1.1 Transferências como instrumentos de política fiscal federativa

A política fiscal federativa, segundo Prado, pode ser entendida sob três objetivos distintos: devolução tributária, transferências redistributivas e viabilização de políticas setoriais.

O primeiro refere-se à devolução tributária. Os tributos arrecadados por um nível superior governamental no espaço físico¹⁴ de um nível inferior provoca a necessidade de se repassar, via transferência, parcela do valor arrecadado da entidade superior à inferior. Isto se explica, por exemplo, pelo fato de a capacidade tributária de um município ser apropriada pelo estado da federação ao qual pertence este município, devido a uma norma legal que define a competência por instituir, cobrar e arrecadar um determinado tributo ao estado. Nesta situação se faz justiça na devolução, pelo menos em parte, do tributo arrecadado pelo estado ao município. É importante observar que o efeito distributivo é neutro neste caso, pois a cada região é repassada apenas a parcela que esta teria arrecadado caso a norma legal assim permitisse.

¹⁴No espaço físico onde o fato gerador do tributo ocorreu.

O segundo objetivo refere-se a tornar menos desiguais diferentes regiões através das transferências distributivas. Em muitos casos a base tributária e a eficiência na arrecadação guardam grandes diferenças entre as diversas regiões geopolíticas. Isto provoca forte desigualdade nas receitas locais, as quais, para serem amenizadas, conduzem as entidades públicas superiores a empreenderem transferências distributivas. Assim, estes valores transferidos não poderiam ser de outra forma arrecadados pelas esferas públicas inferiores.

O terceiro objetivo refere-se às políticas setoriais aplicadas nacionalmente. Apesar de essas políticas serem de decisão centralizada no governo federal, o gerenciamento e a execução são, normalmente, aplicados localmente. Logo, são transferidos recursos com o objetivo específico de atender a estas políticas públicas adotadas centralmente, pois seria pouco provável que localmente houvesse capacidade de se levantar recursos suficientes para tanto. Neste caso das políticas setoriais, trata-se, então, de transferências condicionadas.

3.2.1.2 As transferências no orçamento cedente: legais *versus* discricionárias

Tem-se, a seguir, na visão de Prado, a diferença entre as transferências legais e discricionárias:

Transferências legais são aquelas cujos critérios que definem a origem dos recursos e os montantes a serem distribuídos para cada governo estão especificados em lei ou na Constituição e *transferências discricionárias* (ou, no Brasil, por alguns autores, *transferências negociadas*) são, no essencial, resultado do processo orçamentário anual dos governos de nível superior – federal e estadual – em princípio sem qualquer correlação com os fluxos das transferências legais, resultando de negociações entre autoridades centrais e governos subnacionais e seus representantes no Parlamento (PRADO, 2001, p.4).

Para Prado (2001, p.5), as transferências discricionárias deveriam ter caráter complementar ou de emergência, no sentido de suprir necessidades momentâneas que, devido à ocorrência de eventualidade, não estariam previstas, a princípio, no orçamento público local.

3.2.1.3 As transferências no organismo receptor: livres ou vinculadas

As transferências devem, por fim, estar classificadas segundo o critério de condicionalidade que cerca seu uso pelos governos receptores destas receitas.

Existem recursos provindos das transferências que são totalmente livres e desvinculados de qualquer compromisso a princípio estabelecido. Estes recursos se somam ao fundo geral de receitas próprias dos municípios e ficam à disposição destes para a execução dos seus gastos orçamentários. Por outro lado, as transferências condicionadas servem para complementar ou compor integralmente programas de políticas públicas específicos.

3.2.2 As Transferências Livres: FPM e Cota-Parte do ICMs

As transferências historicamente antecedem a Constituição de 1988, porém, com o advento desta, os municípios ganham uma participação maior na divisão dos impostos federais.¹⁵ Isto propiciou uma maior autonomia e liberdade dos gastos por parte dos municípios, uma vez que os recursos advindos das receitas das transferências do FPM, assim como a cota-parte do ICMs, não são vinculados a gastos específicos (transferências livres).

O objetivo principal das políticas de transferências intergovernamentais é o de reduzir as desigualdades regionais, como, aliás, dispõe a atual visão de governo federal denotada pelo Ministério da Fazenda (2004): "O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios".

A união fica responsável pelo FPM, que é composto de 22,5% de todo o valor arrecadado do IR e do IPI. Já os estados ficam responsáveis pelo repasse de 25%

¹⁵Segundo a lei que instituiu o Código Tributário Nacional (Lei .º 5.172, de 25 de outubro de 1966), cabia ao FPM 10% das arrecadações do IR e do IPI, contra 22,5% determinados pela atual Constituição (18 de outubro de 1988) a partir do ano de 1993.

do ICMs. Em relação ao FPM, os recursos são distribuídos, predominantemente, conforme o tamanho do município. Já a cota-parte do ICMs a ser distribuída aos municípios corresponde, em sua maior parte, de forma direta, ao valor adicionado gerado dentro do próprio município.

De todo valor do FPM, 10% é destinado às capitais dos estados da federação e 90% são destinados às demais cidades do país.¹⁶ A fórmula de divisão é dada pelo seguinte algoritmo:

$$Ti = \frac{Te * Ci}{\sum Ci}$$

Onde:

Ti é a parcela que cabe a cada município *i* do estado sob consideração;

Te é a parcela total que cabe aos municípios de cada estado;

Ci é o coeficiente específico para cada município.

As parcelas que cabem a cada estado da federação não são proporcionais a suas respectivas populações, pois quis a política pública nacional privilegiar os estados das Regiões Norte e Nordeste; logo, os municípios destas regiões recebem proporcionalmente mais, dado o tamanho relativo de suas populações.

A magnitude do coeficiente *CI* varia de 0,6 a 4,0.¹⁷ Este coeficiente varia de forma direta ao tamanho da população de cada município *i*. Por exemplo, os municípios com população inferior a 10.188 habitantes possuem um coeficiente de 0,6; já os municípios com população entre 10.189 e 13.584 habitantes têm coeficiente de 0,8, sendo que quanto maior a população maior o coeficiente de distribuição. Contudo, este coeficiente não cresce de forma linear, ou seja, não segue na mesma proporção que a população. Desta forma, municípios com população entre 115.465 e 129.048 habitantes têm coeficiente de 3,4. Verifica-se que esta faixa populacional é

¹⁶Segundo Ato Complementar n.º 35, de 28 de fevereiro de 1967.

¹⁷Conforme Decreto-Lei n.º 1.881, de 27 de agosto de 1981.

cerca de 10 vezes maior que a anteriormente mencionada, de 10.189 a 13.584, porém o coeficiente é apenas 4,25 (3,4/0,8) vezes maior. Logo, percebe-se que em termos *per capita* a distribuição do FPM privilegia os municípios de menor porte.

Em 1981, através do Decreto-Lei n.º 1.881, foi criada uma reserva do FPM exclusiva para os municípios com população acima de 156.216 habitantes. Esta reserva é de 4,0% sobre o total da cota dos municípios do interior, excluídos, assim, os 10% já anteriormente destinados às capitais estaduais. Desta forma, coube a estes municípios 4,0% sobre os 90% destinados aos municípios do interior, ou seja, 3,6%.

Em resumo, desde 1981 e até os dias atuais¹⁸ a repartição é feita da seguinte forma: 10% para as capitais; 3,6% para os municípios com população acima de 156.216 habitantes; e 86,4% para os demais municípios. Para este último grupo de municípios a regra de distribuição do FPM não se altera. Já para as capitais e para o grupo de municípios com população acima de 156.216 habitantes é estabelecida uma regra complexa de cálculo, no qual são levados em consideração o tamanho relativo da população e o inverso da renda *per capita* estadual¹⁹ no qual o município se encontra.

O Paraná possui 7 municípios com população acima de 156.216 habitantes, excetuando a capital, sendo que todos estão no mesmo intervalo de população segundo o critério da lei.²⁰ Desse modo, municípios como Colombo e Londrina recebem exatamente os mesmos recursos do FPM, embora a população do segundo seja 2,4 vezes maior que a do primeiro.

¹⁸De fato, a Lei 9.424 (1996), que instituiu o Fundef, retirou 15% do valor total que constitui o FPM. De qualquer forma, o valor restante (85%) continuou sendo distribuído conforme definido pelo Decreto-Lei 1.881, de 1981.

¹⁹Neste caso, privilegia-se, na distribuição dos recursos do FPM, os municípios dos estados com renda *per capita* menor, em detrimento dos de renda *per capita* maior.

²⁰Segundo o censo de 2000, o Brasil possui 115 municípios com população acima de 156.213 habitantes (excluídas as capitais). Para este grupo de municípios o Decreto-Lei n.º 1.881 estabelece uma tabela de fatores conforme o tamanho relativo da população sobre a soma de todos os municípios deste mesmo grupo. A primeira faixa começa em 2%; daí em diante a cada 0,5% corresponde um novo fator. No Paraná, Londrina é a maior cidade, com uma participação relativa sobre o total das cidades do grupo no país de 1,26%, enquanto Colombo é a menor, com participação relativa de 0,52%. Logo, ambas se encontram na mesma faixa.

É importante observar que para as mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste nenhum município se encontra na faixa de população superior a 156.213 habitantes, sendo o município com maior população, nas duas mesorregiões, o de Francisco Beltrão (SO), com 67.123 habitantes, segundo o censo de 2000 do IBGE.

Em relação ao ICMS, a Constituição determina que 25% do valor arrecadado no Estado seja distribuído aos seus respectivos municípios. Desta parcela de 25%, 75% deve ser distribuída de forma proporcional ao valor adicionado gerado no próprio município, resultando, então, que 18,75% do ICMS arrecadado no município volta via cota-parte do ICMS. Os outros 25% são distribuídos conforme critérios estabelecidos individualmente por cada estado da federação. No caso paranaense, foi dado um enfoque maior ao aspecto rural, como mostra a tabela 1:

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL CATEGORIZADA DA COTA-PARTE DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ

CATEGORIA	Peso (%)
ICMS arrecadado	75
Fator ambiental	5
Valor bruto da arrecadação agropecuária	8
Número total de habitantes	6
Número de propriedades rurais cadastradas	2
Área territorial (km ²) do município	2
Fator fixo (1/número total de municípios)	2

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda

Em relação aos critérios adotados no estado do Paraná, dois destes merecem explicações especiais: fator ambiental e fator fixo. Em relação ao primeiro²¹, serão beneficiados os municípios que tenham parte de seu território integrando unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de abastecimento público. Já em relação ao fator fixo, cada um dos 399 municípios paranaenses recebe a mesma receita de transferência. Neste caso, 0,5% (2% dos 25% da arrecadação total do ICMS) são distribuídos igualmente entre todos os municípios paranaenses.

²¹Segundo o artigo 132 da Constituição Estadual do Paraná de 1989.

Segundo Prado (2001, p.17), a cota-parte do ICMs pode ser dividida, em termos de objetivos de política fiscal federativa, em devolução tributária e em transferências distributivas. O primeiro caso se refere aos 75% distribuídos de forma proporcional ao valor adicionado gerado no próprio município; o segundo se relaciona aos 25% da cota-parte do ICMs determinados pela lei estadual. Contudo, no caso paranaense, como aponta a tabela 1, pelo menos no que se refere aos 8% da cota-parte que devem ser distribuídos conforme o valor bruto da arrecadação tributária, trata-se, também, de uma devolução tributária. Sendo assim, 83% do valor da cota-parte do ICMs corresponde a uma devolução tributária.

3.2.3 Outras Transferências

O FPM e a cota-parte do ICMs correspondem em média a cerca de 70% de todas as transferências recebidas pelos pequenos municípios paranaenses das mesorregiões em estudo (IPARDES, 2004).²² No entanto, outras transferências, de menor impacto nos orçamentos municipais, devem ser mencionadas: Cota-Parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativo a Título ou Valor Mobiliário do Comércio do Ouro (IOF-ouro); Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Lei Complementar 87/96 (lei Kandir); Compensação Financeira de Extração Mineral (CFEM); Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo (FEP); Transferências do Sistema Único de Saúde (SUS); Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS); Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Cota-Parte do salário educação; e as transferências de capital²³.

Merecem atenção especial o Fundef e o SUS.

²²A Secretaria do Tesouro Nacional (dados trabalhados): Sudoeste (72,86%) e Norte Pioneiro (75,18%).

²³Secretaria do Tesouro Nacional: www.stn.fazenda.gov.br

O Fundef, criado pela Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, instituiu um fundo formado por 15% dos recursos:

- a) transferidos dos estados para os municípios referentes à cota-parte do ICMs;
- b) do FPM e do Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- c) da parcela de 10% referente ao Imposto de Produtos Industrializados que a União entrega aos estados da federação a título de compensação por produtos industrializados exportados a partir destes estados.

Os valores do Fundef serão distribuídos²⁴ aos municípios, estados e Distrito Federal conforme o número de matrículas efetivas nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino para alunos de 1.^a a 8.^a série.

Os recursos transferidos para a saúde, via SUS, têm como critério de distribuição, segundo o artigo n.º 35 da Lei 8.080, de 1990, que metade dos recursos deve respeitar a situação demográfica, sendo os outros critérios:

- a) perfil epidemiológico da população a ser coberta;
- b) características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;
- c) desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;
- d) níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais;
- e) previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;
- f) ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

A norma legal dita, tanto em relação às transferências do Fundef quanto do SUS, que os recursos obrigatoriamente devem ser despendidos nas áreas de educação e saúde respectivamente.

²⁴Conforme artigo 2.º da Lei 9.424, de 1996.

3.3 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES MUNICIPAIS PERTINENTES ÀS SUAS POLÍTICAS DE GASTOS

Os municípios receptores das transferências intergovernamentais passam a ter à sua disposição recursos para executarem as políticas públicas típicas destas esferas de poder.

As responsabilidades municipais são definidas pela Constituição Federal de 1988, que ditou, em seu artigo n.º 30, o que compete aos municípios. Dentre os parágrafos deste artigo, encontram-se: aplicar suas rendas advindas dos impostos de sua competência; ter responsabilidade sobre os serviços públicos locais, inclusive o transporte público, que é de caráter essencial; manter e prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, a educação pré-escolar e de ensino fundamental, além dos serviços de atendimento à saúde da população; promover o adequado ordenamento territorial, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local.

No caso da educação, é importante destacar que a Constituição, em seu artigo 212, determinou que os municípios terão que gastar no mínimo 25% de seus impostos, inclusive as transferências recebidas, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Além disso, a emenda constitucional número 14 de 1996 reza que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

No caso da saúde, a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, regulamentou, através da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outras atribuições, a competência da União, dos estados e distrito federal e dos municípios. Para estes últimos, o artigo n.º 18 definiu uma dúzia de atribuições, dentre as quais estão organizar, planejar e gerir os serviços públicos de saúde; participar conjuntamente com os estados da federação na organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS; executar serviços nas áreas de saúde do trabalho, vigilância sanitária, alimentação e nutrição, dentre outras; e gerir laboratórios públicos e hemocentros.²⁵

²⁵Para uma visão mais completa dessas atribuições, consultar o Anexo 3 deste estudo.

4 A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE

O objetivo deste capítulo é mostrar, de forma resumida, a caracterização socioeconômica das duas mesorregiões em tela, com o intuito de demonstrar suas diferenças, as quais, por sua vez, levam a desafios distintos para as administrações públicas municipais de cada uma das regiões. Para tanto, o assunto é discernido em seções que trazem informações de cada área para ambas as regiões, sendo que ao final de cada seção são apresentados os dados em tabela que sintetiza as informações da área tratada. Para visualização da localização geográfica, as duas mesorregiões se encontram em destaque no mapa do Estado do Paraná no apêndice 3.

4.1 QUADRO GERAL

O Norte Pioneiro é uma região de ocupação mais antiga, que remonta ao século XIX. Sua exploração se deu à base de grandes propriedades e cerca de 70% de seu território é de terras férteis, do tipo terra roxa estruturada. Se no passado, até a década de 60, esta mesorregião era uma das mais populosas do Estado, a partir da queda da produção cafeeira a participação de sua população, no cômputo total do Estado, caiu pela metade (10,2% para 5,7%) no período de 1970 a 2000.

A situação social é relativamente crítica: dos 46 municípios da mesorregião, nenhum apresenta nível de desenvolvimento considerado alto ($IDH-M > 0,800$) e apenas dois – Cornélio Procópio e Barra do Jacaré – posicionam-se acima do IDH-M estadual, que era, para o ano de 2000, de 0,786 (IPARDES, 2004). Em termos econômicos a Norte Pioneiro possui a penúltima posição em termos de VAF (valor adicionado fiscal) e a última em termos *per capita*, uma indústria pouco vigorosa e centros institucionais de ciência, tecnologia e inovação incipientes.

A Sudoeste foi uma das últimas mesorregiões a serem efetivamente ocupadas no Estado, contribuindo, para isto, um forte fluxo migratório de Santa Catarina e do

Rio Grande do Sul. A ocupação se deu à base de pequenas propriedades, sendo que 97,4% dos estabelecimentos possuem menos de 100 hectares, ocupando 72,7% da área total (IPARDES, 2004).

A situação social é de relativo equilíbrio: a maioria dos municípios ocupa posições intermediárias no *ranking* estadual do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), ressaltando-se que, dos 23 municípios do Paraná com IDH-M acima da média estadual, 6 encontram-se no Sudoeste. O VAF posiciona a região em 7.º lugar em termos estaduais e em 5.º em termos *per capita*, traduzindo uma economia ainda dependente do setor agropecuário de pequena e média propriedade, porém com um setor industrial que começa a se diversificar apoiado pelas prefeituras municipais através de incentivos fiscais para a formação de distritos industriais.

4.2 SITUAÇÃO ECONÔMICA

4.2.1 Agropecuária

O Norte Pioneiro teve na cultura do café a sua máxima expressão de crescimento econômico. No início do século XX, grandes propriedades de lavoura de café foram aos poucos substituindo as propriedades da precária criação de suinocultura. A crise veio com a superprodução dos anos 60, que levou o governo federal a promover a remoção de uma grande quantidade de pés de café em todo o país. No Paraná foram 470 milhões, o que liberou 670.000 hectares (IPARDES, 2004) para outras atividades agropecuárias, ocupadas, então, principalmente pelas culturas de algodão, milho, feijão e cana-de-açúcar.

A partir de meados da década de 70 as necessidades por exportação traduziram-se em uma ampliação da produção da soja, que, no caso da Norte Pioneiro, ocupou predominantemente sua área oeste. A natureza da cultura da soja exigia grandes propriedades com forte mecanização, o que contribuiu fortemente para a liberação de mão-de-obra, ao contrário do que se verificava com a cultura do café. As terras mais a leste desta região, devido às suas características de baixa fertilidade, tiveram na pecuária e reflores

tamento suas principais atividades. No entanto, estas atividades, que também exigiam grandes propriedades, são pouco intensivas de capital e de trabalho, o que redundou em considerável queda no dinamismo econômico da região como um todo.

A mesorregião Sudoeste passa, desde o início do século XX, por um processo de ocupação à base de pequenas propriedades. A exploração da madeira e da erva-mate por colonizadores catarinenses e gaúchos, a partir da década de 20, conduz a uma expansão da ocupação regional. A base produtiva passa por transformações a partir da década de 60, com ampliação da fronteira agrícola provocada pela cultura da soja, assim como ocorreu com o Norte Pioneiro. Apesar do avanço desta cultura, a região consegue manter sua característica de pequenas propriedades, devido a uma coordenação local que promoveu, através de inserção tecnológica, a produção de novas atividades agrícolas como a fruticultura, gado leiteiro e agroindústrias locais.

Historicamente o processo de concentração da propriedade de terras ocorreu nas duas mesorregiões, porém de forma mais intensa no Norte Pioneiro. Sendo assim, pelo índice de Gini, a concentração de terras estava, para o ano de 1995, em 0,743 no Norte Pioneiro e em 0,582 no Sudoeste.²⁶ Para este mesmo ano, os estabelecimentos agropecuários com até 50 hectares representavam 84,2% das propriedades no Norte Pioneiro, ocupando 25,9% do total da área; para a Sudoeste, tinha-se, respectivamente 92,8% e 58,2%. Já os estabelecimentos agropecuários acima de 200 hectares representavam, no Norte Pioneiro, 4,3% das propriedades e 49% da área, enquanto para a Sudoeste correspondiam, respectivamente, a 1% e 17%.

Em relação à condição de posse das terras, estas podem ser: próprias, arrendadas, parceria e ocupada, predominando em ambas as regiões a posse por propriedade, sendo de 70,5% no Norte Pioneiro e 80,1% no Sudoeste.

²⁶Dados do censo agropecuário do IBGE extraídos de IPARDES: Leituras Regionais. Curitiba, 2004. O índice de Gini mede a concentração de uma determinada variável, indo de 0 a 1, sendo tanto mais concentrada quanto mais próxima de 1.

A mecanização²⁷ é um fator mais preponderante na Sudoeste, com 92,3% dos estabelecimentos a utilizá-la, enquanto o Norte Pioneiro se encontra no patamar de 52% (IPARDES, 2004).

Em termos de valor médio de produção por hectare, segundo dados do IBGE de 1995, a Sudoeste supera a Norte Pioneiro em 64,6%. Para 2001, com base nos dados do IBGE para produção agrícola municipal, a mesorregião Norte Pioneiro é responsável por 7% da produção de grãos do Estado, contra 10,2% da Sudoeste. Para o mesmo ano, em relação à pecuária, à exceção dos bovinos,²⁸ a abrangência dos rebanhos da Sudoeste supera a da mesorregião Norte Pioneiro em termos de participação estadual: para os suínos (18,05% contra 3,5%), ovinos e caprinos (7,9% contra 5,3%) e aves (17,1% contra 3,9%).

Em resumo, para um rol de 8 dos principais produtos agropecuários do Estado, em 5 deles a Sudoeste possui participação maior do que a Norte Pioneiro: soja, milho, aves, suínos e produção de leite; já o inverso é verificado para 3 produtos: cana-de-açúcar, feijão e bovinos.

A tabela 2 traz, de forma sintetizada, a situação no setor da agropecuária.

TABELA 2 - INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA NA AGROPECUÁRIA PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 1995

DESCRIÇÃO	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO
Concentração de terra pelo índice de Gini	0,582	0,743
Participação dos estabelecimentos agropecuários até 50 há (%)	92,8	84,2
Total da área ocupada por estabelecimentos até 50 há (%)	58,2	25,9
Participação dos estabelecimentos agropecuários acima de 200 há (%)	1,0	4,3
Total da área ocupada por estabelecimentos acima de 200 há (%)	17,0	49,0
Estabelecimentos com mecanização (%)	92,3	52,0
Valor médio da produção por há (R\$)	546,05	331,80
Participação na produção de grãos no total do Estado (%)	⁽¹⁾ 10,2	⁽¹⁾ 7,0

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Dados referentes ao ano de 2001.

²⁷A utilização de tração motor não exclui a possibilidade de tração animal, não sendo raro o uso de ambas em muitos estabelecimentos: IBGE: Censo Agropecuário, 1995.

²⁸Em relação ao total do Estado, a Sudoeste possui 8,1% do rebanho, contra 9,7% da Norte Pioneiro.

4.2.2 Economia Urbana: Indústria, Comércio e Serviço

Em 2002 a mesorregião Norte Pioneiro possuía 1.004 estabelecimentos industriais, enquanto a Sudoeste tinha 1.413. Em termos de VAF industrial ambas se equiparam, com participação sobre o total do Estado de 1,5% e 1,6% respectivamente, sendo, aliás, a penúltima e antipenúltima dentre as 10 mesorregiões do Estado.

No Norte Pioneiro, para dados de 2002, as atividades agroindustriais se concentram, em termos de participação no total do VAF industrial regional, nas atividades ligadas ao café (19,8%), açúcar e álcool (17,3%) e derivados do milho (11,2%). Ainda nas atividades industriais o vestuário (5,3%) e a fiação de algodão e seda (6,9%) merecem destaque (IPARDES, 2004). Para a Sudoeste a agroindústria também possui forte participação no VAF industrial: abate e processamento de aves (38,6%) e laticínios (8,2%). Outro destaque para a indústria é eletrodoméstico (8,9%) e vestuário (7,4%).

Para o comércio a Sudoeste tem uma participação de 3,2% do VAF estadual, enquanto o serviço está em 1,5% para dados do ano de 2000. A Norte Pioneiro estava com 2,6% de participação para o comércio e 0,9% nos serviços. Em termos de posicionamento (*ranking*) estadual, a Norte Pioneiro estava em 7.º lugar no comércio e 8.º lugar nos serviços. Já a Sudoeste estava em 5.º lugar tanto no comércio quanto nos serviços.

O comércio varejista é o destaque da Norte Pioneiro, com participação de 2,9% no VAF estadual, enquanto nos serviços os destaques ocorrem nos setores de atividades imobiliárias e de aluguel e de serviços prestados para as empresas, com participação de 3,8% e 4,0%, respectivamente, do VAF estadual. Na mesorregião Sudoeste o comércio e reparação de veículos apresentaram 4,5% de participação no VAF do Estado, sendo o destaque desta região o item comércio. Em relação aos serviços, sobressaem, para a Sudoeste, os segmentos de transporte (3,2%) e alimentação (1,5%).

É importante sublinhar que as atividades industriais, comerciais e de serviços não se encontram homogeneamente distribuídas pelas duas mesorregiões, pelo contrário, no mais das vezes, é um pequeno grupo de cidades que concentra o maior percentual das atividades supracitadas.

A tabela 3 apresenta, de forma sintetizada, a situação no setor da indústria, comércio e serviços.

TABELA 3 - INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA NA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2001/2002

DESCRIÇÃO	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO
Número de estabelecimentos industriais	1.413	1.004
Participação do VAF industrial no total do Estado (%)	1,6	1,5
Posição no <i>ranking</i> estadual do VAF industrial	8.º	9.º
Participação do VAF do comércio no total do Estado (%)	3,2	2,6
Posição no <i>ranking</i> estadual do VAF do comércio	5.º	7.º
Participação do VAF do serviço no total do Estado (%)	1,5	0,9
Posição no <i>ranking</i> estadual do VAF do serviço	5.º	8.º

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

4.3 SITUAÇÃO SOCIAL

4.3.1 Questão Demográfica

Em consonância com o que se verificou na situação econômica, mais especificamente no aspecto da agropecuária, a decadência da produção cafeeira contribuiu para que a Norte Pioneiro tivesse uma redução de sua população em termos absolutos de 22,3%, no intervalo de 1970 a 2000, evidenciando-se, como deveria se supor, uma queda mais acentuada na área rural, que, para o mesmo período, foi de espantosos 72,6%.

A mesorregião Sudoeste possui, como foi visto, uma das ocupações territoriais mais recentes do Estado, com forte crescimento até a década de 70. Contudo, o processo de redução da população rural também foi sentido nesta região, o que provocou uma desaceleração no crescimento populacional nas décadas seguintes (1980 a 2000). No intervalo de tempo mais abrangente – 1970/2000 –, ainda assim, houve crescimento positivo de 5,9% no total da população regional.

Em 2000 a participação no total da população estadual conferia à Norte Pioneiro um patamar de 5,7% (5,3% da população urbana e 7,7% da rural). Para a Sudoeste este patamar estava em 4,9% (sendo 3,6% da urbana e 10,7% da rural). Pode-se inferir que, embora a redução da população rural, nas últimas 3 décadas do século passado, tenha sido

predominante em todo o Estado,²⁹ esta foi menos severa em relação à Sudoeste, o que, de certa forma, corrobora com o fato de esta região possuir um viés de pequenas propriedades, como, aliás, foi analisado anteriormente.

Apesar da forte urbanização verificada nas duas regiões, assim como em todo o Estado, a taxa de urbanização dessas duas mesorregiões se encontra entre as últimas posições do Estado. A Sudoeste é a de 2.º menor índice (60% em 2000), e a Norte Pioneiro vem com o 5.º menor índice, com 75,1% de população vivendo em área urbana. Uma característica comum às duas regiões é a não concentração urbana em poucos municípios, havendo, assim, uma maior dispersão populacional dentre várias cidades. Somente 5 municípios, em ambas as regiões, possuem população urbana acima de 20.000 habitantes, e nenhum município, também nas duas regiões, tem população total acima de 100.000 habitantes.

No quadro demográfico geral, tanto a Sudoeste quanto a Norte Pioneiro têm apresentado um fluxo migratório negativo (emigrações superando imigrações), sendo a perda da Sudoeste de 24,4% de sua população, na década de 90, e a Norte Pioneiro apresentando uma sangria populacional de 20,0% no mesmo período.

A tabela a seguir apresenta, de forma sintetizada, a situação na área social relativa à questão demográfica.

TABELA 4 - INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA QUESTÃO DEMOGRÁFICA PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 1970/2000

DESCRIÇÃO	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO
População absoluta em 1970	446.360	705.957
População absoluta em 2000	472.626	548.190
Diferença da população rural de 2000 em relação a 1970	-176.621	-360.692
Diferença em % da população rural de 2000 em relação a 1970 (%)	-48,2	-72,6
Participação no total da população absoluta do Estado em 2000 (%)	4,9	5,7
Participação no total da população urbana do Estado em 2000 (%)	3,6	5,3
Participação no total da população rural do Estado em 2000 (%)	10,7	7,7
Taxa de urbanização e posição no <i>ranking</i> estadual em 2000	60,0% (9.º)	75,1% (5.º)
Emigração em termos absolutos e relativos de 1990 a 2000	115.366 (24,4%)	109.797 (20,0%)

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

²⁹A queda da população rural no total do Estado de 1970 a 2000 foi de 59,8%.

4.3.2 Educação

A educação é um dos itens de grande importância na definição do patamar de desenvolvimento humano. Por obrigação constitucional, os municípios devem se empenhar em assegurar o ensino pré-escolar e fundamental. Desta forma, pode-se analisar a performance destas regiões no que concerne a estes níveis da educação.

No Estado do Paraná, a média de frequência escolar é de 9,67% para criança de 0 a 3 anos, 53,26% de 4 a 6 anos, e 95,65% para criança de 7 a 14 anos (IPARDES, 2004). Dentre todos os municípios do Norte Pioneiro, 75% estão abaixo da média estadual na 1ª faixa etária, 62% na segunda faixa e 64% na faixa de 7 a 14 anos. Na Sudoeste, para as mesmas faixas etárias tem-se, respectivamente: 84%, 35% e 11%. Percebe-se que os números da Sudoeste são melhores que os da Norte Pioneiro, com exceção das crianças mais novas, sendo porém, neste caso, uma diferença não muito grande.

No ano de 2002 a mesorregião Norte Pioneiro possuía uma estrutura física de 269 estabelecimentos para pré-escola (75% públicas) e de 487 escolas que ofertam ensino fundamental (92% públicas). Já a Sudoeste possuía, para o mesmo ano, 287 estabelecimentos para pré-escola (86% públicas) e 437 para ensino fundamental (92% públicas). Se se considerar que a população para a faixa etária de 0 a 14 anos é 32,8% maior na Norte Pioneiro, além de esta possuir uma quantidade maior de municípios (46 contra 37), percebe-se que a municipalidade da Sudoeste se mostra mais ativa na intenção de sanar as demandas educacionais, principalmente no que se refere à pré-escola. Isto se confirma se for levada em conta a maior participação do setor público neste nível escolar na Sudoeste, em comparação com a Norte Pioneiro (86% contra 75%). Evidentemente, como aliás é objeto desta dissertação, faz-se necessário um estudo da relação de receitas, incluindo aí as transferências, e as despesas por finalidade para os municípios das duas regiões.

A tabela 5 mostra a situação na área social relativa à educação.

TABELA 5 - INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

DESCRIÇÃO	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO
Percentual de municípios abaixo da média estadual de frequência escolar na faixa etária de 0 a 3 anos	84	75
Percentual de municípios abaixo da média estadual de frequência escolar na faixa etária de 4 a 6 anos	35	62
Percentual de municípios abaixo da média estadual de frequência escolar na faixa etária de 7 a 14 anos	11	64
Estabelecimento de ensino - Pré escola	⁽¹⁾ 287	⁽¹⁾ 269
Estabelecimento de ensino - Fundamental	⁽¹⁾ 437	⁽¹⁾ 487
Percentual de unidades públicas sobre o total - Pré-escola	⁽¹⁾ 86	⁽¹⁾ 75
Percentual de unidades públicas sobre o total - Fundamental	⁽¹⁾ 92	⁽¹⁾ 92

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Dados para o ano de 2002.

4.3.3 Saúde

Assim como a educação, a saúde é um importante item para o cálculo do desenvolvimento humano. O atendimento à saúde da população também é uma obrigação constitucional para os municípios.

Em relação à mortalidade infantil, 60% dos municípios da Norte Pioneiro apresentaram coeficientes superiores à média estadual, que, para o ano de 2000, havia sido de 20,3.³⁰ Para a Sudoeste, 46% dos municípios se encontravam na mesma situação.

Em termos de aparelhamento hospitalar, levando-se em conta somente os hospitais vinculados à rede SUS, o Estado do Paraná possuía, para o ano de 2003, 3.000 habitantes por leito e 474 hospitais; a mesorregião Norte Pioneiro possuía, para o mesmo ano, 3.300 habitantes por leito e 45 hospitais; enquanto a Sudoeste possuía 3.100 habitantes/leito e 35 hospitais. A rede de hospitais é praticamente proporcional à quantidade de municípios nas duas regiões – 46 na Norte Pioneiro e 37 na Sudoeste. Contudo, ambas se encontram em situação pior que a média do Estado no que se refere a leitos/habitantes, sendo a situação da Norte Pioneiro um pouco pior.

³⁰Segundo dados do PNUD o coeficiente representa o número de óbitos de menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos (IPARDES, 2004).

As unidades de saúde da família, que são ao todo, no Estado do Paraná, em número de 725, têm para a Norte Pioneiro 70 unidades, e para a Sudoeste 58. Neste caso também é guardada uma certa proporcionalidade correspondente com o número de habitantes entre as duas regiões.³¹ Contudo, no que se refere à inexistência dessas unidades por município, a Norte Pioneiro possuía, em 2003, cerca de 30% de seus municípios sem nenhuma unidade de saúde das famílias, enquanto a Sudoeste tinha 50% de seus municípios na mesma situação.

A tabela 6 apresenta, de forma sintetizada, a situação na área social relativa à saúde.

TABELA 6 - INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA SAÚDE PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000/2003

DESCRIÇÃO	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO
Percentual de municípios acima da média estadual da taxa de mortalidade infantil em 2000	46	60
Habitantes por leito de hospital em 2003	3.100	3.300
Número de hospitais em 2003	35	45
Unidades de saúde da família em 2003	58	70
Percentual de municípios sem unidades de saúde da família em 2003	50	30

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

4.3.4 Saneamento

Embora não entre na composição de uma variável diretamente relacionada no cálculo do IDH-M, o saneamento é um importante fator na melhoria das condições de vida da população, redundando de forma indireta na melhoria dos indicadores de saúde.

A rede de abastecimento de água para domicílios permanentes é quase universal nas áreas urbanas das duas regiões, assim como em todo o Estado. Para dados de 2000, segundo o censo do IBGE, na Norte Pioneiro a cobertura é de 98,3% e

³¹A Norte Pioneiro tem uma população 16% maior que a da Sudoeste e 20% a mais de unidades de saúde da família.

na Sudoeste de 96,1%, porém na área rural a situação é precária: 13,4% e 10% respectivamente. Isto de fato representa um problema mais intenso para a Sudoeste, pois esta possui uma população rural proporcionalmente maior: 40,1%, contra 24,9% da Norte Pioneiro.

O nível da rede de esgotamento sanitário, diferentemente do abastecimento de água, tinha números bem menos alentadores para o mesmo ano de 2000. Na Norte Pioneiro, 52,0% de domicílios permanentes urbanos eram atendidos,³² enquanto apenas 6,8% dos rurais. Para a Sudoeste os números eram, respectivamente, de 24,4% e 9,6%. Pode-se observar que a Sudoeste sofre condições mais severas, em termos urbanos, do que a Norte Pioneiro. Já na área rural a precariedade mostra-se ampla para as duas regiões, sendo um pouco mais aguda na Norte Pioneiro.

Os dados sobre coleta de lixo finalizam a interpretação sobre a questão do saneamento. As 10 mesorregiões estaduais possuem um alto grau de domicílios atendidos por coleta de lixo nas áreas urbanas. Na Norte Pioneiro, 96,6% dos domicílios são atendidos, e na Sudoeste este percentual é de 93,8%. Novamente no que se refere à situação rural, a precariedade demonstra ser o padrão. Na Norte Pioneiro somente 11,4% dos domicílios são atendidos, e na Sudoeste apenas 4,3%.

A tabela 7 apresenta, de forma sintetizada, a situação na área social relativa ao saneamento.

TABELA 7 - INFORMAÇÕES SINTETIZADAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE SANEAMENTO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

DESCRIÇÃO	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO
Percentual de domicílios atendidos por rede de abastecimento de água nas áreas urbanas	96,1	98,3
Percentual de domicílios atendidos por rede de abastecimento de água nas áreas rurais	10,0	13,4
Percentual de domicílios atendidos por rede de esgotamento sanitário nas áreas urbanas	24,4	52,0
Percentual de domicílios atendidos por rede de esgotamento sanitário nas áreas rurais	9,6	6,8
Percentual de domicílios atendidos por coleta de lixo nas áreas urbanas	93,8	96,6
Percentual de domicílios atendidos por coleta de lixo nas áreas rurais	4,3	11,4

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

³²Esta é uma das raras situações em que a mesorregião Norte Pioneiro se encontra em melhores condições do que o restante do Estado, pois somente a mesorregião Metropolitana de Curitiba apresenta percentual superior, a saber, 64,3% de domicílios, em áreas urbanas, atendidos pela rede de esgotamento sanitário, sendo a média estadual de 45,9%.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação econômica se mostra mais favorável, de fato, na mesorregião Sudoeste, que possui uma agricultura mais produtiva e, também, menos concentrada por propriedades. Nos setores mais dinâmicos da economia moderna, como a indústria e os serviços, ambas as regiões se encontram entre as menos favorecidas do Estado. Nestes setores mais dinâmicos a economia estadual é fortemente concentrada na mesorregião Metropolitana de Curitiba. O setor rural é o grande dinamizador da economia do interior do Estado, e neste setor a Sudoeste se posiciona em franca vantagem em relação à Norte Pioneiro, haja vista o fato de o VAF *per capita* ser 42,3% maior na Sudoeste do que em relação ao Norte Pioneiro no ano de 2000.

O grau maior de urbanização na Norte Pioneiro, em consonância com o maior vigor da agroindústria, fazem de fato a diferença em prol da Sudoeste no aspecto econômico, pois é justamente no setor mais dinâmico da economia destas duas mesorregiões (agroindústria e pecuária) que a Sudoeste sobressai.

Na área social algumas importantes distinções devem ser destacadas. Na educação os números demonstram ser mais favoráveis para a mesorregião Sudoeste. Por outro lado, no que diz respeito à saúde a situação é equivalente nas duas mesorregiões. A Norte Pioneiro só mostra alguma vantagem em relação ao saneamento, pois possui um maior nível de urbanização, sendo usualmente o setor urbano, em detrimento do rural, mais assistido por este tipo de serviço.

5 AS NECESSIDADES, AS DESPESAS PÚBLICAS E AS TRANSFERÊNCIAS: UMA ANÁLISE EM ESPELHO DA SUDOESTE E NORTE PIONEIRO

Neste capítulo a intenção é conhecer como as necessidades, despesas públicas e transferências, cada uma a seu turno, se delineiam comparativamente em relação às mesorregiões Sudoeste e Norte Pioneiro.

São considerados, aqui, os 81 municípios³³ do conjunto das duas mesorregiões. Como foi visto na seção referente à metodologia, serão estudadas 23 variáveis concernentes aos grupos em análise (necessidades, despesas³⁴ e transferências). Para cada variável os municípios estão ordenados do maior para o menor valor, ou vice-versa, conforme o caso. Contudo, devido ao grande tamanho em que ficaria cada tabela na análise de cada uma destas variáveis, foi definido um método para que fosse possível sintetizar estas tabelas.

Assim, as tabelas trazem os municípios divididos em 9 estratos, sendo cada estrato correspondente ao intervalo de 9 municípios, somando-se, desta forma, os 81 municípios. Ao todo as tabelas possuem 4 colunas, sendo a primeira relativa à denominação da classificação dos estratos (do 1.º ao 9.º, do 10.º ao 18.º e assim por diante). As duas colunas seguintes demonstram quantos municípios se encontram para cada mesorregião por faixa de estrato. A última coluna representa a média do valor da variável no estrato. Desse modo, a soma para cada estrato da 2.º e 3.º colunas (correspondentes aos municípios da Sudoeste e Norte Pioneiro, respectivamente) será sempre 9; a soma de todos os estratos da segunda coluna será sempre 36 (total de municípios da Sudoeste); e a soma de todos os estratos da terceira coluna será sempre 45 (total de municípios da Norte Pioneiro).

³³De fato o conjunto das duas mesorregiões contém 83 municípios, porém não estão disponíveis no sistema da Secretaria do Tesouro Nacional dados sobre dois municípios: Santo Antônio do Sudoeste (da Sudoeste) e Santana do Itararé (da Norte Pioneiro).

³⁴As despesas estão divididas em despesas correntes por finalidade e despesas de capital (investimentos).

Em muitas ocasiões, para facilitar o entendimento da análise, os 9 estratos das tabelas são agregados, na forma textual, em três terços (do 1.º ao 27.º, do 28.º ao 54.º e do 55.º ao 81.º). Algumas análises gráficas também são feitas a partir destes estratos concentrados nestes três terços.

Estas análises, com tabelas e gráficos, dos grupos de variáveis de necessidade, despesas e transferências, são tratadas a partir da seção 5.2. Antes disto, contudo, é importante estudar o IDH-M como medida de necessidade.

5.1 O IDH-M COMO MEDIDA DE NECESSIDADE

O Índice de Desenvolvimento Humano, concebido teoricamente pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e divulgado para todo o planeta considerando 166 países. O IDH tem por objetivo ser um indicador de medida mais ampla de desenvolvimento que não leve em consideração somente os aspectos econômicos. Como é apontado pelo próprio PNUD (2005): "Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana".

O IDH considera o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*, já corrigido pelo poder de compra de cada moeda; a longevidade (medida pela expectativa de vida ao nascer); a educação (medida pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrículas em todos os níveis de ensino). O IDH é uma média destes três elementos (renda, longevidade e educação).

O IDH não é uma medida perfeita de desenvolvimento, conforme o PNUD (2005) observa: "Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da felicidade das pessoas, nem indica o melhor lugar no mundo para se viver". Contudo, é um indicador relevante para substituir o dilema de se analisar ou o PIB *per capita* ou uma série de tabelas relativas aos outros fatores de desenvolvimento. A

possibilidade de um único índice poder balizar vários aspectos de desenvolvimento é um grande ganho para interpretações, estudos e aplicações de políticas de desenvolvimento, como confirma a visão de Amartya Sen no prefácio do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999:

Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantá-lo) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano (1999).

Para caracterizar o município, a utilização do IDH passa por uma necessidade de adaptação, pois deve-se ajustar a base de dados disponíveis ao nível municipal. Os fenômenos considerados no IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal) são os mesmos enfocados no IDH, porém com algumas alterações. O quadro a seguir elucida estas relações:

QUADRO 2 - METODOLOGIA DO CÁLCULO DO IDH-M

FENÔMENO	INDICADOR	PESO	MÉTODO DE CÁLCULO
Educação	Taxa de alfabetização	2	Cociente do número de habitantes com mais de 15 anos capazes de ler e escrever um bilhete simples pelo número total de habitantes com mais de 15 anos.
	Taxa bruta de frequência à escola	1	Cociente dos habitantes entre 7 e 22 anos que estão matriculados em ensino regular ⁽¹⁾ pelo total de habitantes entre 7 e 22 anos.
Saúde (longevidade)	Expectativa de vida ao nascer	1	Expectativa de vida (número médio de anos que a pessoa deverá viver) ao nascer no município em determinado ano.
Renda	Renda municipal <i>per capita</i>	1	Cociente do total da renda ⁽²⁾ de todos os habitantes pelo total de habitantes.

FONTE: PNUD

(1) Ensino fundamental, médio ou superior, inclusive os cursos supletivos e de pós-graduação.

(2) Este dado é obtido do questionário ampliado do censo IBGE e, então, extrapolado para toda a população.

Para calcular o IDH-M, baseando-se nas informações do quadro acima, apresenta-se um determinado rol de procedimentos, que serão demonstrados a seguir em forma de exemplo.

Para o cálculo do IDH-M educação, supondo, por exemplo, que a taxa de alfabetização de um determinado município *m* seja de 80%, e a taxa bruta de frequência escolar seja de 60%, então o IDH-M educação será de 0,733, ou seja:

$$\text{IDH-M educação: } [(0,80 \cdot 2 + 0,60) / 3] = 0,733$$

O cálculo do IDH-M saúde envolve o conceito de longevidade, que, distintamente do IDH nacional, não considera os dados do registro civil, por serem inadequados. Desta forma, são usadas técnicas indiretas, nas quais são levados em conta os dados do censo e a proporcionalidade de mortes. Baseando-se nestes dados, estima-se a esperança de vida ao nascer. Para transformar a esperança de vida em um índice, são utilizados dois parâmetros de medida, um máximo (de 85 anos) e um mínimo (de 25 anos). Assim, se no município *m* a esperança de vida ao nascer é de 68 anos, tem-se o seguinte cálculo:

$$\text{IDH-M saúde: } (68-25) / (85-25) = 43 / 60 = 0,717.$$

Por fim, calcula-se o IDH-M renda. Para este índice é utilizado o conceito de renda *per capita*. Uma vez obtidos os dados da pesquisa do censo demográfico, do questionário ampliado, é calculada a renda total do município – incluídos os salários, as aposentadorias e as transferências governamentais –, que é, então, dividida pelo total da população, inclusive crianças e pessoas sem renda. De forma análoga ao cálculo do IDH-M saúde, deve-se converter a renda *per capita* municipal em um índice. Para tanto são utilizados dois parâmetros³⁵: um máximo, de renda mensal de R\$ 1.560,17, e um mínimo, de renda mensal de R\$ 3,90. Para chegar ao índice é utilizado o seguinte algoritmo:

³⁵O PNUD estabelece estes parâmetros, máximo e mínimo, em dólares, que posteriormente são convertidos, pelo poder de paridade de compra, para as moedas nacionais. Como os dados obtidos para o cálculo da renda são referentes ao ano de 2000, os valores expressos em reais são valores correntes de 1.º de agosto de 2000.

$$IDH - M Renda = \frac{\log rpm - \log r \min}{\log r \max - \log r \min}$$

Onde: *rpm*: renda *per capita* municipal;

r min: parâmetro mínimo de renda;

r max: parâmetro máximo de renda.

Sendo assim, supondo uma renda *per capita* de R\$ 741,00 para o município *m*, tem-se o seguinte índice:

$$IDH-M Renda = (\log R\$ 741,00 - \log R\$ 3,90) / (\log R\$ 1.560,17 - \log R\$ 3,90) = 0,876$$

Para cada IDH-M auferido (educação, saúde e renda) é montada uma escala de valores que vai de 0 (zero) a 1 (um), sendo que o de maior desempenho equivale a 1. Todos os demais, que se encontram no intervalo entre o pior e o melhor, recebem valores proporcionais. Logo, no exemplo corrente, se o melhor desempenho em educação fosse um IDH de 0,950, então aplica-se uma regra de três para determinar o IDH referente:

$$0,950 \rightarrow 1$$

$$0,733 \rightarrow x$$

$$\text{sendo que } x = 0,733/0,95 = 0,772.$$

De posse de cada IDH-M auferido e ajustado ao maior IDH-M, conforme visto acima, tira-se uma média aritmética simples para se obter o IDH-M final do município. Supondo que para o município deste exemplo os IDH-M saúde e renda sejam respectivamente de 0,755 e 0,911, então o IDH-M final será de 0,796 $(0,772 + 0,755 + 0,911 / 3)$.

A escolha do IDH-M como indicador de referência como medida de necessidade parece ser o caminho mais adequado e disponível. Embora alguns autores, como Prud'Homme (1998), refiram-se ao tamanho da população como um indicador de necessidade, o IDH-M, apesar de suas limitações, mostra-se mais coerente para o propósito de investigação a que se propõe este trabalho, ainda mais quando se mostra possível analisá-lo de forma separada por fenômeno de abordagem, como é o caso da saúde e da educação.

O método a ser utilizado será o de considerar tanto maior a necessidade municipal por gastos em uma determinada área quanto menor for o IDH-M do fenômeno referente a esta área.

5.2 AS NECESSIDADES MUNICIPAIS

Nesta seção são hierarquizados os municípios das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste. Para tanto, estes são classificados conforme o IDH-M educação e o IDH-M saúde em duas tabelas distintas (tabelas A.1.1 e A.1.2 do Apêndice 1). A primeira tabela (A.1.1) mostra os municípios classificados conforme o IDH-M educação – do menor para o maior índice – considerando-se as duas mesorregiões em conjunto. A segunda tabela (A.1.2), de forma análoga à primeira, traz a classificação conforme o IDH-M saúde.

De forma condensada, pode-se observar as tabelas agrupadas por faixas (estratos) de municípios, bem como a quantidade, respectiva para cada faixa, de representantes por mesorregião. A seguir, tem-se a tabela com os dados do setor de educação.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM CRESCENTE DE IDH-M EDUCAÇÃO SEGUNDO OS ESTRATOS NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	MÉDIA DO IDH-M EDUCAÇÃO
1.º ----- 9.º	-	9	0,770
10.º ----- 18.º	2	7	0,791
19.º ----- 27.º	1	8	0,805
28.º ----- 36.º	1	8	0,820
37.º ----- 45.º	3	6	0,833
46.º ----- 54.º	7	2	0,843
55.º ----- 63.º	7	2	0,855
64.º ----- 72.º	7	2	0,868
73.º ----- 81.º	8	1	0,898

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do PNUD.

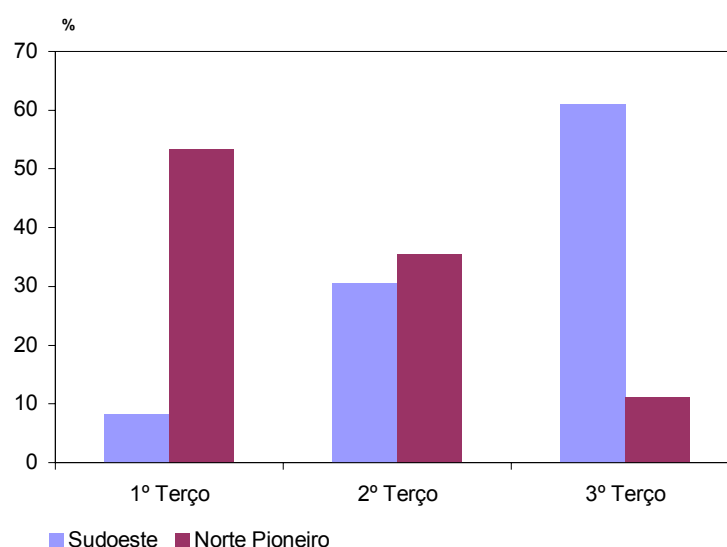
Observa-se, pela tabela, que os municípios do primeiro estrato, ou seja, com maiores necessidades na área de educação, são todos da mesorregião Norte Pioneiro,

enquanto dentre aqueles do último estrato, com menores necessidades, 8 são pertencentes à mesorregião Sudoeste e apenas 1 faz parte da Norte Pioneiro. À medida que se observa a tabela como um todo, percebe-se uma forte predominância dos municípios da Norte Pioneiro nos primeiros estratos, invertendo-se o panorama em prol da Sudoeste à medida que se avança para os estratos representativos de menor necessidade na área de educação.

Observa-se também que na soma dos três primeiros estratos, isto é, os de maior grau de necessidade em educação, a Norte Pioneiro possui 24 municípios de um total de 45, ou seja, 53,3% de seus municípios, enquanto a Sudoeste possui apenas 3 municípios de um total de 36, ou 8,3% dos seus municípios.

A exposição gráfica ilustra melhor esta situação, na qual se percebe claramente que os municípios da Norte Pioneiro se concentram mais fortemente no primeiro terço de estratos de condição mais precária na educação, enquanto os da Sudoeste se encontram mais presentes no último terço dos estratos, aqueles de menor necessidade neste setor.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO A HIERARQUIA DO IDH-M EDUCAÇÃO NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000



FONTE: PNUD

A seguir, tem-se a tabela para o setor de saúde.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM CRESCENTE DE IDH-M SAÚDE, SEGUNDO OS ESTRATOS NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	MÉDIA DO IDH-M SAÚDE
1.º ----- 9.º	1	8	0,671
10.º ----- 18.º	-	9	0,702
19.º ----- 27.º	3	6	0,714
28.º ----- 36.º	5	4	0,734
37.º ----- 45.º	2	7	0,751
46.º ----- 54.º	3	6	0,736
55.º ----- 63.º	6	3	0,776
64.º ----- 72.º	9	-	0,805
73.º ----- 81.º	7	2	0,839

FONTE: O autor

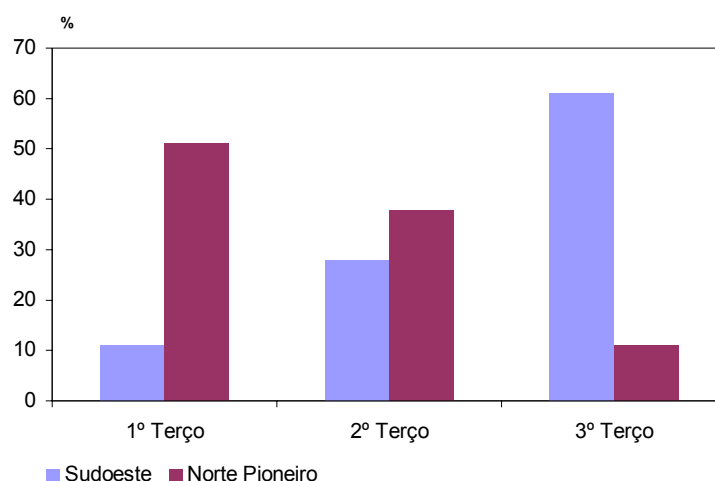
NOTA: Dados brutos extraídos do PNUD.

Visualizando a tabela 9 como um todo, percebe-se uma forte predominância, nos primeiros estratos, dos municípios da Norte Pioneiro, enquanto os municípios da Sudoeste se mostram mais presentes nos últimos estratos.

De uma forma analítica mais precisa, pode-se notar, pelo primeiro terço (até os três primeiros estratos) dos municípios hierarquizados, uma forte preponderância dos municípios do Norte Pioneiro. De um total de 45 municípios, a Norte Pioneiro possui 23 (51,1%) de todos os seus municípios no primeiro terço de necessitados nessa área; já para os da Sudoeste, na mesma relação, 4 municípios (11,1%) estão entre os mais carentes no setor de saúde.

O gráfico a seguir demonstra esta situação.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO A HIERARQUIA DO IDH-M SAÚDE NAS MESORREGIÕES NORTE PIONEIRO E SUDOESTE PARANAENSES - 2000



FONTE: PNUD

É interessante observar que os gráficos 1 e 2 têm um desenho muito semelhante, o que retrata, até certo ponto, um grau de necessidades, tanto na educação quanto na saúde, preponderantemente maior na Norte Pioneiro, comparativamente com a Sudoeste.

5.3 DESPESAS POR FINALIDADE

A forma como os municípios despendem seus recursos passa a ser, agora, o objeto de análise. O enfoque principal será verificar o quanto é gasto em educação e saúde e saneamento. Porém, além destes indicadores de gastos, serão verificados os demais gastos em separado, como se fossem um único bloco de gastos.

Dois enfoques são dados para esta análise: o primeiro é o valor *per capita* gasto em cada finalidade, e o segundo é a participação específica de cada gasto por finalidade no total das despesas municipais. No primeiro caso procura-se analisar o esforço dado naquela área sobre a finalidade a que se propõe, enquanto no segundo caso pondera-se sobre a escolha política pública entre diversas possibilidades de gastos.

Os dados originais, com todos os municípios das duas mesorregiões, que serão trabalhados nas próximas seções (5.3.1, 5.3.2, 5.3.3 e 5.4), encontram-se no Apêndice 1. Os dados *per capita* encontram-se na tabela A.1.3 e os dados relativos na tabela A.1.4.

5.3.1 Despesas na Educação

A tabela a seguir mostra o dispêndio dos municípios das duas mesorregiões classificados do maior para o menor gasto *per capita* na área de educação. Resume-se em 9 estratos todos os 81 municípios em estudo, mostrando, a cada estrato, qual é a participação de cada mesorregião.

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS *PER CAPITA* EM EDUCAÇÃO, SEGUNDO OS ESTRATOS, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO <i>PER CAPITA</i> (R\$)
1.º ----- 9.º	3	6	237,64
10.º ----- 18.º	7	2	186,81
19.º ----- 27.º	6	3	162,30
28.º ----- 36.º	5	4	144,55
37.º ----- 45.º	4	5	133,09
46.º ----- 54.º	2	7	120,62
55.º ----- 63.º	6	3	113,36
64.º ----- 72.º	2	7	107,98
73.º ----- 81.º	1	8	89,71

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Observando-se a tabela, não fica claro, a princípio, qual mesorregião está gastando mais em termos *per capita* em educação. Fazendo a análise pelos primeiros três estratos, tem-se que na Sudoeste 44,4% dos municípios se encontram entre os que mais gastam por habitante em educação, enquanto os da Norte Pioneiro correspondem, para o mesmo parâmetro, a 24,4%. Para o último terço de municípios estratificados, aqueles entre o 55.º e 81.º, ou seja, os de menor gasto *per capita*, a situação é: Sudoeste (25% de seus municípios) e Norte Pioneiro (40% de seus municípios). Este quadro mostra que a Sudoeste gasta mais com educação, em termos *per capita*, do que

a Norte Pioneiro. O gasto médio *per capita* em educação da Sudoeste era, para o ano de 2000, de R\$ 151,67, enquanto para o Norte Pioneiro este era de R\$ 137,88, ou seja, a primeira supera a segunda em 10,0%.

Embora a Norte Pioneiro esteja em uma situação de maior necessidade por melhoria nos indicadores de educação, seus municípios não são receptores de maiores recursos nesta área; pelo contrário, acabam por receber menos recursos. Isto pode explicar o pior desempenho da Norte Pioneiro, sendo a causa de seus indicadores inferiores de IDH-M educação. Por outro lado, há de se verificar, a seguir, se as receitas *per capita* à disposição da Norte Pioneiro são compatíveis com seus gastos em educação, comparativamente à Sudoeste.

É interessante, assim, fazer a mesma análise sem a presença do Fundef, pois esta receita de transferência é totalmente vinculada a gastos de educação. Evidentemente, se um determinado município, pelas normas de distribuição deste fundo, recebe mais recursos, este terá por consequência maior gasto na área de educação, porém isto não se dará por deliberação própria. A tabela 11 auxilia na interpretação do efeito do Fundef.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS *PER CAPITA* EM EDUCAÇÃO EXCLUÍDO O FUNDEF, SEGUNDO OS ESTRATOS, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO <i>PER CAPITA</i> (R\$)
1.º ----- 9.º	3	6	186,91
10.º ----- 18.º	7	2	150,61
19.º ----- 27.º	6	3	130,51
28.º ----- 36.º	2	7	107,31
37.º ----- 45.º	3	6	97,12
46.º ----- 54.º	3	6	87,84
55.º ----- 63.º	6	3	80,90
64.º ----- 72.º	3	6	73,43
73.º ----- 81.º	3	6	52,22

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

A tabela 11 é a mesma que a tabela 10, tendo sido excluídos, porém, os dados referentes ao Fundef, pois para cada município foi retirado de seus gastos em

educação o que este recebeu via transferência deste fundo. Como se pode observar na tabela 11, a relação não se altera para o primeiro terço de estratos. Aliás, permanecem exatamente as mesmas relações observadas na tabela 10, ou seja, o Fundef parece não alterar a relação dos gastos em educação entre as mesorregiões. Para os estratos de menor gasto em educação (os três últimos), as relações são: Sudoeste, 33% de seus municípios, e Norte Pioneiro, 33% de seus municípios. Neste caso a distribuição é indiferente entre as duas mesorregiões, ao contrário do que se observava até então, na tabela 10, na qual a Sudoeste se encontrava menos representada em comparação à Norte Pioneiro. De certa forma, o efeito para os municípios de menor gasto em educação, uma vez excluído o fator Fundef, fez com que esses se tornassem indistinguíveis entre si, independentemente da mesorregião em que se encontrassem.

O que se verifica é que a transferência média *per capita* do Fundef foi para a Sudoeste, em 2000, de R\$ 45,32, enquanto para a Norte Pioneiro foi de R\$ 32,35, ou seja, 40,09% superior. Em termos relativos, para a Sudoeste o Fundef *per capita* teve participação de 29,88% do total de gastos médios *per capita* em educação, enquanto para a Norte Pioneiro este representou 23,46%. Assim, verifica-se que, embora a Sudoeste tenha recebido maiores recursos do Fundef, o esforço dos seus municípios, uma vez descontado o efeito deste fundo, fica muito próximo ao executado pelos municípios da Norte Pioneiro. Estes aspectos referentes ao Fundef podem ser observados, resumidamente, na tabela 12.

TABELA 12 - COMPARATIVO DE GASTOS *PER CAPITA* COM EDUCAÇÃO COM E SEM O FUNDEF ENTRE AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES- 2000

TIPO DE DISPÊNDIO EM EDUCAÇÃO	GASTOS (R\$)		DIFERENÇA %
	Sudoeste	Norte Pioneiro	
Gastos <i>per capita</i> totais em educação	151,67	137,88	10,00
Fundef <i>per capita</i>	45,32	32,35	40,09
Gastos <i>per capita</i> , sem o FUNDEF, em educação	106,35	105,53	0,78

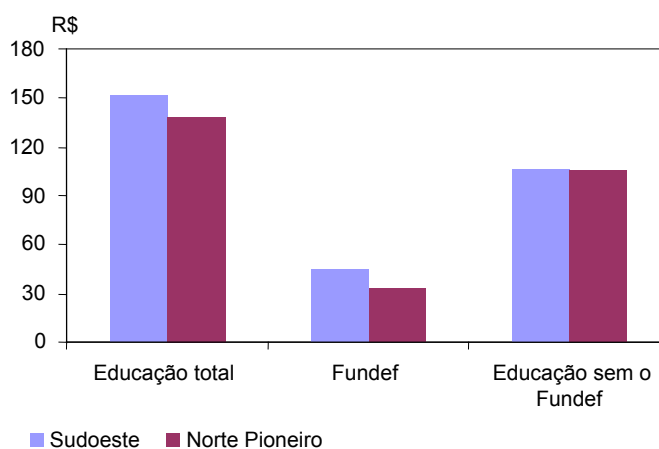
FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Percebe-se, pela tabela, que a superioridade de gastos da mesorregião Sudoeste se deve, quase que totalmente, à maior transferência recebida do Fundef, pois, uma vez subtraído o efeito deste fundo, a diferença, embora ainda positiva em favor da Sudoeste, reduz-se significativamente.

O gráfico que se segue traduz esses resultados.

GRÁFICO 3 - GASTOS *PER CAPITA* EM EDUCAÇÃO TOTAL, FUNDEF E GASTO EM EDUCAÇÃO SEM O FUNDEF NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES- 2000



FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Na apreciação do gráfico 3 percebe-se que a distância que diferencia os gastos totais em educação entre as regiões é, de fato, representada pela diferença da transferência do Fundef recebida a mais pela Sudoeste.

Na próxima tabela analisa-se a escolha política de gastos para a educação dos municípios das duas mesorregiões. Para tanto, foram estratificados os municípios por ordem de gasto relativo em educação contra todos os demais gastos executados pelas administrações municipais. Neste caso também é usado o critério de gastos por finalidade.

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PERCENTUAIS DE GASTOS COM EDUCAÇÃO, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO COM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE GASTOS (%)
1.º ----- 9.º	3	6	36,48
10.º ----- 18.º	1	8	32,39
19.º ----- 27.º	2	7	29,82
28.º ----- 36.º	7	2	27,84
37.º ----- 45.º	5	4	26,73
46.º ----- 54.º	3	6	25,85
55.º ----- 63.º	4	5	24,86
64.º ----- 72.º	7	2	23,97
73.º ----- 81.º	4	5	21,76

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Interpretando a tabela 13 tem-se que os municípios do primeiro estrato gastam em média 36,48% em educação, contra 63,52% dos demais gastos. No último estrato o gasto médio é de apenas 21,76%, contra 78,24% dos demais gastos.

O fato de existirem vários municípios com gastos inferiores a 25% no setor de educação não significa, necessariamente, uma afronta direta ao artigo 212 da constituição federal. Como reza este artigo, 25% das receitas em impostos e transferências recebidas devem ser gastas em educação. Logo, não se incluem neste caso as taxas nem as contribuições de melhoria, que, embora estejam inclusas na receita orçamentária, não são foco dos 25% a serem gastos em educação. Além disso, as relações apresentadas na tabela se referem ao total dos gastos e não ao total das receitas.

Verifica-se que, dentre os municípios da Norte Pioneiro, 46,7% estão entre os três primeiros estratos, ou seja, a escolha política de gastos da Norte Pioneiro na área de educação é superior à da Sudoeste, pois, para esta mesorregião, somente 16,7% de seus municípios estão entre os primeiros três estratos. Nos últimos três estratos a Norte Pioneiro teve 26,7% de seus municípios representados, enquanto a Sudoeste teve 41,7%.

Para confirmar que a Norte Pioneiro de fato atribui à educação, relativamente a outras despesas, maior decisão de gastos, também se deve, neste caso, excluir o

efeito do Fundef. Para tanto foi elaborada a tabela 14, que, assim como a tabela 13, traz o gasto relativo em educação contra todos os demais, sendo que, neste caso, excluem-se do gasto em educação, para cada município, os valores recebidos por via de transferência do Fundef.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PERCENTUAIS DE GASTOS COM EDUCAÇÃO, EXCLUÍDO O FUNDEF, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO COM EDUCAÇÃO (SEM O FUNDEF) EM RELAÇÃO AO TOTAL DE GASTOS (%)
1.º ----- 9.º	3	6	27,21
10.º ----- 18.º	2	7	25,00
19.º ----- 27.º	3	6	24,00
28.º ----- 36.º	4	5	22,55
37.º ----- 45.º	3	6	21,09
46.º ----- 54.º	5	4	19,53
55.º ----- 63.º	3	6	17,11
64.º ----- 72.º	4	5	14,01
73.º ----- 81.º	9	-	12,23

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Pela tabela, nota-se, no primeiro terço de estratos, 22,2% dos municípios da Sudoeste e 42,2% dos municípios da Norte Pioneiro. No último terço dos estratos encontram-se 44,4% dos municípios da Sudoeste e 30,6% dos da Norte Pioneiro.

Percebe-se, portanto, que, mesmo ao se retirar o efeito do Fundef, a Norte Pioneiro mantém uma política própria de gastos em educação superior à Sudoeste, contudo esta vantagem se torna um pouco menos intensa. De fato, o gasto médio relativo em educação para a mesorregião Norte Pioneiro, no ano de 2000, foi de 28,66%, e da Sudoeste de 26,59%; quando excluído o efeito do Fundef, os números ficam em 20,59% e 17,50% respectivamente. A tabela a seguir ajuda a perceber o quanto da escolha política em gastos de educação foi afetado pelas transferências do Fundef.

TABELA 15 - COMPARATIVO DE GASTOS RELATIVOS COM EDUCAÇÃO COM E SEM FUNDEF ENTRE AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES- 2000

TIPO DE DISPÊNDIO EM EDUCAÇÃO	GASTO (%)		
	Sudoeste	Norte Pioneiro	Diferença em pontos percentuais
Participação dos gastos	26,59	28,66	2,07
Fundef sobre o total das receitas	8,00	6,88	1,12
Participação dos gastos sem o Fundef	17,50	20,59	3,09

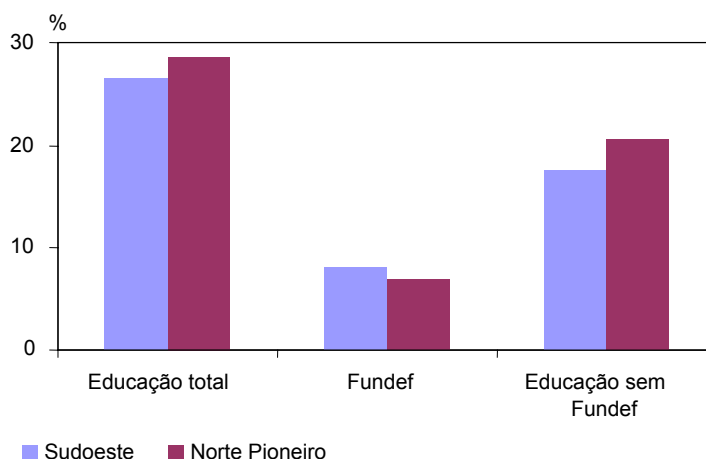
FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

A diferença entre os valores da 1ª linha e da 2ª linha para a Sudoeste e Norte Pioneiro não é exatamente igual aos da 3ª linha, pois os valores do Fundef são em relação às receitas, ao contrário dos demais, que são em relação às despesas.

É importante destacar, como demonstra claramente a tabela 15, que a opção da Norte Pioneiro em dedicar uma parcela maior de suas despesas para a educação, em comparação com a Sudoeste, acentua-se ainda mais quando retirada a parcela referente ao Fundef. O gráfico a seguir ajuda a perceber esta situação:

GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DE GASTOS COM EDUCAÇÃO TOTAL, FUNDEF E EDUCAÇÃO SEM O FUNDEF NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANENSES - 2000



FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

A mesorregião Sudoeste mantém uma alocação relativa de recursos em educação inferior à da Norte Pioneiro, apesar de receber proporcionalmente mais transferências do Fundef. Quando se analisa sob o prisma da liberalidade de escolha

política de despesas públicas (em outras palavras, levando-se em conta as receitas não vinculadas), a Sudoeste reduz seus gastos em educação relativamente em comparação à Norte Pioneiro.

Em conclusão, pode-se perceber que os gastos *per capita* em educação, excluído o fator Fundef, são muito próximos para as duas mesorregiões. Contudo, a participação relativa dos gastos em educação são proporcionalmente maiores na Norte Pioneiro. De certa forma, é como se a Sudoeste não necessitasse fazer uma opção mais veemente em prol de gastos com a educação, por já possuir um patamar superior de receitas. Isto fica evidente no caso do Fundef, que privilegia a Sudoeste, fazendo com que esta região possa, apesar de manter um gasto *per capita* livre em educação similar ao da Norte Pioneiro, ter um gasto total *per capita* efetivo em educação superior (incluído, então, o Fundef). É pertinente observar que o papel das transferências mais importantes, o FPM e a cota-parte do ICMs, que são objeto de estudo nesta dissertação, é fundamental no estudo da autonomia dos gastos municipais. Estas transferências serão estudadas na seção 5.5 do trabalho.

5.3.2 Despesas na Saúde

No estudo das despesas na área de saúde é utilizado um roteiro semelhante ao que foi abordado na educação. A tabela 16 apresenta a performance dos gastos *per capita* das mesorregiões.

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS *PER CAPITA* EM SAÚDE, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO (R\$)
1.º ----- 9.º	4	5	145,98
10.º ----- 18.º	7	2	108,32
19.º ----- 27.º	3	6	89,95
28.º ----- 36.º	6	3	83,26
37.º ----- 45.º	4	5	76,11
46.º ----- 54.º	4	5	69,56
55.º ----- 63.º	3	6	58,74
64.º ----- 72.º	4	5	50,65
73.º ----- 81.º	1	8	32,25

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Para os gastos *per capita* em saúde tem-se, no primeiro terço dos estratos: Sudoeste, com 38,9% de seus municípios, e Norte Pioneiro, com 28,9% de seus municípios; no último terço tem-se Sudoeste, com 22,2%, e Norte Pioneiro, com 42,2%.

A situação em relação à saúde é semelhante à observada na educação (com gasto total *per capita* – ver tabela 10), porém a diferença entre as mesorregiões não é tão significativa em relação aos maiores gastos *per capita* – aqueles dos primeiros três estratos. Já para o último terço de estratos a diferença observada nos gastos em saúde se assemelham aos observados na educação.

Os gastos médios em saúde, para a Sudoeste, são de R\$ 87,18, e para a Norte Pioneiro de R\$ 73,22. A diferença em prol da Sudoeste é de 19,07%, portanto.

Assim como ocorreu no caso da educação em relação ao Fundef, a saúde, em relação à transferência do SUS, merece uma análise em separado. Os municípios, ao receberem estas transferências, devem aplicá-las totalmente na área de saúde, pois, assim como o Fundef, a transferência do SUS gera uma receita vinculada. A tabela 17 mostra os gastos em saúde, excluía a transferência do SUS.

TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS *PER CAPITA* EM SAÚDE, EXCLUÍDA A TRANSFERÊNCIA DO SUS, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO (R\$)
1.º ----- 9.º	5	4	132,33
10.º ----- 18.º	2	7	84,95
19.º ----- 27.º	6	3	67,41
28.º ----- 36.º	5	4	57,50
37.º ----- 45.º	3	6	52,88
46.º ----- 54.º	6	3	48,46
55.º ----- 63.º	4	5	43,74
64.º ----- 72.º	4	5	35,03
73.º ----- 81.º	1	8	20,11

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Para cada município foi subtraída, de seu gasto *per capita* em saúde, a transferência do SUS *per capita*. Desse modo, sem a transferência do SUS, a tabela 17 mostra, para o primeiro terço dos estratos: Sudoeste, 36,1% de seus municípios, e

Norte Pioneiro, 31,1% de seus municípios; e no último terço: Sudoeste, 25%, e Norte Pioneiro 40%.

As relações são semelhantes às observadas no gasto total de saúde *per capita* (ver tabela 16), contudo as diferenças entre as mesorregiões se amenizam. Isto demonstra que, uma vez retirado o fator transferência do SUS, o esforço próprio de aplicação dos recursos na área de saúde se mostra menos dispar.

As transferências médias *per capita* do SUS, para o ano de 2000, foram de R\$ 22,99 para a Sudoeste e de R\$ 16,09 para a Norte Pioneiro. Logo, a diferença em prol da Sudoeste foi de 42,88%. Na tabela 18 resume-se o aspecto da transferência do SUS em relação aos gastos com saúde.

TABELA 18 - COMPARATIVO DE GASTOS *PER CAPITA* EM SAÚDE COM E SEM TRANSFERÊNCIA DO SUS ENTRE AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

DISPÊNDIO EM SAÚDE	SUDOESTE	NORTE PIONEIRO	DIFERENÇA %
Gastos <i>per capita</i> totais em saúde	87,18	73,22	19,07
Transferência SUS <i>per capita</i>	22,99	16,09	42,88
Gastos <i>per capita</i> , sem a transf. do SUS, em saúde	64,19	57,13	12,36

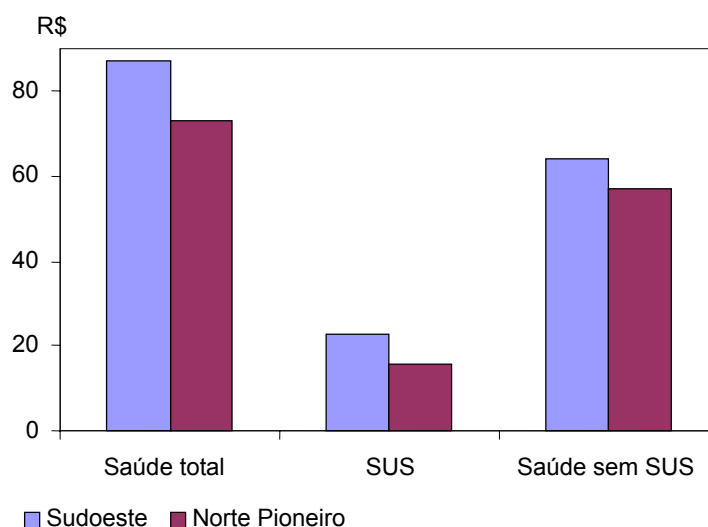
FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Verifica-se que o esforço superior da Sudoeste nos gastos *per capita* em saúde é devido, pelo menos em parte, ao fato de receber um montante superior de transferências vinculadas, sendo o esforço próprio na aplicação de recursos, embora também superior, de menor intensidade.

Para a visualização mais adequada da tabela 18, o gráfico a seguir mostra-se esclarecedor.

GRÁFICO 5 - GASTOS *PER CAPITA* EM SAÚDE TOTAL, TRANSFERÊNCIA DO SUS E GASTO EM SAÚDE SEM O SUS PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000



FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN

O próximo passo é analisar a política de gastos municipais para a saúde, observando qual é a proporção de despesas efetivada na área em relação às demais despesas. A tabela 19 ajuda nesta análise:

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS RELATIVOS EM SAÚDE E SANEAMENTO NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO COM SAÚDE E SANEAMENTO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE GASTOS (%)
1.º ----- 9.º	2	7	25,28
10.º ----- 18.º	3	6	19,04
19.º ----- 27.º	5	4	17,17
28.º ----- 36.º	6	3	15,94
37.º ----- 45.º	4	5	14,73
46.º ----- 54.º	5	4	13,63
55.º ----- 63.º	3	6	12,52
64.º ----- 72.º	5	4	11,41
73.º ----- 81.º	3	6	7,56

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Observa-se que 37,8% dos municípios da Norte Pioneiro se encontram entre os 3 estratos que mais despendem relativamente em saúde, comparativamente aos

demais gastos. A Sudoeste, por sua vez, tem 27,8% de seus municípios nessa mesma situação. Para os últimos três estratos se verificam: Norte Pioneiro, 35,6% de seus municípios, e Sudoeste, com 30,1%.

Dadas as informações do parágrafo anterior, nota-se que para os estratos de melhor desempenho a Norte Pioneiro se sobrepõe, mas para os estratos de menor desempenho ocorre o contrário, ou seja, a Sudoeste tem um desempenho não tão negativo quanto o da Norte Pioneiro. Desta forma, a situação entre as mesorregiões, em comparação, é de aparente equilíbrio. Para analisar este quadro com mais acuidade é interessante excluir o efeito das transferências do SUS sobre a escolha política de gastos em saúde executadas pelas mesorregiões. Para tanto, pode-se examinar a tabela 20:

TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS RELATIVOS EM SAÚDE E SANEAMENTO, EXCLUÍDA A TRANSFERÊNCIA DO SUS, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO COM SAÚDE (SEM O SUS) EM RELAÇÃO AO TOTAL DE GASTOS (%)
1.º ----- 9.º	2	7	21,58
10.º ----- 18.º	3	6	14,50
19.º ----- 27.º	3	6	12,84
28.º ----- 36.º	4	5	11,81
37.º ----- 45.º	6	3	10,79
46.º ----- 54.º	6	3	9,51
55.º ----- 63.º	5	4	8,53
64.º ----- 72.º	5	4	7,51
73.º ----- 81.º	2	7	5,26

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Como se verifica, 22,2% dos municípios da mesorregião Sudoeste se encontram nos primeiros três estratos e 42,2% dos municípios da Norte Pioneiro estão em equivalente situação. Para os últimos três estratos a Sudoeste tem 33,3% de seus municípios, e a Norte Pioneiro, evidentemente, os mesmos 33,3%.

Uma vez excluído o efeito das transferências do SUS, a política por gasto público em saúde mostra-se maior na Norte Pioneiro, em relação à Sudoeste, pelo menos para os municípios de maior gasto relativo em saúde, pois para os municípios de menor gasto as duas mesorregiões se tornam indistinguíveis.

O gasto médio relativo em saúde para a Sudoeste, no ano de 2000, foi de 15,20%. Quando excluídas as transferências do SUS este gasto cai para 11,05%. No caso da Norte Pioneiro os números foram de 15,30% e 11,63% respectivamente. Uma avaliação mais detalhada é apresentada na tabela 21:

TABELA 21 - COMPARATIVO DE GASTOS RELATIVOS EM SAÚDE COM E SEM A TRANSFERÊNCIA DO SUS ENTRE AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

DISPÊNDIO EM SAÚDE	SUDOESTE (%)	NORTE PIONEIRO (%)	DIFERENÇA EM PP
Participação dos gastos em saúde	15,20	15,30	-0,10
Transferência do SUS sobre o total das receitas	4,20	3,62	0,58
Participação dos gastos em saúde sem a transf. do SUS	11,05	11,63	-0,58

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

A diferença entre os valores da 1ª linha e da 2ª linha para a Sudoeste e Norte Pioneiro não é exatamente igual à da 3ª linha, pois os valores da transferência do SUS são em relação às receitas, ao contrário dos demais, que são em relação às despesas.

As duas mesorregiões têm uma política de gastos públicos em saúde muito próxima uma da outra. Porém, o recebimento de transferências do SUS é em maior monta para a Sudoeste, tanto em termos *per capita* – ver tabela 18 – quanto em termos relativos (ver tabela 21). Quando analisada exclusivamente a liberalidade de gastos, ou seja, já excluída a receita vinculada do SUS, a mesorregião Norte Pioneiro se afasta um pouco mais dos gastos relativos apresentados pela Sudoeste.

5.3.3 Demais Gastos

Como foi visto no capítulo 3, a Constituição determinou aos municípios uma série de responsabilidades perante sua população. Dentre elas estão os gastos em saúde e educação, o transporte público e o ordenamento espacial urbano, assim como a promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local. Contudo, os fenômenos mensurados pelo IDH-M se restringem à educação e à saúde, além, é claro, da renda. Para a análise futura das correlações entre necessidades, despesas e transferências não faz sentido trabalhar em separado com cada uma das despesas por finalidade. Assim, é feita a análise em um grande bloco, chamado de 'demais gastos', de forma análoga à realizada com educação e saúde.

Os demais gastos excluem os gastos com educação e saúde, mas incluem todos os demais,³⁶ como transporte e habitação.

A tabela a seguir expõe os gastos *per capita* de todas as despesas, excluídas as de saúde e educação.

TABELA 22 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS *PER CAPITA*, EXCLUÍDOS EDUCAÇÃO E SAÚDE, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO <i>PER CAPITA</i> (R\$)
1.º ----- 9.º	6	3	463,74
10.º ----- 18.º	6	3	381,09
19.º ----- 27.º	7	2	343,82
28.º ----- 36.º	3	6	306,12
37.º ----- 45.º	5	4	286,25
46.º ----- 54.º	4	5	259,35
55.º ----- 63.º	4	5	238,50
64.º ----- 72.º	1	8	212,80
73.º ----- 81.º	-	9	183,95

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

É interessante observar o forte predomínio da mesorregião Sudoeste, a qual, para o primeiro terço de estratos, tem 52,8% de seus municípios, enquanto a Norte Pioneiro tem 17,8% dos municípios. Para o último terço de estratos a Sudoeste possui 13,9% de todos os seus municípios e, a Norte Pioneiro, 48,9%.

O total das despesas orçamentárias *per capita* da Sudoeste, para o ano de 2000, era de R\$ 571,53, enquanto para a Norte Pioneiro era de R\$ 480,08, ou seja, a primeira mesorregião superava a segunda em 19,05%. Quando se faz a mesma comparação, excluindo-se agora os gastos em educação e saúde, os resultados ficam: Sudoeste R\$ 332,67, e Norte Pioneiro R\$ 268,99, ou seja, neste caso a primeira supera a segunda em 23,67%. A diferença do primeiro caso para o segundo demonstra haver uma menor diferença entre os gastos de educação e saúde das duas mesorregiões.

³⁶Os gastos, excluídos educação e saúde, são discriminados nas seguintes rubricas: legislativa, judiciária, planejamento, agricultura, habitação e urbanismo, indústria e comércio, assistência e previdência, transporte, segurança pública, desenvolvimento regional, energia e recursos naturais, comunicação e outras.

Fazendo a análise por gasto relativo, ou seja, a política de gastos públicos das mesorregiões quando se exclui a educação e a saúde, obtém-se a tabela que se segue:

TABELA 23 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTOS RELATIVOS, EXCLUÍDOS EDUCAÇÃO E SAÚDE E SANEAMENTO, NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	GASTO MÉDIO COM DEMAIS DESPESAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE GASTOS (%)
1.º ---- 9.º	6	3	64,21
10.º ---- 18.º	5	4	61,93
19.º ---- 27.º	3	6	60,06
28.º ---- 36.º	6	3	58,67
37.º ---- 45.º	4	5	57,64
46.º ---- 54.º	6	3	56,24
55.º ---- 63.º	1	8	54,53
64.º ---- 72.º	2	7	52,67
73.º ---- 81.º	3	6	47,16

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

A mesorregião Sudoeste possuía, em 2000, 38,9% de seus municípios entre os três primeiros estratos. Neste mesmo parâmetro ficou a Norte Pioneiro, com 28,9% de seus municípios. Em contrapartida, para os últimos três estratos a Sudoeste apresentou 16,7% de seus municípios, enquanto a Norte Pioneiro apresentou 46,7% de seus municípios. Isto pode significar tanto um menor empenho relativo por parte da Sudoeste, em suas políticas de gasto público nas áreas de educação e saúde, quanto uma menor necessidade de aplicar recursos nestes setores.

Na média os gastos públicos relativos, excluídas a educação e a saúde, no ano de 2000, foram de 58,22% para a Sudoeste e de 56,05% para a Norte Pioneiro. Quando a análise é feita pela diferença das médias os números não se mostram tão evidentes, pois a diferença em pontos percentuais é de apenas 2,17. Contudo, ao lembrar a questão observada nas seções anteriores sobre as transferências vinculadas do Fundef e do SUS, a relação se altera. Excluindo-se estas transferências vinculadas no total dos dispêndios respectivos de educação e saúde, tem-se uma nova relação para os demais gastos para o mesmo ano de 2000: Sudoeste, 67,10%, e Norte Pioneiro 63,50%, resultando em uma diferença de 3,60 pontos percentuais. Em termos de pontos percentuais, a diferença do segundo caso para o primeiro é de 65,8%.

5.3.4 Resumo dos Gastos por Finalidade

A tabela a seguir resume os gastos dos municípios das mesorregiões em estudo, levando em consideração os gastos *per capita* e gastos relativos, além do efeito das transferências vinculadas.

TABELA 24 - RESUMO DOS GASTOS *PER CAPITA* E RELATIVOS COM EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRANSFERÊNCIAS VINCULADAS E DEMAIS GASTOS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

DESCRIÇÃO DE GASTOS E RECEITAS VINCULADAS	SUDOESTE		NORTE PIONEIRO		DIFERENÇA EM %
	R\$	%	R\$	%	
Educação Total	151,67	26,54	137,88	28,72	10,00
Fundef	45,32	7,93	32,35	6,74	40,09
Educação sem Fundef	106,35	18,61	105,53	21,98	0,78
Saúde Total	87,18	15,25	73,22	15,25	19,06
Transf. SUS	22,99	4,02	16,09	3,35	42,88
Saúde sem Transf. SUS	64,19	11,23	57,13	11,90	12,36
Demais gastos	332,67	58,21	268,99	56,03	23,67
Despesas totais	571,53	100,00	480,08	100,00	19,05

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

A mesorregião Sudoeste, por deter uma receita orçamentária *per capita* maior que a do Norte Pioneiro³⁷ (R\$ 567,28 contra R\$ 489,83, indicando uma diferença de 15,81%), teve mais recursos a sua disposição para efetuar seus gastos. Porém, quando são verificados os gastos-chave em educação e saúde (os fenômenos avaliados pelo IDH-M), percebe-se que a diferença de gastos entre as mesorregiões se reduz, principalmente ao se descontar os efeitos das transferências vinculadas. Os gastos *per capita* que os municípios da Sudoeste receberam foram em maior monta, de 10,0% na educação e de 19,06% na saúde. Como já foi visto ao se expurgar os valores das transferências vinculadas, esta diferença cai, porém os percentuais permanecem maiores na Sudoeste, de 0,78% na educação e de 12,36% na saúde.

Ao se interpretar esses dados, nota-se que para a Norte Pioneiro conseguir manter um padrão próximo de gastos *per capita* praticados pela Sudoeste, aquela tem que manter gastos proporcionalmente maiores, pois possui uma receita *per capita* menor.

³⁷No ano de 2000 a Sudoeste operou em déficit orçamentário de 0,90%, enquanto a Norte Pioneiro operou em superávit de 0,88%.

5.4 OS INVESTIMENTOS

Até então os gastos estudados – educação, saúde e demais gastos – provinham da classificação de despesas por finalidade. Os investimentos estão categorizados dentro das despesas de capital, cuja classificação é dada não pela finalidade, mas sim pela natureza, como foi visto no capítulo 3. Foram considerados para este estudo os gastos em investimentos e inversões financeiras conjuntamente, pois ambos têm um significado semelhante³⁸ na intenção de dispêndios do município. Ademais, as inversões financeiras representam, no conjunto das duas mesorregiões, apenas 4,9% do valor dos investimentos.

Devido à lógica de sua classificação os investimentos podem tanto representar gastos na área de educação, de saúde, quanto em outra área qualquer. A importância do investimento está na ampliação da capacidade do setor público em atuar nas mais diversas áreas a longo prazo.

A seguir, verifica-se como as duas mesorregiões se esforçaram para definir suas políticas de investimentos.

TABELA 25 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE INVESTIMENTOS *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	INVESTIMENTO <i>PER CAPITA</i> MÉDIO (R\$)
1.º ----- 9.º	9	-	110,90
10.º ----- 18.º	6	3	82,99
19.º ----- 27.º	5	4	66,81
28.º ----- 36.º	3	6	53,43
37.º ----- 45.º	8	1	46,61
46.º ----- 54.º	4	5	38,90
55.º ----- 63.º	1	8	29,10
64.º ----- 72.º	-	9	17,00
73.º ----- 81.º	-	9	10,18

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

³⁸Em termos macroeconômicos, a inversão financeira não agrega na formação bruta de capital fixo, apenas trocando de mão, do setor privado para o setor público.

Percebe-se claramente que a mesorregião Sudoeste investe de forma bem mais intensa do que a Norte Pioneiro. Para a primeira, 55,5% de seus municípios se encontram entre os três estratos de maiores níveis *per capita* de investimento, enquanto para a segunda apenas 15,5% se encontram no mesmo patamar. Para os três estratos de menor nível de investimento a Sudoeste teve apenas 1 município (2,8%), enquanto a Norte Pioneiro teve 57,8% de seus municípios.

A próxima tabela mostra o quanto foi investido, em termos relativos, no total das despesas orçamentárias executadas pelos municípios das duas mesorregiões.

TABELA 26 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	INVESTIMENTO MÉDIO PELO TOTAL DE DESPESAS (%)
1.º ----- 9.º	7	2	18,73
10.º ----- 18.º	5	4	15,94
19.º ----- 27.º	7	2	13,49
28.º ----- 36.º	6	3	11,21
37.º ----- 45.º	4	5	8,69
46.º ----- 54.º	5	4	7,23
55.º ----- 63.º	1	8	6,09
64.º ----- 72.º	1	8	3,82
73.º ----- 81.º	-	9	2,08

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

A Sudoeste também é a mesorregião que, em suas escolhas de políticas públicas de gastos, tem tido um empenho superior ao da Norte Pioneiro nos gastos de investimento. A Sudoeste teve 52,8% de seus municípios no primeiro terço de estratos, enquanto a Norte Pioneiro teve apenas 17,8% dos seus municípios nesses estratos. Para o último terço de estratos, que são os representativos de menores gastos relativos em investimentos, a Sudoeste teve 5,6% de seus municípios, e a Norte Pioneiro 55,6%.

5.5 AS TRANSFERÊNCIAS DO FPM E A COTA-PARTE DO ICMS

O terceiro grupo de variáveis a ser estudado são as transferências intergovernamentais, o FPM e a cota-parte do ICMS, que são de grande importância

para os municípios (valores médios de 64,82% para a Norte Pioneiro e 61,26 % para a Sudoeste, do total das receitas orçamentárias) e que, por sua vez, são livres de qualquer gasto específico.

Os dados originais, com todos os municípios das duas mesorregiões, a serem trabalhados nesta seção, estão no Apêndice 1. Os dados em termos *per capita* encontram-se na tabela A.1.5 e os dados relativos na tabela A.1.6.

A tabela a seguir mostra os municípios das duas mesorregiões classificados em ordem decrescente de receita *per capita* do FPM pelos 9 estratos.

TABELA 27 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE RECEBIMENTO DE FPM *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES – 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	RECEBIMENTO MÉDIO <i>PER CAPITA</i> DE FPM (R\$)
1.º ----- 9.º	4	5	436,04
10.º ----- 18.º	4	5	330,55
19.º ----- 27.º	6	3	279,76
28.º ----- 36.º	3	6	233,44
37.º ----- 45.º	5	4	194,98
46.º ----- 54.º	3	6	170,04
55.º ----- 63.º	4	5	154,73
64.º ----- 72.º	4	5	134,47
73.º ----- 81.º	3	6	98,07

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

A Sudoeste possui 38,9% de seus municípios no primeiro terço dos estratos, e a Norte Pioneiro 28,9%. No último terço dos estratos os números são: Sudoeste 30,6%, e Norte Pioneiro 35,6%.

A tabela mostra uma pequena vantagem da Sudoeste no recebimento das transferências do FPM em termos *per capita*. Como foi visto no capítulo 3, a regra deste fundo privilegia os municípios com maior população, porém não de forma linear, ou seja, os municípios menores acabam por receber um valor *per capita* maior do que os municípios de maior população.

Quando se comparam as populações médias das duas mesorregiões, segundo o censo do IBGE de 2000, tem-se a Sudoeste, com 12.632 habitantes, e a Norte Pioneiro com 12.057 habitantes. Assim, a população da primeira mesorregião supera a

da segunda em 4,77%. Esta situação mostra uma aparente incongruência, pois uma vez que os municípios da Norte Pioneiro são em média menores, estes deveriam estar entre os primeiros – comparativamente à Sudoeste – com maior recebimento *per capita* do FPM. Mas os dados da tabela 27 apontam uma situação inversa. Desta forma, é interessante analisar como se dá a distribuição da população dos municípios entre as mesorregiões (tabela 28).

TABELA 28 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM CRESCENTE DE POPULAÇÃO NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	POPULAÇÃO MÉDIA POR ESTRATO
1.º ----- 9.º	3	6	3.210
10.º ----- 18.º	4	5	4.160
19.º ----- 27.º	6	3	5.091
28.º ----- 36.º	4	5	6.580
37.º ----- 45.º	3	6	8.259
46.º ----- 54.º	5	4	10.413
55.º ----- 63.º	3	6	13.132
64.º ----- 72.º	4	5	18.715
73.º ----- 81.º	4	5	42.252

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do IBGE.

A Sudoeste tem 38,9% de seus municípios no primeiro terço dos estratos, e a Norte Pioneiro 31,1%. No último terço dos estratos os números são: Sudoeste 30,6%, e Norte Pioneiro 35,6%.

Os números de distribuição dos municípios pelos estratos são muito semelhantes nas tabelas 27 e 28, o que indica que os estratos representativos de municípios de menor população (ver tabela 28) entre as mesorregiões são fortemente proporcionais à frequência de municípios com FPM *per capita* mais elevado (ver tabela 27). O contrário também é verdade, onde os estratos representativos das maiores populações (ver tabela 28) apresentam frequência similar, por mesorregião, aos estratos de menor FPM *per capita* (ver tabela 27).

A idéia da relação inversa de FPM *per capita* por tamanho de população municipal se consolida em face da comparação das tabelas 27 e 28.

O próximo ponto é saber a proporção, em termos relativos, que a FPM tem no total das receitas e transferências municipais das duas mesorregiões. Para tanto, serão analisadas duas tabelas (29 e 30), uma delas relacionando o FPM com as receitas e a outra com as transferências.

TABELA 29 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE FPM NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DO FPM NO TOTAL DAS RECEITAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	3	6	61,05
10.º ----- 18.º	2	7	54,79
19.º ----- 27.º	3	6	51,37
28.º ----- 36.º	4	5	45,85
37.º ----- 45.º	5	4	42,24
46.º ----- 54.º	6	3	37,96
55.º ----- 63.º	3	6	34,26
64.º ----- 72.º	6	3	30,99
73.º ----- 81.º	4	5	21,93

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

TABELA 30 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE FPM NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DO FPM NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	4	5	66,08
10.º ----- 18.º	2	7	60,49
19.º ----- 27.º	3	6	56,96
28.º ----- 36.º	4	5	52,96
37.º ----- 45.º	4	5	50,09
46.º ----- 54.º	5	4	45,67
55.º ----- 63.º	5	4	41,73
64.º ----- 72.º	5	4	38,49
73.º ----- 81.º	4	5	30,51

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

O FPM tem uma importância maior para a mesorregião Norte Pioneiro do que para a Sudoeste. Quando se refere ao total das receitas (ver tabela 29), os números, para os primeiros três estratos, são os seguintes: Sudoeste, 22,2% de seus municípios,

e Norte Pioneiro, 42,2% de seus municípios. Em relação ao total das transferências (ver tabela 30), tem-se: Sudoeste, 25%, e Norte Pioneiro, 40%.

Para os três estratos menos representativos em importância do FPM, tem-se, pela tabela 29, em relação ao total das receitas: Sudoeste, 36,1%, e Norte Pioneiro 31,1%; pela tabela 30, em relação ao total das transferências, tem-se: Sudoeste, 38,9%, e Norte Pioneiro, 28,9%.

Como a capacidade de arrecadação própria da Sudoeste é superior à da Norte Pioneiro a sua dependência do FPM é menor. Contudo, quando a análise é feita levando-se em conta somente as transferências, a dependência da Sudoeste continua sendo menor (em relação ao FPM), embora em um patamar inferior. Para melhor entendimento desta situação é interessante analisar a relação com as transferências da cota-parte do ICMs.

A seguir são apresentadas as tabelas 31 a 33, sobre as transferências estaduais da cota-parte do ICMs.

TABELA 31 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE RECEBIMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	RECEBIMENTO MÉDIO <i>PER CAPITA</i> DA COTA-PARTE DO ICMs (R\$)
1.º ----- 9.º	5	4	219,92
10.º ----- 18.º	6	3	153,03
19.º ----- 27.º	5	4	127,78
28.º ----- 36.º	3	6	107,57
37.º ----- 45.º	5	4	94,41
46.º ----- 54.º	5	4	87,29
55.º ----- 63.º	4	5	81,48
64.º ----- 72.º	2	7	74,30
73.º ----- 81.º	1	8	55,28

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Para essas transferências a Sudoeste recebe, em termos *per capita*, mais que a Norte Pioneiro. No primeiro terço de estratos, os de maior recebimento *per capita* das transferências da cota-parte do ICMs, a Sudoeste possuía 44,4% de seus municípios, enquanto a Norte Pioneiro possuía 24,4% dos seus municípios. Para o último terço de estratos os números são: Sudoeste, 19,4%, e Norte Pioneiro 44,4%.

A Sudoeste recebe proporcionalmente mais transferências da cota-parte do ICMs do que recebia do FPM (ver tabela 27) em relação à mesorregião Norte Pioneiro. Isto se deve à lógica de distribuição desta transferência estadual, que prioriza (em 75% de seu peso) a arrecadação de ICMs no próprio município. Como foi visto no capítulo 4, o valor adicionado fiscal da Sudoeste é superior ao da Norte Pioneiro, o que resulta em transferências superiores às daquela mesorregião.

As duas próximas tabelas mostram a participação relativa da cota-parte do ICMs sobre o total das receitas orçamentárias e do total das transferências.

TABELA 32 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DA COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	5	4	30,81
10.º ----- 18.º	5	4	26,38
19.º ----- 27.º	3	6	24,99
28.º ----- 36.º	3	6	22,97
37.º ----- 45.º	4	5	20,41
46.º ----- 54.º	7	2	18,61
55.º ----- 63.º	1	8	16,91
64.º ----- 72.º	3	6	15,21
73.º ----- 81.º	5	4	12,37

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

TABELA 33 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DA COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	5	4	38,02
10.º ----- 18.º	5	4	31,57
19.º ----- 27.º	4	5	29,19
28.º ----- 36.º	4	5	26,93
37.º ----- 45.º	3	6	23,90
46.º ----- 54.º	6	3	22,24
55.º ----- 63.º	2	7	20,11
64.º ----- 72.º	2	7	17,82
73.º ----- 81.º	5	4	14,61

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

A cota-parte do ICMs tem uma importância semelhante para as duas mesorregiões. Quando se refere ao total das receitas (ver tabela 32), os números, para os primeiros três estratos, são os que se seguem: Sudoeste, 36,1% de seus municípios, e Norte Pioneiro, 31,1% de seus municípios. Em relação ao total das transferências (ver tabela 33), tem-se: Sudoeste, 38,9%, e Norte Pioneiro 28,9%.

Para os três estratos menos representativos em importância da cota-parte do ICMS, tem-se, pela tabela 32, em relação ao total das receitas: Sudoeste, 25%, e Norte Pioneiro 40%; pela tabela 33, em relação ao total das transferências, os números são exatamente os mesmos da tabela anterior.

É importante perceber que, de fato, existe uma distinção na importância das transferências do FPM e da cota-parte do ICMs para as duas mesorregiões. Levando-se em conta somente as participações relativas entre as transferências, no caso do FPM (ver tabela 30) e da cota-parte (ver tabela 33), nota-se que a Norte Pioneiro é mais dependente do FPM em comparação à Sudoeste, e que esta, por sua vez, é mais dependente da cota-parte, comparativamente com a Norte Pioneiro.

É verdade que tanto para uma mesorregião quanto para a outra o FPM representa, em termos absolutos, uma receita superior³⁹ à da cota-parte. Contudo, em termos relativos, quando se comparam as regiões prevalece para a Sudoeste uma maior importância da cota-parte e, para a Norte Pioneiro, uma maior importância do FPM.

O próximo passo é analisar o conjunto das duas transferências no perfil das receitas das mesorregiões em estudo.

³⁹Em termos *per capita* o FPM médio da Sudoeste, para o ano de 2000, era de R\$ 231,10 e para a Norte Pioneiro era de R\$ 221,54. Já a cota-parte do ICMS, para o mesmo ano, na Sudoeste, era de R\$ 121,11, e na Norte Pioneiro era de R\$ 101,92.

TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE RECEBIMENTO DE FPM MAIS COTA-PARTE DO ICMS *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

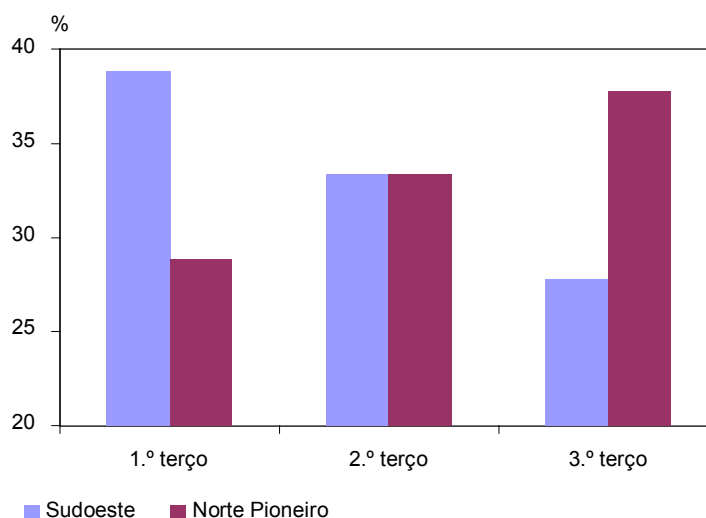
ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	RECEBIMENTO MÉDIO <i>PER CAPITA</i> DE FPM MAIS COTA-PARTE DO ICMS (R\$)
1.º ----- 9.º	4	5	587,45
10.º ----- 18.º	5	4	472,04
19.º ----- 27.º	5	4	409,08
28.º ----- 36.º	7	2	346,99
37.º ----- 45.º	1	8	302,62
46.º ----- 54.º	4	5	273,34
55.º ----- 63.º	5	4	243,90
64.º ----- 72.º	3	6	219,96
73.º ----- 81.º	2	7	170,77

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Em termos *per capita*, a Sudoeste tem, no primeiro terço dos estratos, 38,9% dos seus municípios, e a Norte Pioneiro 28,9%. Para o terço de estratos menos representativos da receita *per capita* advinda do conjunto das transferências do FPM e da cota-parte do ICMS, a Sudoeste tem 27,8% dos seus municípios e a Norte Pioneiro tem 37,8%. O gráfico a seguir mostra, resumindo a situação da tabela 34, a distribuição pelos três terços de estratos do FPM mais a cota-parte do ICMS.

GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE RECEBIMENTO DO FPM MAIS A COTA-PARTE DO ICMS *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000



FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

Quando são somadas as duas transferências observa-se vantagem por parte da Sudoeste, embora não em um patamar muito elevado. Os números,⁴⁰ aliás, são semelhantes aos apresentados na tabela 27, a qual só considerava o FPM *per capita*. Como esta transferência possui um montante total 64,3% maior que a transferência estadual, é normal se esperar que o FPM tenda a definir de forma mais veemente o padrão da distribuição estratificada dos municípios entre as mesorregiões.

Nas duas próximas tabelas vêm apresentadas as participações relativas dessas transferências para as mesorregiões.

TABELA 35 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO FPM MAIS COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS RECEITAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	2	7	80,46
10.º ----- 18.º	3	6	74,86
19.º ----- 27.º	3	6	71,40
28.º ----- 36.º	6	3	67,46
37.º ----- 45.º	5	4	62,99
46.º ----- 54.º	4	5	60,02
55.º ----- 63.º	2	7	57,79
64.º ----- 72.º	6	3	53,35
73.º ----- 81.º	5	4	40,75

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

TABELA 36 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO FPM MAIS COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS NAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES - 2000

ESTRATOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA SUDOESTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA NORTE PIONEIRO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS NO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS (%)
1.º ----- 9.º	6	3	86,61
10.º ----- 18.º	-	9	82,16
19.º ----- 27.º	3	6	80,53
28.º ----- 36.º	5	4	77,64
37.º ----- 45.º	7	2	75,38
46.º ----- 54.º	5	4	73,69
55.º ----- 63.º	5	4	70,85
64.º ----- 72.º	6	3	66,27
73.º ----- 81.º	4	5	54,23

FONTE: O autor

NOTA: Dados brutos extraídos do STN.

⁴⁰Os números referentes à distribuição dos municípios entre as mesorregiões.

A soma das duas transferências mostra uma importância maior para a mesorregião Norte Pioneiro, comparativamente à Sudoeste. Quando se refere ao total das receitas (ver tabela 35), os números, para os primeiros três estratos, são: Sudoeste, 22,2% de seus municípios, e Norte Pioneiro, 42,2% de seus municípios. Em relação ao total das transferências (ver tabela 36), tem-se a Sudoeste com 25% e a Norte Pioneiro com 40%.

Para os três estratos menos representativos em importância do FPM, pela tabela 35, em relação ao total das receitas, tem-se: Sudoeste, com 36,1%, e Norte Pioneiro, com 31,1%; pela tabela 36, relativamente ao total das transferências, tem-se Sudoeste com 41,7% e Norte Pioneiro com 26,7%.

5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo 5 viu-se que a mesorregião Norte Pioneiro possui um nível de necessidades superior, comparativamente à Sudoeste, tanto em relação à educação (ver tabela 8 e gráfico 1) quanto em relação à saúde (ver tabela 9 e gráfico 2).

Quando da análise dos gastos, percebeu-se que a Sudoeste possuía despesas *per capita* em educação superiores às da Norte Pioneiro. Porém, quando da retirada dos valores referentes ao Fundef, notou-se que as duas regiões passaram a ter um padrão bastante similar de gastos na área de educação. Uma situação parecida ocorreu com a saúde, sendo que, ao se descontar os efeitos das transferências do SUS, as regiões reduziram suas diferenças em despesas *per capita* nesta área, ainda que permanecessem superiores para a Sudoeste.

Gasta-se relativamente mais em educação do que em saúde nas duas regiões. É interessante observar que os gastos relativos, tanto em educação quanto em saúde, são maiores para a Norte Pioneiro quando se desconta o efeito das transferências vinculadas a estes gastos, respectivamente o Fundef e o SUS.

Os investimentos mostraram-se mais significativos para a Sudoeste do que para a Norte Pioneiro, o que ocorreu tanto em termos *per capita* quanto relativos.

Em relação às transferências o FPM representa montantes maiores que os representados pela cota-parte do ICMS para as duas mesorregiões. Porém, em termos relativos, ao se comparar as duas regiões, a cota-parte do ICMS é mais significativa para a Sudoeste, enquanto o FPM é mais significativo para a Norte Pioneiro. Na soma das duas transferências a Norte Pioneiro possui maior dependência que a Sudoeste.

6 AS NECESSIDADES, OS GASTOS E AS TRANSFERÊNCIAS: CORRELAÇÕES DIVERSAS

Como foi sinalizado na definição do problema desta dissertação e na metodologia, a questão relativa à existência ou não de coerência entre as necessidades municipais e as despesas públicas é relevante para verificar a influência das transferências intergovernamentais sobre as políticas de gastos fiscais dos municípios das mesorregiões em estudo. Desta forma, passa-se, nas subseções seguintes, ao estudo das relações entre as transferências recebidas, as necessidades municipais e os seus gastos.

Como se trata de três grupos de variáveis, torna-se complexo verificar as relações de forma única. É importante avaliar as combinações das relações entre diversos grupos de variáveis, ou seja, das transferências com as necessidades, das transferências com os gastos e, por fim, das necessidades com os gastos. Além disso, todas estas análises serão feitas tanto em termos *per capita* quanto relativos.

No capítulo anterior a análise foi realizada trabalhando-se cada variável individualmente e comparando-se as mesorregiões entre si. Já neste capítulo, cada mesorregião é estudada separadamente, analisando-se as relações entre as variáveis e grupos de variáveis. O que não impossibilita, ao final, fazer a comparação entre as mesorregiões, verificando-se as correlações qualitativamente, ou seja, se elas são mais acentuadas em uma região em relação a outra.

Seguindo a metodologia apontada, o primeiro passo é utilizar a análise de correlação linear de Pearson, verificando par a par as correlações entre as variáveis nas duas mesorregiões. O passo seguinte é utilizar a análise de correlação canônica, verificando as correlações entre os grupos de variáveis nas duas mesorregiões.

6.1 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON

Nesta análise são correlacionadas todas as variáveis apontadas no capítulo de metodologia, ou seja, 19 variáveis, sendo 2 de necessidades, 6 de gastos (3 em termos *per*

capita e 3 em termos relativos), 2 de investimentos (1 *per capita* e 1 em termos relativos) e 9 de transferências (3 em termos *per capita* e 6 em termos relativos).

Caso fossem trabalhadas todas as combinações possíveis de variáveis, par a par, isto resultaria em 171 combinações para cada mesorregião. Contudo, isto não seria útil aos objetivos desta dissertação, pois não se agregaria subsídio à análise de determinadas correlações. Por exemplo, ao se verificar a correlação entre gasto *per capita* em educação e gasto relativo em educação é de se esperar uma forte correlação, porém sem um significado analítico maior.

Desta forma serão analisados, nas próximas três seções (6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3), os seguintes tipos de combinações das correlações de variáveis:

- A - as variáveis de transferência *per capita*, em número de 3, com as variáveis de necessidade, em número de 2, resultando em 6 correlações;
- B - as variáveis de transferência relativa, em número de 6, com as variáveis de necessidade, em número de 2, resultando em 12 correlações;
- C - as variáveis de transferência *per capita*, em número de 3, com as variáveis de gastos *per capita*, em número de três⁴¹, resultando em 9 correlações;
- D - as variáveis de transferência *per capita*, em número de 3, com as variáveis de gastos relativos, em número de três⁴², resultando em 9 correlações;
- E - as variáveis de transferência relativa, em número de 6, com as variáveis de gastos *per capita*, em número de 3, resultando em 18 correlações;
- F - as variáveis de transferência relativa, em número de 6, com as variáveis de gastos relativos, em número de 3, resultando em 18 correlações;

⁴¹Não serão analisadas as 2 variáveis com gastos totais em educação e saúde, mas as relativas ao gasto per capita em educação excluída a transferência do Fundef e ao gasto *per capita* em saúde excluída a transferência do SUS.

⁴²As 2 variáveis não analisadas pelas mesmas considerações da nota anterior.

G - as variáveis de investimento, em número de 2, com as variáveis de transferência *per capita*, em número de 3, resultando em 6 correlações;

H - as variáveis de investimento, em número de 2, com as variáveis de transferência relativa, em número de 6, resultando em 12 correlações;

I - as variáveis de gastos *per capita*, em número de 3, com as variáveis de necessidade, em número de 2, resultando em 6 correlações;

J - as variáveis de gastos relativos, em número de 3, com as variáveis de necessidade, em número de 2, resultando em 6 correlações.

Ao todo somam-se 102 pares de variáveis, que, evidentemente, resultam em 102 correlações lineares de Pearson.

6.1.1 Mesorregião Sudoeste

Para melhor entendimento e clareza da análise serão divididas as análises de correlações em subseções. Sendo assim, primeiramente ficam as correlações entre transferências e necessidades – combinações A e B; após vêm as correlações entre transferências e gastos – combinações C, D, E e F; e na seqüência as correlações entre transferências e investimentos – combinações G e H; e por último as correlações entre gastos e necessidades – combinações I e J.

6.1.1.1 Correlações entre transferências e necessidades

Como pode ser visualizado no quadro 3, a seguir, nas correlações da combinação A, verifica-se um coeficiente de correlação forte de -0,69 entre as transferências do FPM *per capita* e o nível de necessidade em educação. Como se trata de uma correlação negativa, isto significa que quanto maior o valor *per capita* do FPM, menor é o IDH-M educação, ou seja, maior é a necessidade em educação. Embora a lógica do FPM não contemple o objetivo de correr recursos para a educação, demonstra-se que esta transferência beneficia os municípios da Sudoeste menos favorecidos neste setor.

Das outras 5 correlações do tipo de combinação A nenhuma mostrou-se forte. A única que apresentou correlação moderada foi a da transferência do FPM mais cota-parte do ICMS *per capita* com a necessidade em educação (coeficiente de -0,56). Contudo, esta correlação deve-se mais à participação do FPM do que propriamente da cota-parte, uma vez que esta última apresentou correlações muito fracas com as variáveis de necessidades.

QUADRO 3 - CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
N E ⁽¹⁰⁾	(A) -0,6900	(A) 0,0847	(A) -0,5598	(B) -0,7064	(B) -0,7077	(B) 0,4427	(B) 0,3258	(B) -0,4914	(B) -0,5683
N S ⁽¹¹⁾	(A) -0,0803	(A) -0,0713	(A) -0,1099	(B) 0,0169	(B) 0,0483	(B) 0,0476	(B) 0,0895	(B) 0,0122	(B) 0,0613

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

Os números em negrito representam coeficientes de forte correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Necessidade em educação.

(11) Necessidade em saúde.

Nas correlações da combinação B, observadas no quadro 3, duas são correlações negativas fortes, ambas de -0,71. São as correlações entre as variáveis participação do FPM no total das transferências e no total das receitas, com a variável de necessidade em educação. Também neste caso, quanto maior a importância (dependência⁴³) que se verifica do FPM, tanto no total das transferências quanto no total das receitas, menor é o seu IDH-M educação, logo maior é a necessidade verificada em educação.

⁴³ Considera-se maior a dependência de uma determinada transferência quanto maior for a sua participação no total das receitas ou no total das transferências recebidas pelos municípios.

O que se percebe das correlações das combinações A e B é que as transferências da cota-parte do ICMs não se correlacionam com nenhuma das necessidades.

Outro aspecto é que a necessidade em saúde não se correlaciona com qualquer que seja das transferências.

6.1.1.2 Correlações entre transferências e gastos

Como se pode observar no quadro 4, que se segue, dos 9 coeficientes de correlação da combinação C, que correlacionam transferências *per capita* e gastos *per capita*, 3 são fortes e 6 são moderados. O que era de se esperar, uma vez que os municípios com mais recursos *per capita* a sua disposição exercem mais gastos *per capita*. Dentre as correlações fortes, tem-se: transferência do FPM mais a do ICMs *per capita* com demais gastos *per capita* (0,81); transferências do FPM *per capita* com demais gastos *per capita* (0,74); e transferência do FPM mais a do ICMs *per capita* com gastos *per capita* em educação (0,64), lembrando sempre que são gastos sem a presença do Fundef.

É importante realçar que dentre as correlações da combinação C, as 3 que envolvem exclusivamente as transferências do ICMs *per capita*, todas foram moderadas e nenhuma forte. Em relação às 3 correlações que envolvem os gastos *per capita* em saúde as 3 são moderadas.

QUADRO 4 -CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
G pc E ⁽¹⁰⁾	(C) 0,5785	(C) 0,4751	(C) 0,6434	(E) 0,5139	(E) 0,5347	(E) 0,1676	(E) 0,3051	(E) 0,6392	(E) 0,6586
G pc S ⁽¹¹⁾	(C) 0,3126	(C) 0,4924	(C) 0,4538	(E) -0,0699	(E) -0,0023	(E) 0,0498	(E) 0,1149	(E) -0,0015	(E) 0,0819
G pc DG ⁽¹²⁾	(C) 0,7399	(C) 0,4661	(C) 0,8102	(E) 0,4442	(E) 0,4622	(E) -0,1286	(E) -0,0264	(E) 0,4469	(E) 0,4886
G r E ⁽¹³⁾	(D) 0,2176	(D) 0,3578	(D) 0,3051	(F) 0,2897	(F) 0,2685	(F) 0,3460	(F) 0,4020	(F) 0,5249	(F) 0,4473
G r S ⁽¹⁴⁾	(D) -0,0083	(D) 0,3035	(D) 0,1058	(F) -0,2467	(F) -0,1843	(F) 0,1342	(F) 0,1629	(F) -0,1626	(F) -0,0968
G r DG ⁽¹⁵⁾	(D) 0,3735	(D) -0,0843	(D) 0,2821	(F) 0,6095	(F) 0,5531	(F) -0,0847	(F) -0,0303	(F) 0,5911	(F) 0,5313

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

Os números em negrito representam coeficientes de forte correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Gasto *per capita* em educação, excluído o Fundef.

(11) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(12) Demais gastos *per capita*.

(13) Gastos relativos em educação, excluído o Fundef.

(14) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(15) Demais gastos relativos.

Das 9 correlações da combinação D, apresentadas no quadro 4, nenhuma é forte, quatro correlações são moderadas, sendo que, destas, duas são muito próximas da fronteira entre moderada e fraca (coeficientes de 0,3035 e 0,3051). Isto faz crer que para a mesorregião Sudoeste as transferências *per capita* de uma forma geral praticamente não definem o perfil dos gastos (escolha de política orçamentária) entre educação, saúde e demais gastos.

As correlações do tipo de combinação E, que envolvem as transferências relativas e os gastos *per capita*, são em número de 18, sendo 2 fortes e 7 moderadas.

Dentre as 6 correlações que envolvem o gasto *per capita* em educação, 2 são fortes, 3 são moderadas e 1 é fraca. A fraca é a que envolve o relativo da transferência da cota-parte do ICMS com o total das transferências, sendo que a que envolve a cota-parte sobre o total das receitas tem coeficiente de 0,3051, ou seja, muito próxima da fronteira entre moderada e fraca. As 2 correlações fortes são as que envolvem as participações, somadas, do FPM e da cota-parte do ICMS.

Das 6 correlações que envolvem os demais gastos *per capita*, 4 são moderadas e 2 são fracas, sendo estas justamente as que envolvem a cota-parte do ICMs.

É importante observar que todas as correlações que envolveram os *gastos per capita* em saúde foram fracas.

As correlações da combinação F, que envolvem as transferências relativas e os gastos relativos, são em número de 18, sendo 1 forte e 7 moderadas.

Dentre as 6 correlações que envolvem os demais gastos relativos, uma é forte e 3 são moderadas, sendo 2 fracas. A forte refere-se à correlação com a participação do FPM sobre o total das transferências. Desta forma, quanto maior é o papel do FPM nas transferências mais se gasta relativamente em setores que não envolvem educação e saúde. A propósito, as correlações que envolvem gastos relativos em educação e saúde são fracas quando correlacionadas com as transferências relativas do FPM. Verifica-se também que todas as correlações que envolvem gastos relativos em saúde são fracas.

Em uma análise geral do quadro 4 (Transferências correlacionadas com gastos) pode-se observar que para a Sudoeste os gastos em saúde são pouco influenciados pelas transferências. Quando se verifica a participação dos gastos em saúde no total dos gastos, nenhuma forma de transferência, seja em termos *per capita* ou relativos, parece ser capaz de influenciar o seu patamar. Em relação aos gastos *per capita* em saúde estes são moderadamente influenciados pelas transferências *per capita*, porém não sofrem influências em relação às transferências relativas.

Já os gastos em educação são mais suscetíveis de influência pelas transferências. A participação dos gastos em educação no total dos gastos é moderadamente influenciada pelas transferências *per capita*, embora não pelo FPM. Também é moderadamente influenciada pelas transferências relativas, principalmente as que somam o FPM mais a cota-parte do ICMs. A influência maior das transferências sobre os gastos em educação se dá em termos *per capita*, sendo fortes as correlações com as transferências, tanto *per capita* quanto relativas, do FPM mais da cota-parte do ICMs com gastos *per capita* em educação.

6.1.1.3 Correlações entre transferências e investimentos

Os coeficientes a seguir, definidos no quadro 5, mostram como as transferências e os investimentos se correlacionam.

QUADRO 5 - CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E DA COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
I pc ⁽¹⁰⁾	(G) -0,2736	(G) 0,0745	(G) -0,2015	(H) -0,1477	(H) -0,1871	(H) 0,3362	(H) 0,2829	(H) 0,0612	(H) -0,0525
I rel ⁽¹¹⁾	(G) 0,0807	(G) 0,3526	(G) 0,2083	(H) -0,0162	(H) -0,0317	(H) 0,2650	(H) 0,2607	(H) 0,1880	(H) 0,1159

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

Os números em negrito representam coeficientes de forte correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Investimento *per capita*.

(11) Relativo do investimento.

Verifica-se, de uma forma geral, uma quase total falta de correlação entre as transferências e os investimentos. Das 18 correlações apenas duas são moderadas, sendo o restante fracas. Mesmo estas moderadas estão próximas da classificação de fracas. A correlação entre transferências *per capita* da cota-parte do ICMS pelo relativo do investimento é a mais expressiva das duas correlações moderadas. Mostra-se, pelo menos em termos, que o maior recebimento desta transferência teria um leve impacto em um maior nível de participação dos investimentos no total das despesas.

6.1.1.4 Correlações entre gastos e necessidades

Passa-se, agora, a estudar as relações entre gastos e necessidades para a mesorregião Sudoeste. No quadro 6 estão expostas estas correlações.

QUADRO 6 - CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000

	G pc E ⁽¹⁾	G pc S ⁽²⁾	G pc DG ⁽³⁾	G r E ⁽⁴⁾	G r S ⁽⁵⁾	G r DG ⁽⁶⁾
N E ⁽⁷⁾	(I) -0,2421	(I) 0,1930	(I) -0,4352	(J) 0,0453	(J) 0,4209	(J) -0,5417
N S ⁽⁸⁾	(I) 0,1336	(I) 0,0727	(I) -0,2352	(J) 0,2692	(J) 0,2236	(J) -0,1461

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Gasto *per capita* em educação, excluído o Fundef.

(2) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(3) Demais gastos *per capita*.

(4) Gastos relativos em educação, excluído o Fundef.

(5) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(6) Demais gastos relativos.

(7) Necessidade em educação.

(8) Necessidade em saúde.

Nas correlações do tipo de combinação I – entre gastos *per capita* e necessidades – não existe nenhum coeficiente de classificação forte. Apenas uma correlação é moderada, entre necessidade em educação e demais gastos *per capita*. Esta correlação negativa mostra parcialmente, pelo menos em termos moderados, que quanto maior a necessidade em educação (menor IDH-M educação) maiores são os gastos em setores que não compreendem saúde e educação. Esta situação representa uma aparente contradição para os municípios da Sudoeste, embora seja importante sublinhar novamente tratar-se apenas de uma correlação moderada. Todas as demais correlações da combinação I são fracas.

Nas correlações da combinação J (gastos relativos pelas necessidades), 4 são fracas e apenas duas são moderadas. A de maior expressão é a dos demais gastos relativos (gastos que excluem educação e saúde), pela necessidade em educação. Também neste caso, uma correlação negativa demonstra que quanto maior a participação de outros gastos no total das despesas dos municípios da Sudoeste, maior é a necessidade observada em educação.

De uma forma geral o que se observa, no quadro 6, é uma quase absoluta falta de relação entre gastos e necessidades, pois nenhuma das 12 correlações é forte, sendo apenas 3 moderadas. Parece lógico que quando os gastos são maiores em setores que não incluem educação e saúde, mostram-se estes setores mais necessitados, pelo

próprio fato de os recursos a estes setores serem escassos. Contudo, isto não fica claro através das análises de correlações de Pearson, pois embora ocorra no caso da educação isto se dá apenas através de correlações moderadas, enquanto nada se pode afirmar em relação à necessidade em saúde.

6.1.2 Mesorregião Norte Pioneiro

Assim como foram trabalhados os tipos de combinações de correlações no caso da Sudoeste, aqui também esses serão divididos em subseções. Sendo assim, primeiramente analisam-se as correlações entre transferências e necessidades – combinações A e B; após vêm as correlações entre transferências e gastos – combinações C, D, E e F; na seqüência, as correlações entre transferências e investimentos – combinações G e H; por último, vêm as correlações entre gastos e necessidades – combinações I e J.

6.1.2.1 Correlações entre transferências e necessidades

Para as correlações do tipo de combinação A e B (quadro 7) nenhuma foi classificada com coeficiente forte. Das 6 correlações da combinação A, 5 são fracas e apenas uma foi moderada. Esta foi a correlação entre transferência *per capita* da cota-parte do ICMS pela necessidade em saúde. Como esta correlação foi positiva, isto significa que quanto maior é o IDH-M saúde (menor a necessidade) maior é a transferência da cota-parte do ICMS *per capita*. Esta transferência, como já havia sido observado no capítulo 3, é de cunho devolutivo, sendo que os municípios de maior VAF recebem um maior nível da cota-parte do ICMS. Embora isto se mostre injusto sob o prisma social, cabe lembrar que se trata apenas de uma correlação moderada.

QUADRO 7 - CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
N E ⁽¹⁰⁾	(A) -0,2819	(A) 0,2503	(A) -0,1300	(B) -0,4132	(B) -0,4393	(B) 0,5390	(B) 0,3617	(B) -0,0861	(B) -0,2606
N S ⁽¹¹⁾	(A) 0,0406	(A) 0,4010	(A) 0,1680	(B) -0,1777	(B) -0,1459	(B) 0,3925	(B) 0,3630	(B) 0,0824	(B) 0,0169

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

Os números em negrito representam coeficientes de forte correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

Transferências do FPM *per capita*.

Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

Relativo do FPM sobre o total das transferências.

Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

Necessidade em educação.

Necessidade em saúde.

Das 12 correlações da combinação B – transferências relativas pelas necessidades –, 6 são moderadas e 6 são fracas. Dentre as moderadas, é interessante perceber que 4 são positivas, sendo inclusive a de maior intensidade (0,54). São justamente estas 4 que envolvem exclusivamente as transferências da cota-parte do ICMS. Isto significa que quanto maior é a participação desta transferência, seja no total das transferências ou no das receitas, maior é o IDH-M (menor é a necessidade de educação e da saúde). Embora estas correlações sejam apenas moderadas, isto parece indicar que a lógica desta transferência privilegia os municípios mais ricos (maior VAF), sendo justamente os de menor necessidade. Por outro lado, das 4 correlações que envolvem exclusivamente o FPM, duas são moderadas e ambas negativas. Nestes dois casos são em relação às necessidades com educação. Isto pode indicar que, quanto maior a dependência do FPM para os municípios da Norte Pioneiro, maiores são as necessidades na área de educação.

6.1.2.2 Correlações entre transferências e gastos

O destaque das correlações entre transferências e gastos são as correlações da combinação C. Das 9 correlações, 6 são fortes e 3 moderadas, como pode ser visualizado no quadro 8. As correlações do tipo C são as que envolvem transferências *per capita* e gastos *per capita*, evidenciando-se a lógica de que quanto maior o recebimento de recursos maior é a despesa. O maior coeficiente de correlação (0,88), no tipo C, foi entre transferências *per capita* do FPM mais cota-parte do ICMS pelos gastos *per capita* em educação.

QUADRO 8 -CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
G pc E ⁽¹⁰⁾	(C) 0,7975	(C) 0,7330	(C) 0,8764	(E) 0,4446	(E) 0,4565	(E) 0,0726	(E) 0,2347	(E) 0,6329	(E) 0,5610
G pc S ⁽¹¹⁾	(C) 0,3326	(C) 0,4321	(C) 0,4138	(E) 0,0688	(E) 0,0197	(E) 0,1267	(E) 0,0917	(E) 0,2147	(E) 0,0791
G pc DG ⁽¹²⁾	(C) 0,7104	(C) 0,7619	(C) 0,8174	(E) 0,2219	(E) 0,2260	(E) 0,0872	(E) 0,1652	(E) 0,3719	(E) 0,3088
G r E ⁽¹³⁾	(D) 0,4507	(D) 0,3409	(D) 0,4710	(F) 0,4897	(F) 0,5054	(F) 0,1251	(F) 0,3060	(F) 0,7069	(F) 0,6271
G r S ⁽¹⁴⁾	(D) 0,0541	(D) 0,1729	(D) 0,1078	(F) -0,0253	(F) -0,0849	(F) 0,1466	(F) 0,0677	(F) 0,1041	(F) -0,0378
G r DG ⁽¹⁵⁾	(D) -0,0106	(D) 0,1527	(D) 0,0439	(F) -0,0098	(F) -0,0101	(F) 0,2429	(F) 0,2355	(F) 0,1699	(F) 0,0911

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

Os números em negrito representam coeficientes de forte correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Gasto *per capita* em educação, excluído o Fundef.

(11) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(12) Demais gastos *per capita*.

(13) Gastos relativos em educação, excluído o Fundef.

(14) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(15) Demais gastos relativos.

As correlações da combinação D, transferências *per capita* com gastos relativos, que são em número de 9, tiveram 3 coeficientes moderados e 6 fracos. Os coeficientes moderados são todos os que envolvem gastos relativos em educação, mostrando que, embora moderadamente, quanto maiores as transferências *per capita*,

maior participação tem a educação no rol dos gastos municipais da mesorregião Norte Pioneiro. Isto não se verifica no caso dos gastos em saúde.

As correlações que contrapõem transferências relativas e gastos *per capita*, tipo de combinação E, são em número de 18, sendo uma forte, 5 moderadas e 12 fracas. Das 6 que envolvem os gastos *per capita* em educação apenas duas são fracas, sendo que a correlação forte se encontra dentre estas seis. Esta correlação envolve o gasto *per capita* em educação e o relativo das transferências do FPM mais a cota-parte sobre o total das transferências, ou seja, quanto maior a participação destes recursos no total das transferências, maior é o gasto *per capita* em educação. De forma moderada isto também se observa em relação ao total das receitas, e isoladamente na participação do FPM, tanto sobre o total das transferências quanto no total das receitas. Nada se observa em relação à saúde, sendo que em relação aos demais gastos *per capita* existem duas correlações moderadas, porém de baixa intensidade, sendo uma delas (0,3088) muito próxima à fronteira entre moderada e fraca.

Por fim, nesta seção, tem-se as correlações entre transferências relativas e gastos relativos, combinação F, que geraram 18 correlações, das quais duas são fortes e 3 moderadas. Destas 5 correlações todas são em relação aos gastos relativos em educação, como se verifica no quadro 8. As duas correlações fortes são em relação à participação do FPM mais a cota-parte do ICMs, tanto sobre o total das transferências quanto sobre o total das receitas, com gastos relativos em educação. Isto parece expor que quanto maior a participação destas duas transferências, mais precisamente o FPM, maior é a política de gastos em educação na mesorregião Norte Pioneiro. Nenhuma correlação é verificada entre as transferências relativas e os gastos relativos em saúde e demais gastos.

6.1.2.3 Correlações entre transferências e investimentos

Seguindo o mesmo processo de análise das seções anteriores, verifica-se, pelo quadro 9, as correlações entre transferências e investimentos para o Norte Pioneiro.

QUADRO 9 - CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E DA COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
I pc ⁽¹⁰⁾	(G) -0,0321	(G) 0,0967	(G) 0,0190	(H) 0,0527	(H) 0,0046	(H) 0,2442	(H) 0,2038	(H) 0,2817	(H) 0,1117
I rel ⁽¹¹⁾	(G) -0,0712	(G) 0,0242	(G) -0,0377	(H) 0,0259	(H) -0,0445	(H) 0,1826	(H) 0,1082	(H) 0,1973	(H) 0,0206

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

Os números em negrito representam coeficientes de forte correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Investimento *per capita*.

(11) Relativo do investimento.

Como se observa no quadro acima, não existe sequer uma correlação moderada entre as transferências e o investimento, sendo todas consideradas de classificação fraca para a mesorregião Norte Pioneiro.

6.1.2.4 Correlações entre gastos e necessidades

As correlações da combinação I, que relacionam os gastos *per capita* e as necessidades, são todas de fraca correlação, como se pode verificar no quadro 10.

QUADRO 10 - CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

	G pc E ⁽¹⁾	G pc S ⁽²⁾	G pc DG ⁽³⁾	G r E ⁽⁴⁾	G r S ⁽⁵⁾	G r DG ⁽⁶⁾
N E ⁽⁷⁾	(I) -0,0741	(I) 0,0851	(I) 0,1747	(J) -0,1646	(J) 0,0893	(J) 0,4445
N S ⁽⁸⁾	(I) 0,2173	(I) 0,2013	(I) 0,2830	(J) 0,0290	(J) 0,1126	(J) 0,0592

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Gasto *per capita* em educação, excluído o Fundef.

(2) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(3) Demais gastos *per capita*.

(4) Gastos relativos em educação, excluído o Fundef.

(5) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(6) Demais gastos relativos.

(7) Necessidade em educação.

(8) Necessidade em saúde.

Já entre as correlações entre os gastos relativos e as necessidades, combinação J, apenas uma é moderada, de um total de 6 correlações. Esta correlação é entre demais gastos relativos e necessidade em educação. Embora moderadamente, isto significa que quanto maior é o IDH-M educação (menor a necessidade em educação) mais se gasta relativamente em setores que não a educação e a saúde.

O vínculo entre gastos e necessidades é praticamente nulo (uma correlação moderada e 11 fracas), contudo a Norte Pioneiro mostra uma pequena coerência ao devotar menos gastos relativos em educação justamente nos municípios de menor necessidade neste setor.

6.1.3 Síntese Comparativa das Correlações de Pearson para as Mesorregiões Sudoeste e Norte Pioneiro

6.1.3.1 Correlações entre transferências e necessidades

Para as correlações entre as transferências e as necessidades, das combinações A e B, os coeficientes são mais fortes para a Sudoeste do que para a Norte Pioneiro, 3 fortes contra nenhum. Em relação às correlações moderadas a Sudoeste apresentou 5 correlações, e a Norte Pioneiro 7.

Para melhor compreender as diferenças entre as mesorregiões para os tipos A e B foi elaborado um novo quadro, que sintetiza os quadros 3 e 7, referentes respectivamente à Sudoeste e à Norte Pioneiro.

QUADRO 11 - COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE TRANSFERÊNCIAS E NECESSIDADES PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
N E ⁽¹⁰⁾	(A) SO	(A) indifer.	(A) SO	(B) SO	(B) SO	(B) indifer.	(B) indifer.	(B) SO	(B) SO
N S ⁽¹¹⁾	(A) indifer	(A) NP	(A) indifer	(B) indifer.	(B) indifer.	(B) NP	(B) NP	(B) indifer	(B) indifer

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Prevalece a sigla da mesorregião So (Sudoeste) ou NP (Norte Pioneiro) em duas situações: a) quando o coeficiente de Pearson for forte contra fraco ou moderado, e b) quando for moderado contra fraco. Quando a classificação for a mesma é marcado indiferente (indifer.)

Os valores em negrito significam que a mesorregião possui um forte coeficiente de correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMs *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMs *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMs sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMs sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMs sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMs sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Necessidade em educação.

(11) Necessidade em saúde.

Percebe-se, pelo quadro, que as correlações que envolvem as necessidades em educação são todas mais fortes para a Sudoeste, inclusive com 3 correlações fortes. São estas as correlações com o FPM, que privilegiam os municípios de maior necessidade em educação. Já a cota-parte do ICMs possui atuação, embora moderada, inversa à apresentada pela outra forma de transferência, pois sendo correlações positivas privilegiam os municípios de menor necessidade. O que deve ser realçado é que, no caso do FPM, as correlações são mais intensas com a Sudoeste. Já a cota-parte, ainda que moderada⁴⁴, é mais intensa com a Norte Pioneiro.

Em relação às necessidades de saúde, nenhuma das regiões possui correlações fortes, sendo, no entanto, as do Norte Pioneiro, com 3 moderadas, um pouco mais representativas, lembrando-se, como foi visto na seção 6.1.2.1, que neste caso trata-se de correlações positivas, ou seja, quanto maior o IDH-M saúde (menor necessidade) maior a transferência da cota-parte do ICMs. É interessante observar que esta situação não se repete para a Sudoeste.

⁴⁴Para ambas as regiões as transferências relativas da cota-parte com as necessidades em educação são correlações moderadas, por tanto indiferentes no quadro 11. Contudo, os valores destas correlações são maiores na mesorregião Norte Pioneiro.

6.1.3.2 Correlações entre transferências e gastos

O quadro 12 sintetiza as diferenças entre as mesorregiões Sudoeste (quadro 4) e Norte Pioneiro (quadro 8) para as correlações entre transferências e gastos:

QUADRO 12 - COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE TRANSFERÊNCIAS E GASTOS PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r l tr ⁽⁶⁾	r l r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
G pc E ⁽¹⁰⁾	(C) NP	(C) NP	(C) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.	(E) SO	(E) indifer.	(E) SO
G pc S ⁽¹¹⁾	(C) indifer.	(C) indifer.	(C) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.
G pc DG ⁽¹²⁾	(C) indifer.	(C) NP	(C) indifer.	(E) SO	(E) SO	(E) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.	(E) indifer.
G r E ⁽¹³⁾	(D) NP	(D) indifer.	(D) indifer.	(F) NP	(F) NP	(F) SO	(F) indifer.	(F) NP	(F) NP
G r S ⁽¹⁴⁾	(D) indifer.	(D) SO	(D) indifer.	(F) indifer.	(F) indifer.	(F) indifer.	(F) indifer.	(F) indifer.	(F) indifer.
G r DG ⁽¹⁵⁾	(D) SO	(D) indifer.	(D) indifer.	(F) SO	(F) SO	(F) indifer.	(F) indifer.	(F) SO	(F) SO

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Prevalece a sigla da mesorregião So (Sudoeste) ou NP (Norte Pioneiro) em duas situações: a) quando o coeficiente de Pearson for forte contra fraco ou moderado; e b) quando for moderado contra fraco. Quando a classificação for a mesma é marcado indiferente (indifer.)

Os valores em negrito significam que a mesorregião possui um forte coeficiente de correlação.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definidas ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Gasto *per capita* em educação, excluído o Fundef.

(11) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(12) Demais gastos *per capita*.

(13) Gastos relativos em educação, excluído o Fundef.

(14) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(15) Demais gastos relativos.

Ao se analisar as diferenças da combinação C – entre transferências *per capita* e gastos *per capita* –, percebe-se que o Norte Pioneiro possui coeficientes de correlações mais fortes que os da Sudoeste. De todos os 8 tipos de combinação de correlações, o tipo C foi o que apresentou o maior nível de correlações altas, o que parece ser normal, uma vez que maiores transferências *per capita* redundem em maiores gastos *per capita*. Porém, isto é mais verificável no caso da Norte Pioneiro, por se tratar de uma região mais dependente das transferências.

As correlações da combinação D – transferências *per capita* com gastos relativos – são, em grande medida, indiferentes entre as mesorregiões. Estas correlações

mostram a pouca influência entre as transferências recebidas e a política de gastos a serem exercidas pelas duas regiões. Das 18 correlações, na soma das duas regiões, 7 são moderadas e 11 são fracas, sendo que das moderadas 5 possuem coeficiente abaixo de 0,40. O destaque vai para a correlação das transferências do FPM mais cota-parte *per capita* com os gastos relativos em educação da Norte Pioneiro.

Para as correlações da combinação E, embora em grande monta prevaleça a indiferença entre as mesorregiões, destaca-se a Sudoeste, com algumas correlações mais fortes que a Norte Pioneiro, como se observa no quadro 12. O que parece ocorrer, para a Sudoeste, pelo menos em termos moderados, é que quanto maior a participação do FPM no total das receitas e das transferências, mais se gasta, em termos *per capita*, em educação. Quando ao FPM se soma a cota-parte do ICMs, as correlações se tornam fortes com os gastos *per capita* em educação. A situação acima descrita também ocorre com a Norte Pioneiro, porém de forma menos intensa. Isoladamente a cota-parte não se correlaciona com nenhum gasto *per capita*, seja na Sudoeste seja na Norte Pioneiro.

As combinações F, que são aquelas que correlacionam as transferências relativas com os gastos relativos, demonstram uma situação particular para cada mesorregião, enquanto para a Sudoeste a maior participação das transferências do FPM, somada à cota-parte do ICMs, tanto sobre as transferências quanto sobre as receitas, parece influenciar, de forma moderada e direta, os demais gastos relativos; para a Norte Pioneiro estas mesmas transferências relativas influenciam, de forma forte e direta, os gastos relativos em educação.

6.1.3.3 Correlação entre transferências e investimentos

O quadro 13, a seguir, sintetiza as diferenças entre as mesorregiões Sudoeste (ver quadro 5) e Norte Pioneiro (ver quadro 9) para as correlações entre transferências e investimentos.

QUADRO 13 - COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE TRANSFERÊNCIAS E INVESTIMENTO PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
I pc ⁽¹⁰⁾	(G) indifer	(G) indifer	(G) indifer	(H) indifer	(H) indifer	(H) SO	(H) indifer	(H) indifer	(H) indifer
I rel ⁽¹¹⁾	(G) indifer	(G) SO	(G) indifer	(H) indifer	(H) indifer	(H) indifer	(H) indifer	(H) indifer	(H) indifer

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Prevalece a sigla da mesorregião So (Sudoeste) ou NP (Norte Pioneiro) em duas situações: a) quando o coeficiente de Pearson for forte contra fraco ou moderada; e b) quando for moderado contra fraco. Quando a classificação for a mesma é marcado indiferente (indifer.)

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias

(10) Investimento *per capita*.

(11) Investimento relativo.

Tanto as correlações da combinação G quanto da combinação H são fracas para ambas as mesorregiões. Os dois destaques, ainda que moderados, são pertinentes à Sudoeste. Estes dois casos se referem a transferências da cota-parte do ICMS, uma delas em termos *per capita* e a outra em termos relativos.

É interessante observar que de todos os quadros analisados para ambas as regiões o único a apresentar todas as correlações fracas foi o quadro 9 (da Norte Pioneiro), correlacionando transferências e investimentos.

6.1.3.4 Correlações entre gastos e necessidades

As correlações dos tipos de combinações I e J estão representadas no quadro 14, e trazem a síntese dos quadros 6 e 10.

QUADRO 14 - COMPARAÇÃO ENTRE AS INTENSIDADES DAS CORRELAÇÕES LINEARES DE PEARSON ENTRE GASTOS E NECESSIDADES PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ - 2000

	G pc E ⁽¹⁾	G pc S ⁽²⁾	G pc DG ⁽³⁾	G r E ⁽⁴⁾	G r S ⁽⁵⁾	G r DG ⁽⁶⁾
N E ⁽⁷⁾	(I) indifer.	(I) indifer.	(I) SO	(J) indifer.	(J) SO	(J) SO NP ⁽⁹⁾ .
N S ⁽⁸⁾	(I) indifer.	(I) indifer.	(I) indifer.	(J) indifer.	(J) indifer.	(J) indifer.

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Prevalece a sigla da mesorregião So (Sudoeste) ou NP (Norte Pioneiro) em duas situações: a) quando o coeficiente de Pearson for forte contra fraco ou moderado; e b) quando for moderado contra fraco. Quando a classificação for a mesma é marcado indiferente (indifer.)

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definidas ao início da seção 6.1.

(1) Gasto *per capita* em educação, excluído o Fundef.

(2) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(3) Demais gastos *per capita*.

(4) Gastos relativos em educação, excluído o Fundef.

(5) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(6) Demais gastos relativos.

(7) Necessidade em educação.

(8) Necessidade em saúde.

(9) Ambas são moderadas, porém de sinal invertido.

Como se pode verificar, os coeficientes de correlação mostram-se fracos e indiferentes para ambas as regiões. Para o conjunto das regiões, de um total de 24 correlações apenas 4 são moderadas e as demais são fracas.

Um aspecto pertinente a se observar é em relação ao relativo dos demais gastos, sendo as correlações para ambas as regiões moderadas, porém com sinal inverso. Para a Norte Pioneiro (com coeficiente positivo de 0,44), quanto maiores as despesas relativas que não envolvem educação e saúde, maior é o IDH-M educação (menor é a necessidade em educação). Sendo assim, menores gastos relativos em educação e saúde estão moderadamente vinculados a menores necessidades no setor educação na Norte Pioneiro. Já a Sudoeste (com coeficiente negativo de 0,54), ao contrário do observado na outra mesorregião, mantém um padrão menos coerente, uma vez que quanto menor é a despesa relativa em demais gastos, maior é o IDH-M educação (menor a necessidade em educação). Por fim, cabe ressaltar que as correlações que envolvem a saúde são todas fracas.

6.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO CANÔNICA

A partir desta seção serão testadas correlações entre os grupos. Estes grupos são semelhantes aos tratados na seção anterior: necessidades, transferências *per capita*, transferências relativas, gastos *per capita* e gastos relativos.⁴⁵ Ao contrário da seção 6.1, na qual as correlações eram calculadas para cada par de variáveis, agora elas serão trabalhadas grupo a grupo. Ao todo foram geradas 16 correlações canônicas para as duas mesorregiões.⁴⁶

6.2.1 Mesorregião Sudoeste

As correlações canônicas entre o grupo de variáveis de necessidade e o grupo de variáveis de transferências e de gastos são demonstradas no quadro 15.

QUADRO 15 - CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE NECESSIDADE E O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIA E GASTOS PARA SUDOESTE - 2000

	GRUPO TR PC ⁽¹⁾	GRUPO TR REL ⁽²⁾	GRUPO GST PC ⁽³⁾	GRUPO GST REL ⁽⁴⁾
ρ_1^*	0,7453	0,7679	0,3919	0,4628
ρ_2^*	0,0786	0,2621	0,1178	0,2273

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

(1) Grupo de transferências *per capita*.

(2) Grupo de transferências relativas.

(3) Grupo de gastos *per capita*.

(4) Grupo de gastos relativos.

Como foi ponderado na seção de metodologia, será interpretado somente o primeiro coeficiente (ρ_1^*) da correlação canônica.

⁴⁵O grupo de investimentos não foi incluído na análise canônica pela razão já explicitada na seção de metodologia.

⁴⁶Conforme mencionado na seção de metodologia, os grupos de transferências *per capita*, gastos *per capita* e gastos relativos tiveram, cada um, uma variável excluída dos cálculos. O grupo de transferências relativas teve duas variáveis excluídas.

Verifica-se, nessa mesorregião, uma forte correlação entre o grupo de variáveis de necessidade tanto com o de transferência *per capita* quanto com o de transferência relativa, sendo um pouco mais forte a correlação para este último. Isto significa dizer que existe uma relação forte entre as transferências de um modo geral e o IDH-M (saúde e educação).

Como foi visto através das correlações lineares de Pearson (ver quadro 3), ocorreu um total de 8 correlações significativas (fortes ou moderadas), das quais 6 tiveram coeficientes de sinal negativo, sendo 3 fortes e 3 moderados. Dos dois coeficientes que tiveram sinal positivo nenhum foi de classificação forte. Como a correlação canônica procura maximizar a correlação entre os grupos produzindo-se somente coeficientes de sinal positivo, conclui-se que, em um quadro geral, as transferências, tanto *per capita* quanto relativas, tendem a ser maiores para os municípios de maiores necessidades (menores IDH-M) para a mesorregião Sudoeste.

As necessidades se relacionam apenas moderadamente com os gastos, sendo, no caso dos gastos *per capita*, próximos da fronteira com o fraco.

No quadro 16 é correlacionado o grupo de variáveis de transferências *per capita* com o grupo de variáveis de gastos.

QUADRO 16 - CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS *PER CAPITA* COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE GASTOS PARA SUDOESTE - 2000

	GRUPO GST PC ⁽¹⁾	GRUPO GST REL ⁽²⁾
ρ_1^*	0,7309	0,4396
ρ_2^*	0,2043	0,1649

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

(1) Grupo de gastos *per capita*.

(2) Grupo de gastos relativos.

A correlação é forte entre os gastos *per capita* e as transferências *per capita*, mostrando-se uma certa lógica na Sudoeste, onde os municípios que mais gastam são os que mais recebem transferências. Contudo, as correlações dos gastos relativos são apenas moderadas quando comparadas as transferências *per capita*, não havendo,

assim, alguma ligação expressiva entre o quanto se recebe de transferências por algum direcionamento de política de gastos públicos dos municípios da Sudoeste.

QUADRO 17 - CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS RELATIVAS COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE GASTOS PARA SUDOESTE - 2000

	GRUPO GST PC ⁽¹⁾	GRUPO GST REL ⁽²⁾
$\rho 1^*$	0,7290	0,5927
$\rho 2^*$	0,3340	0,3469

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

(1) Grupo de gastos *per capita*.

(2) Grupo de gastos relativos.

A exposição do quadro 17 é semelhante à do quadro 16. As correlações são mais fortes com os gastos *per capita*, havendo então alguma relação entre a dependência exercida em relação às transferências e a intensidade dos gastos efetuados nos setores de educação e saúde.

6.2.2 Mesorregião Norte Pioneiro

O quadro a seguir mostra as correlações entre o grupo de variáveis de necessidade e o grupo de variáveis das transferências e os gastos municipais.

QUADRO 18 - CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE NECESSIDADE COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIA E GASTOS PARA A NORTE PIONEIRO - 2000

	GRUPO TR PC ⁽¹⁾	GRUPO TR REL ⁽²⁾	GRUPO GST PC ⁽³⁾	GRUPO GST REL ⁽⁴⁾
$\rho 1^*$	0,5660	0,6157	0,2945	0,2042
$\rho 2^*$	0,2879	0,2533	0,1417	0,1163

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

(1) Grupo de transferências *per capita*.

(2) Grupo de transferências relativas.

(3) Grupo de gastos *per capita*.

(4) Grupo de gastos relativos.

A Norte Pioneiro, distintamente do observado na Sudoeste (ver quadro 15), apresenta correlações canônicas menos acentuadas entre o grupo de variáveis de necessidade e o grupo de variáveis de transferência *per capita* e transferências relativas. Ambas as correlações são moderadas na Norte Pioneiro, sendo fortes na Sudoeste.

As correlações entre o grupo de necessidades e os grupos de gastos são fracas, seja em termos *per capita*, seja em termos relativos, enquanto para a Sudoeste estas mesmas correlações haviam sido moderadas.

A seguir, o quadro 19 expõe as correlações entre as transferências *per capita* e os grupos de gastos.

QUADRO 19 - CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS *PER CAPITA* COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE GASTOS PARA NORTE PIONEIRO - 2000

	GRUPO GST PC ⁽¹⁾	GRUPO GST REL ⁽²⁾
$\rho 1^*$	0,8803	0,4784
$\rho 2^*$	0,1494	0,1458

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

(1) Grupo de gastos *per capita*.

(2) Grupo de gastos relativos.

Assim como já havia sido observado no caso da Sudoeste (ver quadro 16), a correlação entre o grupo de variáveis de transferências *per capita* e o grupo de variáveis de gastos é forte em relação aos gastos *per capita* e moderada em relação aos gastos relativos. Contudo, a Norte Pioneiro mostra, no caso da correlação com os gastos *per capita*, um nível de coeficiente razoavelmente mais forte que o apresentado na Sudoeste.

Por fim, a correlação entre o grupo de variáveis de transferências relativas e os mesmos grupos de variáveis de gastos vistos no quadro anterior são apresentados a seguir, no quadro 20.

QUADRO 20 - CORRELAÇÃO CANÔNICA ENTRE O GRUPO DE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS RELATIVAS COM OS GRUPOS DE VARIÁVEIS DE GASTOS PARA A NORTE PIONEIRO - 2000

	GRUPO GST PC ⁽¹⁾	GRUPO GST REL ⁽²⁾
$\rho 1^*$	0,6158	0,7103
$\rho 2^*$	0,2654	0,2878

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo *software* SAEG v 5.0 / 93.

(1) Grupo de gastos *per capita*.

(2) Grupo de gastos relativos.

A correlação das transferências relativas é forte, tanto para com o grupo de gastos *per capita* quanto para com o grupo de gastos relativos, sendo mais intensa no caso deste último. Ao se verificar o que ocorreu em equivalente situação na Sudoeste (ver quadro 17), percebe-se que houve uma forte correlação entre as transferências relativas e os gastos *per capita*, enquanto a correlação entre estas transferências e os gastos relativos foram moderados.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As correlações entre as transferências e as necessidades são fracas de um modo geral. Contudo, na Sudoeste as correlações entre as transferências do FPM e as necessidades em educação são fortes; já para a Norte Pioneiro isto não ocorre.

Quando são postas em análise as variáveis de gastos em educação com as variáveis de transferências, as correlações são mais intensas com a Norte Pioneiro. Isto ocorre tanto em termos *per capita* quanto em termos relativos. Já as correlações com os gastos em saúde não são fortes, seja para a Norte Pioneiro seja para a Sudoeste.

As correlações entre as transferências e os investimentos são fracas para ambas as regiões.

Nas duas regiões os gastos com saúde e educação não se relacionam com suas respectivas necessidades nestas áreas.

CONCLUSÃO

Reportando-se às duas questões iniciais desta dissertação, passa-se agora, nesta conclusão, a se pontuar vários aspectos descritos ao longo das análises realizadas. A primeira questão é referente à influência das transferências sobre os gastos municipais e a relação destes gastos com as necessidades. A segunda questão é se a distinta situação socioeconômica das mesorregiões condiciona as políticas de gastos municipais. Ambas as questões são ponderadas de forma concomitante ao longo da análise que se estende pelos capítulos 4, 5 e 6.

Os objetivos específicos também trazem questões pertinentes que foram trabalhadas ao longo dos capítulos referidos no parágrafo anterior, a saber: se as transferências mantêm coerência com as necessidades municipais, se os dois tipos de transferências intergovernamentais influenciam de forma distinta as duas mesorregiões e se as despesas de capital têm relação com as despesas correntes.

A principal conclusão que pode ser constatada é que, de uma forma geral, as transferências não condicionam a forma dos gastos, e estes últimos parecem distantes de se vincularem às necessidades. Os gastos parecem estar mais vinculados a uma norma legal específica do que propriamente às reais necessidades existentes. Isto fica claro no caso da educação, que possui uma obrigação constitucional de despesas,⁴⁷ ao contrário do que acontece com a saúde.

Na análise dos gastos por finalidade observou-se que, uma vez subtraídas as transferências vinculadas, os gastos *per capita* ficam muito próximos entre as mesorregiões, conforme resumiu a tabela 24 no capítulo 5. Isto fica mais claro no caso da educação, sendo também verificado no caso da saúde, embora de forma não tão intensa. Como foi concluído no próprio capítulo 5, o esforço da Norte Pioneiro em

⁴⁷No caso da educação a norma constitucional determina gastos de 25% das receitas advindas dos impostos e transferências recebidas. As transferências do Fundef, por si só, não são suficientes para cumprir a norma constitucional, pois representam 8,58% do total da soma dos impostos e das transferências correntes para o Norte Pioneiro. A mesma relação para a Sudoeste é de 9,68%.

manter um determinado padrão de gastos em termos *per capita* a faz gastar relativamente mais nestas áreas (educação e saúde) do que a Sudoeste necessitaria fazer a princípio.

As correlações canônicas entre o grupo de transferência *per capita* e os grupos de despesas (*per capita* e relativo) foram mais fortes na Norte Pioneiro, conforme pôde ser verificado nos quadros 16 e 19 do capítulo 6. Nas correlações de Pearson, entre as transferências e as despesas, as que envolvem o FPM e os gastos em educação mostraram-se mais correlacionadas com a Norte Pioneiro do que com a Sudoeste. Isto parece ser explicado por ser a Norte Pioneiro mais dependente dos recursos desta transferência, sendo normal um maior vínculo entre o FPM e os gastos em educação.

Logo, as correlações que envolvem os gastos com educação são bem mais acentuadas com as transferências do que o são com a saúde. Embora esta situação ocorra nas duas regiões, ela tende a ser mais gritante no caso da Norte Pioneiro. Desta forma, o modo como as transferências recebidas são gastas está mais ligado a um preceito constitucional do que condicionado às necessidades observadas. Isto também é corroborado quando se analisam as correlações entre necessidades e despesas. As correlações canônicas vão de moderada a quase fraca na Sudoeste, e são totalmente fracas para a Norte Pioneiro. Já as correlações de Pearson são predominantemente fracas para as duas mesorregiões.

As colocações acima também balizam a resposta da segunda questão. Mas além disso é pertinente observar alguns pontos. No início do capítulo 5 discutiu-se a importância do IDH-M como parâmetro das necessidades municipais, sendo postas em destaque as relativas à educação e saúde. Para estes dois fenômenos a mesorregião Norte Pioneiro apresentou maior grau de carência, estando os seus municípios em maior frequência entre os que apresentaram maiores necessidades tanto em educação (ver tabela 8 e gráfico 1) quanto em saúde (ver tabela 9 e gráfico 2). As diferenças entre as mesorregiões relativamente a como atender às necessidades e como os gastos se relacionam com as transferências estão mais condicionadas à lógica destas transferências

recebidas do que especificamente a um fator social e econômico. Embora, evidentemente, a própria situação econômica privilegiada da Sudoeste faça com que receba, por exemplo, maiores transferências da cota-parte do ICMs, não a condiciona a gastar proporcionalmente mais em suas necessidades do que a faz a Norte Pioneiro. Esta situação é interessante quando se observa uma correlação de Pearson forte entre transferência da cota-parte *per capita* com gasto em educação *per capita* para a Norte Pioneiro, sendo que a mesma correlação é apenas moderada para a Sudoeste, apesar de esta última receber um maior montante *per capita* desta transferência.

O objetivo específico sobre a relação entre as transferências e as necessidades teve como principal base de análise as correlações estudadas no capítulo 6. Na Sudoeste, as correlações canônicas entre os grupos de necessidade e transferência *per capita* e relativa são fortes (conforme quadro 15). Quando é feita uma análise mais pontual através das correlações de Pearson, nota-se que a variável de transferência *per capita* do FPM está fortemente correlacionada com a variável de necessidade em educação, sendo tanto maior a necessidade quanto maior a transferência *per capita* recebida. É interessante observar que isto não ocorre no caso da Norte Pioneiro. Nesta região a correlação canônica é apenas moderada entre o grupo de necessidade e de transferência *per capita*. Quando da análise de Pearson a correlação é fraca entre as variáveis de necessidade em educação e transferência *per capita* do FPM.

Já em relação à saúde não se observam correlações de Pearson fortes nem na Sudoeste nem na Norte Pioneiro.

Em relação ao segundo objetivo específico, pode-se dizer que as transferências em estudo neste trabalho, FPM e cota-parte do ICMs, recebidas pelas duas regiões, representaram impactos distintos tanto no total da receita quanto no total das transferências recebidas.

A Sudoeste recebeu um valor de FPM *per capita* um pouco superior ao recebido pela Norte Pioneiro. Contudo, em termos relativos, seja sobre o total da receita seja sobre o total das transferências, a Norte Pioneiro tem no FPM maior

dependência.⁴⁸ É importante lembrar novamente que estas análises são feitas comparando sempre uma região com a outra, pois, sendo assim, é significativo observar que o FPM *per capita* é superior para a Sudoeste em uma proporção menor ao que a dependência desta mesma transferência é superior para a Norte Pioneiro em relação à Sudoeste. Como foi estudado no capítulo 4, o vigor econômico da Sudoeste, contraposto a uma situação precária da Norte Pioneiro, coloca-a em uma situação de receitas tributárias próprias municipais superior, o que faz a Sudoeste menos dependente da transferência do FPM.

A cota-parte do ICMs *per capita* também é superior para a Sudoeste, contudo em uma proporção maior do que era o FPM. Isto se explica pela lógica desta transferência, de aspecto devolutivo, que premia os municípios de maior arrecadação de ICMs. Em termos relativos a dependência desta transferência é muito parecida para as duas mesorregiões (ver tabelas 32 e 33), ainda que um pouco superior para a Sudoeste.

Na soma dessas transferências, tem-se, em termos *per capita*, uma superioridade para a Sudoeste, enquanto a Norte Pioneiro é mais dependente do conjunto destas transferências. Estas relações são similares às observadas quando se analisava isoladamente o FPM, pois esta transferência é superior, no montante geral para as duas regiões, em 64,3% ao total da cota do ICMs. Desta forma, o FPM, como já havia sido observado na seção 5.5, acaba por definir de forma mais acentuada o perfil de distribuição do conjunto das duas transferências para as regiões.

Ao se responder ao último objetivo específico percebeu-se uma falta de relação bastante significativa entre as transferências e o nível de investimentos realizado pelos municípios das mesorregiões estudadas, pois ao se analisar as correlações de Pearson entre as transferências e os investimentos estas são fracas para as duas mesorregiões. Contudo, é interessante observar que os investimentos foram preponderantemente mais contundentes no caso da Sudoeste, em comparação com a

⁴⁸Estas informações podem ser confirmadas na seção 5.5, pelas tabelas 27, 29 e 30.

Norte Pioneiro, tanto no caso *per capita* quanto relativo, como foi atestado na seção 5.4 do capítulo 5.

O presente estudo abordou aspectos pertinentes às necessidades em educação e saúde baseadas nos indicadores fornecidos pelo IDH-M. Estudos futuros poderiam analisar mais pontualmente outras necessidades que possam ser atendidas por políticas públicas, além de verificar como estas se relacionam com as despesas públicas e com as transferências intergovernamentais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, T. W. **An introduction to multivariate statistical analysis**. New York: J. Wiley & Sons, 1958. 375p.

BRASIL, Ministério da fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional, Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.Br>>, Acesso em 30 de agosto de 2004.

BRASIL, Ministério da fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional, Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.Br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>, Acesso em 26 de outubro de 2004.

BRASIL, Senado Federal – Legislação Brasileira, Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras>>, Acessado em 9, 10 e 11 de novembro de 2004.

BRASIL. Decreto-lei n. 1881, 27 de agosto de 1981. Altera a lei n. 5.172 de 25 de outubro de 1966, cria a reserva do fundo de participação dos municípios - FPM e dá outras providências. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras>>, Acessado em novembro de 2004.

BRASIL. Lei 5172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à união, estados e municípios. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras>>, Acessado em novembro de 2004.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras>>, Acessado em novembro de 2004.

BRASIL. Lei 9.424, 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na forma prevista no artigo 60, parágrafo 7, do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras>>, Acessado em novembro de 2004.

BRASIL. Lei-complementar 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos estados e do distrito federal sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras>>, Acessado em novembro de 2004.

CALLEGARI-JACQUES, Sintia M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre, Artmed, 2003. 255p.

Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988

Constituição do Estado do Paraná 1989: edição popular para trabalhadores. Curitiba: Exklusiva, 1994.

FAISSOL, S. (Org.). **Tendências atuais na geografia urbano/regional**: teorização e quantificação. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. 301 p.

HAIR, Joseph F. et al. **Multivariate data analysis**. 5.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998. 745p.

IGNÁCIO, S. A. **Tipologia dos Municípios Paranaenses, Segundo Indicadores Socioeconômicos e Sociodemográficos** - Uma análise estatística. Curitiba: PUC. 2002.

IPARDES. **Leituras Regionais**. CURITIBA, 2004.

IPARDES. **Paraná: Diagnóstico Social e Econômico**. CURITIBA, 2003.

JOHNSON, Richard A.; WICHERN, Dean W. **Applied multivariate statistical analysis**. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall International, 1988. 607p.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**: teoria e prática. São Paulo: ATLAS, 1992.

LIRA, S. A. **Análise de correlação**: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações. Curitiba, 2004. 196 f. Dissertação (Mestrado). Setores de Ciências Exatas e de Tecnologia, UFPR.

MEIRA, J. **Impacto das transferências intergovernamentais e a eficácia tributária dos municípios paranaenses**. Curitiba: PARANÁCIDADE, 1998.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas**: teoria e prática. São Paulo: Campus, 1980. 671 p.

MUSGRAVE, R.A. **Teoria das finanças públicas**. São Paulo: ATLAS, 1974.

ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento humano e condições de vida**: indicadores brasileiros. Brasília: IPEA, FJP e IBGE, 1998. 140 p.

ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 6 jan. 2005.

PARÁ, Secretaria Especial de Proteção Social. Disponível em: <http://www.sespa.pa.gov.br/Informação/idh/idh_calculo.htm>. Acesso em: 10 e 11 jan. 2005.

PRADO, S. Transferências Fiscais e Financiamento Municipal no Brasil. In: DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL E COOPERAÇÃO FINANCEIRA INTERGOVERNAMENTAL, 1, 2001, São Paulo: EBAP/Konrad Adenauer, 2001. p. 92.

PRUD'HOMME, R. **Estrutura e Aspectos das Finanças Públicas do Estado do Paraná**. Curitiba: PARANÁCIDADE, 1998.

RESOLUÇÃO – PR N.º 51 de 31/07/1989. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. São Paulo: ATLAS, 2001.

RIANI, F. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1997.

**APÊNDICE 1 - DADOS BRUTOS SOBRE NECESSIDADES (IDH-M), GASTOS E
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES
SUDOESTE E NORTE PIONEIRO PARANAENSES**

TABELA A.1.1 - CIDADES DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO COM POPULAÇÃO E IDH-M, CLASSIFICADAS POR ORDEM CRESCENTE DE IDH-M EDUCAÇÃO - 2000

continua

ORDEM	CIDADE	POPULAÇÃO	IDH-M	IDH-M EDUCAÇÃO	MESORREGIÃO
1	Sapopema	6.872	0,698	0,743	Norte Pioneiro
2	São Jerônimo da Serra	11.750	0,674	0,745	Norte Pioneiro
3	Curiúva	12.904	0,675	0,763	Norte Pioneiro
4	Congonhinhas	7.851	0,692	0,765	Norte Pioneiro
5	Abatiá	8.259	0,71	0,779	Norte Pioneiro
6	Santa Cecília do Pavão	4.064	0,712	0,78	Norte Pioneiro
7	Salto do Itararé	5.549	0,695	0,783	Norte Pioneiro
8	São Sebastião da Amoreira	8.548	0,724	0,787	Norte Pioneiro
9	Conselheiro Mairinck	3.463	0,707	0,787	Norte Pioneiro
10	Ribeirão do Pinhal	14.341	0,715	0,788	Norte Pioneiro
11	Jundiá do Sul	3.659	0,721	0,79	Norte Pioneiro
12	Nova Santa Bárbara	3.611	0,701	0,79	Norte Pioneiro
13	Ibaiti	26.448	0,687	0,79	Norte Pioneiro
14	Jaboti	4.590	0,699	0,79	Norte Pioneiro
15	São José da Boa Vista	6.978	0,707	0,791	Norte Pioneiro
16	Pinhal de São Bento	2.560	0,708	0,792	Sudoeste
17	Manfrinópolis	3.802	0,71	0,795	Sudoeste
18	Santa Amélia	4.407	0,711	0,795	Norte Pioneiro
19	Nova Fátima	8.305	0,747	0,8	Norte Pioneiro
20	Pinhalão	6.217	0,707	0,802	Norte Pioneiro
21	Tomazina	9.931	0,716	0,802	Norte Pioneiro
22	Figueira	9.038	0,711	0,803	Norte Pioneiro
23	Japira	4.901	0,706	0,804	Norte Pioneiro
24	Bom Jesus do Sul	4.154	0,696	0,807	Sudoeste
25	Nova América da Colina	3.585	0,716	0,809	Norte Pioneiro
26	Santa Mariana	13.470	0,751	0,809	Norte Pioneiro
27	Santo Antônio do Paraíso	2.790	0,715	0,809	Norte Pioneiro
28	Wenceslau Braz	19.559	0,727	0,813	Norte Pioneiro
29	Itambaracá	7.090	0,715	0,814	Norte Pioneiro
30	Carlópolis	13.305	0,727	0,815	Norte Pioneiro
31	Flor da Serra do Sul	5.059	0,732	0,818	Sudoeste
32	Uraí	11.876	0,751	0,819	Norte Pioneiro
33	Jataizinho	11.327	0,733	0,82	Norte Pioneiro
34	Andirá	21.663	0,742	0,824	Norte Pioneiro
35	Rancho Alegre	4.197	0,738	0,827	Norte Pioneiro
36	Leópolis	4.440	0,742	0,828	Norte Pioneiro
37	Siqueira Campos	16.000	0,753	0,829	Norte Pioneiro
38	Salto do Lontra	12.757	0,76	0,831	Sudoeste
39	Saudade do Iguaçu	4.608	0,781	0,831	Sudoeste
40	Guapirama	4.068	0,747	0,831	Norte Pioneiro
41	Santo Antônio da Platina	39.943	0,745	0,834	Norte Pioneiro
42	Assaí	18.045	0,748	0,835	Norte Pioneiro
43	Joaquim Távora	9.661	0,755	0,835	Norte Pioneiro

TABELA A.1.1 - CIDADES DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO COM POPULAÇÃO E IDH-M, CLASSIFICADAS POR ORDEM CRESCENTE DE IDH-M EDUCAÇÃO - 2000

conclusão

ORDEM	CIDADE	POPULAÇÃO	IDH-M	IDH-M EDUCAÇÃO	MESORREGIÃO
44	Nova Esperança do Sudoeste	5.258	0,722	0,836	Sudoeste
45	Ribeirão Claro	10.903	0,747	0,837	Norte Pioneiro
46	Salgado Filho	5.338	0,759	0,839	Sudoeste
47	Boa Esperança do Iguaçu	3.107	0,741	0,84	Sudoeste
48	Sertaneja	6.521	0,786	0,84	Norte Pioneiro
49	Quatiguá	6.742	0,762	0,841	Norte Pioneiro
50	Santa Izabel do Oeste	11.711	0,767	0,842	Sudoeste
51	Nova Prata do Iguaçu	10.397	0,754	0,842	Sudoeste
52	Bela Vista da Caroba	4.503	0,738	0,845	Sudoeste
53	Cruzeiro do Iguaçu	4.394	0,737	0,848	Sudoeste
54	Verê	8.721	0,774	0,849	Sudoeste
55	Barra do Jacaré	2.723	0,789	0,85	Norte Pioneiro
56	Planalto	14.122	0,763	0,854	Sudoeste
57	Barracão	9.271	0,764	0,854	Sudoeste
58	Enéas Marques	6.382	0,782	0,854	Sudoeste
59	Bom Sucesso do Sul	3.392	0,776	0,854	Sudoeste
60	Pranchita	6.260	0,803	0,855	Sudoeste
61	Coronel Vivida	23.306	0,775	0,855	Sudoeste
62	Vitorino	6.285	0,785	0,857	Sudoeste
63	Cambará	22.740	0,769	0,861	Norte Pioneiro
64	Bandeirantes	33.732	0,756	0,861	Norte Pioneiro
65	Renascença	6.959	0,746	0,862	Sudoeste
66	Chopinzinho	20.543	0,773	0,862	Sudoeste
67	Sulina	3.918	0,773	0,867	Sudoeste
68	Capanema	18.239	0,803	0,869	Sudoeste
69	Marmeleiro	13.665	0,753	0,869	Sudoeste
70	Pérola d'Oeste	7.354	0,759	0,87	Sudoeste
71	Jacarezinho	39.625	0,782	0,872	Norte Pioneiro
72	São João	11.207	0,774	0,877	Sudoeste
73	Itapejara d'Oeste	9.162	0,786	0,881	Sudoeste
74	São Jorge d'Oeste	9.307	0,754	0,882	Sudoeste
75	Realeza	16.023	0,783	0,886	Sudoeste
76	Ampére	15.623	0,793	0,887	Sudoeste
77	Mariópolis	6.017	0,799	0,89	Sudoeste
78	Cornélio Procopio	46.861	0,791	0,897	Norte Pioneiro
79	Dois Vizinhos	31.986	0,773	0,902	Sudoeste
80	Francisco Beltrão	67.132	0,791	0,918	Sudoeste
81	Pato Branco	62.234	0,849	0,937	Sudoeste

FONTES: PNUD, IBGE

TABELA A.1.2 - CIDADES DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO COM POPULAÇÃO E IDH-M, CLASSIFICADAS POR ORDEM CRESCENTE DE IDH-M SAÚDE - 2000

continua

ORDEM	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL - 2000	IDH-M - 2000	IDH-M-SAÚDE, 2000	MESORREGIÃO
1	Ibaiti	26.448	0,687	0,633	Norte Pioneiro
2	Curiúva	12.904	0,675	0,673	Norte Pioneiro
3	Conselheiro Mairinck	3.463	0,707	0,673	Norte Pioneiro
4	Jaboti	4.590	0,699	0,673	Norte Pioneiro
5	Pinhalão	6.217	0,707	0,673	Norte Pioneiro
6	Japira	4.901	0,706	0,673	Norte Pioneiro
7	São Jerônimo da Serra	11.750	0,674	0,68	Norte Pioneiro
8	Nova Santa Bárbara	3.611	0,701	0,68	Norte Pioneiro
9	Nova Esperança do	5.258	0,722	0,685	Sudoeste
10	Salto do Itararé	5.549	0,695	0,694	Norte Pioneiro
11	Figueira	9.038	0,711	0,694	Norte Pioneiro
12	Wenceslau Braz	19.559	0,727	0,694	Norte Pioneiro
13	Congoninhas	7.851	0,692	0,706	Norte Pioneiro
14	Ribeirão do Pinhal	14.341	0,715	0,706	Norte Pioneiro
15	Santa Amélia	4.407	0,711	0,706	Norte Pioneiro
16	Tomazina	9.931	0,716	0,706	Norte Pioneiro
17	Nova América da Colina	3.585	0,716	0,706	Norte Pioneiro
18	Santo Antônio do Paraíso	2.790	0,715	0,706	Norte Pioneiro
19	Itambaracá	7.090	0,715	0,706	Norte Pioneiro
20	Carlópolis	13.305	0,727	0,706	Norte Pioneiro
21	Jundiá do Sul	3.69	0,721	0,712	Norte Pioneiro
22	Santo Antônio da Platina	39.943	0,745	0,712	Norte Pioneiro
23	São Jorge d'Oeste	9.307	0,754	0,713	Sudoeste
24	Andirá	21.663	0,742	0,715	Norte Pioneiro
25	Dois Vizinhos	31.986	0,773	0,715	Sudoeste
26	São José da Boa Vista	6.978	0,707	0,722	Norte Pioneiro
27	Bom Jesus do Sul	4.154	0,696	0,723	Sudoeste
28	Bandeirantes	33.732	0,756	0,726	Norte Pioneiro
29	Francisco Beltrão	67.132	0,791	0,727	Sudoeste
30	Jataizinho	11.327	0,733	0,734	Norte Pioneiro
31	Rancho Alegre	4.197	0,738	0,736	Norte Pioneiro
32	Boa Esperança do Iguaçu	3.107	0,741	0,736	Sudoeste
33	Cruzeiro do Iguaçu	4.394	0,737	0,736	Sudoeste
34	Renascença	6.959	0,746	0,736	Sudoeste
35	Marmeleiro	13.665	0,753	0,736	Sudoeste
36	Cornélio Procopio	46.861	0,791	0,743	Norte Pioneiro
37	Abatiá	8.259	0,71	0,744	Norte Pioneiro
38	Leópolis	4.440	0,742	0,744	Norte Pioneiro
39	Ribeirão Claro	10.903	0,747	0,744	Norte Pioneiro
40	Santa Cecília do Pavão	4.064	0,712	0,753	Norte Pioneiro
41	São Sebastião da Amoreira	8.548	0,724	0,753	Norte Pioneiro
42	Assaí	18.045	0,748	0,753	Norte Pioneiro
43	Pinhal de São Bento	2.560	0,708	0,755	Sudoeste
44	Barracão	9.271	0,764	0,755	Sudoeste
45	Cambará	22.740	0,769	0,755	Norte Pioneiro
46	Jacarezinho	39.625	0,782	0,759	Norte Pioneiro
47	São João	11.207	0,774	0,761	Sudoeste

TABELA A.1.2 - CIDADES DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO COM POPULAÇÃO E IDH-M, CLASSIFICADAS POR ORDEM CRESCENTE DE IDH-M SAÚDE - 2000

conclusão

ORDEM	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL - 2000	IDH-M - 2000	IDH-M-SAÚDE, 2000	MESORREGIÃO
48	Uraí	11.876	0,751	0,762	Norte Pioneiro
49	Flor da Serra do Sul	5.059	0,732	0,763	Sudoeste
50	Nova Prata do Iguaçu	10.397	0,754	0,763	Sudoeste
51	Nova Fátima	8.305	0,747	0,765	Norte Pioneiro
52	Siqueira Campos	16.000	0,753	0,766	Norte Pioneiro
53	Guapirama	4.068	0,747	0,766	Norte Pioneiro
54	Joaquim Távora	9.661	0,755	0,766	Norte Pioneiro
55	Quatiguá	6.742	0,762	0,766	Norte Pioneiro
56	Manfrinópolis	3.802	0,71	0,767	Sudoeste
57	Sapopema	6.872	0,698	0,772	Norte Pioneiro
58	Bela Vista da Caroba	4.503	0,738	0,774	Sudoeste
59	Pérola d'Oeste	7.354	0,759	0,774	Sudoeste
60	Realeza	16.023	0,783	0,774	Sudoeste
61	Chopininho	20.543	0,773	0,782	Sudoeste
62	Santa Mariana	13.470	0,751	0,784	Norte Pioneiro
63	Sulina	3.918	0,773	0,79	Sudoeste
64	Planalto	14.122	0,763	0,793	Sudoeste
65	Enéas Marques	6.382	0,782	0,794	Sudoeste
66	Santa Izabel do Oeste	11.711	0,767	0,801	Sudoeste
67	Verê	8.721	0,774	0,802	Sudoeste
68	Itapejara d'Oeste	9.162	0,786	0,808	Sudoeste
69	Ampére	15.623	0,793	0,809	Sudoeste
70	Salto do Lontra	12.757	0,76	0,81	Sudoeste
71	Vitorino	6.285	0,785	0,814	Sudoeste
72	Saudade do Iguaçu	4.608	0,781	0,816	Sudoeste
73	Bom Sucesso do Sul	3.392	0,776	0,816	Sudoeste
74	Coronel Vivida	23.306	0,775	0,816	Sudoeste
75	Mariópolis	6.017	0,799	0,816	Sudoeste
76	Sertaneja	6.521	0,786	0,829	Norte Pioneiro
77	Salgado Filho	5.338	0,759	0,844	Sudoeste
78	Pato Branco	62.234	0,849	0,851	Sudoeste
79	Capanema	18.239	0,803	0,857	Sudoeste
80	Pranchita	6.260	0,803	0,858	Sudoeste
81	Barra do Jacaré	2.723	0,789	0,863	Norte Pioneiro

FONTES: PNUD, IBGE

TABELA A.1.3 - GASTOS *PER CAPITA* POR FINALIDADE E INVESTIMENTO *PER CAPITA* PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO - 2000

continua

MUNICÍPIO	EDUCAÇÃO (%)	EDUCAÇÃO S/ FUNDEF (%)	SAÚDE (%)	SAÚDE S/ SUS (%)	INVEST. (%)	DEMAIS GASTOS (%)	MESORREGIÃO
Abatiá	149,68	92,17	14,66	14,66	8,20	213,25	Norte Pioneiro
Ampére	101,52	65,43	69,19	49,48	63,69	244,59	Sudoeste
Andirá	98,86	89,32	69,86	54,39	51,97	259,07	Norte Pioneiro
Assaí	130,23	92,38	78,65	55,79	27,36	214,24	Norte Pioneiro
Bandeirantes	79,72	59,58	40,92	40,92	16,47	199,85	Norte Pioneiro
Barra do Jacaré	178,47	178,47	123,54	120,22	55,93	556,82	Norte Pioneiro
Barracão	134,16	107,34	83,65	56,83	59,40	282,55	Sudoeste
Bela Vista da Caroba	142,18	125,35	76,06	59,23	92,51	300,74	Sudoeste
Boa Esperança do Iguaçu	237,72	81,75	160,62	136,23	41,97	494,77	Sudoeste
Bom Jesus do Sul	139,10	98,97	86,75	46,62	42,97	370,79	Sudoeste
Bom Sucesso do Sul	198,48	179,79	113,22	94,53	109,39	413,04	Sudoeste
Cambará	83,86	74,99	58,72	45,09	56,08	264,87	Norte Pioneiro
Capanema	112,63	47,34	74,21	47,99	49,08	269,89	Sudoeste
Carlópolis	113,00	101,40	81,34	70,90	36,11	291,03	Norte Pioneiro
Chopinzinho	187,01	84,82	119,56	56,49	82,32	366,79	Sudoeste
Congonhinhas	109,37	97,81	71,15	39,64	78,42	257,22	Norte Pioneiro
Conselheiro Mairinck	169,67	168,15	146,71	146,71	38,78	368,78	Norte Pioneiro
Cornélio Procópio	113,59	74,60	56,23	54,05	61,30	293,96	Norte Pioneiro
Coronel Vivida	109,41	79,13	62,77	40,84	45,20	218,22	Sudoeste
Cruzeiro do Iguaçu	237,25	163,70	103,27	103,27	48,38	375,50	Sudoeste
Curiúva	127,23	58,82	40,34	20,14	21,23	172,98	Norte Pioneiro
Dois Vizinhos	137,48	137,48	45,51	45,51	58,36	231,04	Sudoeste
Enéas Marques	184,09	131,30	103,55	71,52	75,21	375,63	Sudoeste
Figueira	118,61	82,87	49,68	2,33	26,18	234,75	Norte Pioneiro
Flor da Serra do Sul	164,44	146,55	83,09	65,20	86,64	383,34	Sudoeste
Francisco Beltrão	114,86	13,16	143,32	41,62	84,06	253,79	Sudoeste
Guapirama	175,54	98,64	70,31	70,31	32,04	322,20	Norte Pioneiro
Ibaiti	104,39	75,04	28,79	22,19	26,84	198,37	Norte Pioneiro
Itambaracá	91,14	83,58	83,37	53,73	7,95	245,86	Norte Pioneiro
Itapejara d'Oeste	116,71	96,92	83,76	63,96	75,67	279,36	Sudoeste
Jaboti	110,82	110,82	85,91	55,23	53,58	298,90	Norte Pioneiro
Jacarezinho	87,71	81,85	62,18	43,52	14,70	182,63	Norte Pioneiro
Japira	134,40	131,32	94,84	94,84	81,20	308,43	Norte Pioneiro
Jataizinho	111,21	89,69	108,21	87,63	28,21	190,51	Norte Pioneiro
Joaquim Távora	104,69	51,98	48,04	48,04	87,36	238,51	Norte Pioneiro
Jundiá do Sul	165,50	105,91	78,65	51,12	38,62	335,01	Norte Pioneiro
Leópolis	268,76	210,77	56,18	54,32	13,06	388,34	Norte Pioneiro
Manfrinópolis	147,64	116,15	68,43	50,87	48,77	309,79	Sudoeste
Mariópolis	153,77	153,77	117,73	117,73	109,72	349,74	Sudoeste
Marmeleiro	113,28	65,26	49,49	28,66	81,74	305,95	Sudoeste
Nova América da Colina	236,97	172,85	33,98	33,98	19,87	416,64	Norte Pioneiro
Nova Esperança do Sudoeste	134,46	79,35	97,01	63,50	101,98	364,93	Sudoeste
Nova Fátima	122,49	100,99	67,33	57,85	4,70	214,32	Norte Pioneiro

TABELA A.1.3 - GASTOS *PER CAPITA* POR FINALIDADE E INVESTIMENTO *PER CAPITA* PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO - 2000

							conclusão
MUNICÍPIO	EDUCAÇÃO (%)	EDUCAÇÃO S/ FUNDEF (%)	SAÚDE (%)	SAÚDE S/ SUS (%)	INVEST. (%)	DEMAIS GASTOS (%)	MESORREGIÃO
Nova Prata do Iguaçu	149,89	109,89	61,03	47,10	81,15	360,91	Sudoeste
Nova Santa Bárbara	140,99	135,44	112,55	79,04	15,89	284,78	Norte Pioneiro
Pato Branco	115,44	96,48	207,45	207,45	31,08	246,38	Sudoeste
Pérola d'Oeste	162,46	134,75	73,54	49,40	41,82	333,20	Sudoeste
Pinhal de São Bento	192,62	76,60	84,73	67,38	95,13	487,83	Sudoeste
Pinhalão	111,90	97,69	72,91	47,77	33,80	217,54	Norte Pioneiro
Planalto	105,33	85,71	54,13	30,65	41,94	241,68	Sudoeste
Pranchita	152,95	134,55	84,03	65,63	45,70	329,67	Sudoeste
Quatiguá	142,73	89,59	58,95	35,70	35,65	243,92	Norte Pioneiro
Rancho Alegre	200,59	142,99	56,33	56,33	13,76	355,06	Norte Pioneiro
Realeza	113,18	76,85	55,19	32,53	84,00	290,20	Sudoeste
Renascença	127,71	78,94	72,59	51,63	91,98	343,44	Sudoeste
Ribeirão Claro	127,04	74,98	73,34	46,89	28,25	296,62	Norte Pioneiro
Ribeirão do Pinhal	90,62	88,50	53,59	41,45	11,30	200,83	Norte Pioneiro
Salgado Filho	153,64	151,19	56,23	56,23	53,43	408,09	Sudoeste
Salto do Itararé	105,86	98,88	95,59	64,39	16,09	216,47	Norte Pioneiro
Salto do Lontra	112,67	85,27	26,57	26,57	46,73	229,30	Sudoeste
Santa Amélia	131,68	68,78	55,16	35,81	17,18	316,84	Norte Pioneiro
Santa Cecília do Pavão	219,95	158,79	154,39	152,69	73,89	295,60	Norte Pioneiro
Santa Izabel do Oeste	115,12	76,79	86,10	47,77	53,57	288,25	Sudoeste
Santa Mariana	166,76	115,94	79,40	47,97	14,00	281,69	Norte Pioneiro
Santo Antônio da Platina	116,51	59,07	90,92	77,32	38,52	213,68	Norte Pioneiro
Santo Antônio do Paraíso	279,75	231,06	123,21	94,43	16,83	441,60	Norte Pioneiro
São Jerônimo da Serra	135,96	52,09	83,05	54,38	12,69	155,92	Norte Pioneiro
São João	198,36	185,45	64,29	51,38	36,71	261,17	Sudoeste
São Jorge d'Oeste	179,53	158,88	126,06	105,42	184,24	506,41	Sudoeste
São José da Boa Vista	115,29	112,84	91,75	76,58	14,74	240,98	Norte Pioneiro
São Sebastião da Amoreira	131,73	100,67	128,49	101,30	77,27	241,76	Norte Pioneiro
Sapopema	149,74	128,26	76,87	37,48	51,59	275,86	Norte Pioneiro
Saudade do Iguaçu	217,35	164,45	82,34	50,64	116,00	448,42	Sudoeste
Sertaneja	240,41	191,23	88,70	88,70	48,75	396,68	Norte Pioneiro
Siqueira Campos	126,27	73,65	21,34	21,34	52,10	178,27	Norte Pioneiro
Sulina	187,21	140,28	89,02	68,09	52,65	403,93	Sudoeste
Tomazina	110,78	96,31	42,31	27,17	28,10	199,22	Norte Pioneiro
Uraí	90,95	85,48	45,03	27,09	5,99	177,78	Norte Pioneiro
Verê	171,52	139,33	74,23	42,04	43,90	284,46	Sudoeste
Vitorino	138,96	83,84	99,75	70,84	97,15	322,45	Sudoeste
Wenceslau Braz	82,99	62,67	41,37	19,48	56,50	206,69	Norte Pioneiro

FONTE: STN

NOTAS: Os municípios estão ordenados por ordem alfabética.

Os investimentos possuem classificação distinta das demais, podendo seus valores estar presentes em qualquer outra despesa por finalidade.

TABELA A.1.4 - GASTOS RELATIVOS POR FINALIDADE E INVESTIMENTO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO - 2000

continua

MUNICÍPIO	EDUCAÇÃO (%)	EDUCAÇÃO S/ FUNDEF (%)	SAÚDE (%)	SAÚDE S/ SUS (%)	INVEST. (%)	DEMAIS GASTOS (%)	MESORREGIÃO
Abatiá	39,6	24,4	3,9	3,9	2,2	56,5	Norte Pioneiro
Ampére	24,4	20,5	16,7	11,9	15,3	58,9	Sudoeste
Andirá	23,1	20,9	16,3	12,7	12,1	60,6	Norte Pioneiro
Assaí	30,8	21,8	18,6	13,2	6,5	50,6	Norte Pioneiro
Bandeirantes	24,9	18,6	12,8	12,8	5,1	62,4	Norte Pioneiro
Barra do Jacaré	20,8	20,8	14,4	14,0	6,5	64,8	Norte Pioneiro
Barracão	26,8	19,2	16,7	11,4	11,9	56,5	Sudoeste
Bela Vista da Caroba	27,4	14,4	14,7	11,4	17,8	57,9	Sudoeste
Boa Esperança do Iguaçu	26,6	11,9	18,0	15,3	4,7	55,4	Sudoeste
Bom Jesus do Sul	23,3	22,2	14,5	7,8	7,2	62,1	Sudoeste
Bom Sucesso do Sul	27,4	27,4	15,6	13,0	15,1	57,0	Sudoeste
Cambará	20,6	18,4	14,4	11,1	13,8	65,0	Norte Pioneiro
Capanema	24,7	12,6	16,2	10,5	10,7	59,1	Sudoeste
Carlópolis	23,3	20,9	16,8	14,6	7,4	60,0	Norte Pioneiro
Chopinzinho	27,8	18,7	17,8	8,4	12,2	54,5	Sudoeste
Congonhinhas	25,0	22,3	16,3	9,1	17,9	58,8	Norte Pioneiro
Conselheiro Mairinck	24,8	24,5	21,4	21,4	5,7	53,8	Norte Pioneiro
Cornélio Procópio	24,5	16,1	12,1	11,7	13,2	63,4	Norte Pioneiro
Coronel Vivida	28,0	22,8	16,1	10,5	11,6	55,9	Sudoeste
Cruzeiro do Iguaçu	33,1	22,9	14,4	14,4	6,8	52,4	Sudoeste
Curiúva	37,4	17,3	11,8	5,9	6,2	50,8	Norte Pioneiro
Dois Vizinhos	33,2	20,3	11,0	11,0	14,1	55,8	Sudoeste
Enéas Marques	27,8	18,6	15,6	10,8	11,3	56,6	Sudoeste
Figueira	29,4	20,6	12,3	0,6	6,5	58,2	Norte Pioneiro
Flor da Serra do Sul	26,1	24,5	13,2	10,3	13,7	60,8	Sudoeste
Francisco Beltrão	22,4	11,7	28,0	8,1	16,4	49,6	Sudoeste
Guapirama	30,9	17,4	12,4	12,4	5,6	56,7	Norte Pioneiro
Ibaiti	31,5	22,6	8,7	6,7	8,1	59,8	Norte Pioneiro
Itambaracá	21,7	19,9	19,8	12,8	1,9	58,5	Norte Pioneiro
Itapejara d'Oeste	24,3	23,6	17,5	13,3	15,8	58,2	Sudoeste
Jaboti	22,4	22,4	17,3	11,1	10,8	60,3	Norte Pioneiro
Jacarezinho	26,4	24,6	18,7	13,1	4,4	54,9	Norte Pioneiro
Japira	25,0	24,4	17,6	17,6	15,1	57,4	Norte Pioneiro
Jataizinho	27,1	21,9	26,4	21,4	6,9	46,5	Norte Pioneiro
Joaquim Távora	26,8	13,3	12,3	12,3	22,3	61,0	Norte Pioneiro
Jundiá do Sul	28,6	18,3	13,6	8,8	6,7	57,8	Norte Pioneiro
Leópolis	37,7	29,5	7,9	7,6	1,8	54,4	Norte Pioneiro
Manfrinópolis	28,1	14,9	13,0	9,7	9,3	58,9	Sudoeste
Mariópolis	24,8	24,7	19,0	19,0	17,7	56,3	Sudoeste
Marmeleiro	24,2	12,5	10,6	6,1	17,4	65,3	Sudoeste
Nova América da Colina	34,5	25,1	4,9	4,9	2,9	60,6	Norte Pioneiro
Nova Esperança do Sudoeste	22,5	12,4	16,3	10,6	17,1	61,2	Sudoeste
Nova Fátima	30,3	25,0	16,7	14,3	1,2	53,0	Norte Pioneiro
Nova Prata do Iguaçu	26,2	15,8	10,7	8,2	14,2	63,1	Sudoeste
Nova Santa Bárbara	26,2	25,2	20,9	14,7	3,0	52,9	Norte Pioneiro

Pato Branco 20,3 16,9 36,4 36,4 5,5 43,3 Sudoeste
TABELA A.1.4 - GASTOS RELATIVOS POR FINALIDADE E INVESTIMENTO PARA AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO - 2000

conclusão

MUNICÍPIO	EDUCAÇÃO (%)	EDUCAÇÃO S/ FUNDEF (%)	SAÚDE (%)	SAÚDE S/ SUS (%)	INVEST. (%)	DEMAIS GASTOS (%)	MESORREGIÃO
Pérola d'Oeste	28,5	27,9	12,9	8,7	7,3	58,5	Sudoeste
Pinhal de São Bento	25,2	12,3	11,1	8,8	12,4	63,8	Sudoeste
Pinhalão	27,8	24,3	18,1	11,9	8,4	54,1	Norte Pioneiro
Planalto	26,3	13,3	13,5	7,6	10,5	60,2	Sudoeste
Pranchita	27,0	24,1	14,8	11,6	8,1	58,2	Sudoeste
Quatiguá	32,0	20,1	13,2	8,0	8,0	54,7	Norte Pioneiro
Rancho Alegre	32,8	23,4	9,2	9,2	2,2	58,0	Norte Pioneiro
Realeza	24,7	13,3	12,0	7,1	18,3	63,3	Sudoeste
Renascença	23,5	11,9	13,4	9,5	16,9	63,2	Sudoeste
Ribeirão Claro	25,6	15,1	14,8	9,4	5,7	59,7	Norte Pioneiro
Ribeirão do Pinhal	26,3	25,6	15,5	12,0	3,3	58,2	Norte Pioneiro
Salgado Filho	24,9	24,5	9,1	9,1	8,6	66,0	Sudoeste
Salto do Itararé	25,3	23,7	22,9	15,4	3,9	51,8	Norte Pioneiro
Salto do Lontra	30,6	23,1	7,2	7,2	12,7	62,2	Sudoeste
Santa Amélia	26,1	13,7	11,0	7,1	3,4	62,9	Norte Pioneiro
Santa Cecília do Pavão	32,8	23,7	23,0	22,8	11,0	44,1	Norte Pioneiro
Santa Izabel do Oeste	23,5	11,4	17,6	9,8	10,9	58,9	Sudoeste
Santa Mariana	31,6	22,0	15,0	9,1	2,7	53,4	Norte Pioneiro
Santo Antônio da Platina	27,7	14,0	21,6	18,4	9,1	50,7	Norte Pioneiro
Santo Antônio do Paraíso	33,1	27,4	14,6	11,2	2,0	52,3	Norte Pioneiro
São Jerônimo da Serra	36,3	13,9	22,2	14,5	3,4	41,6	Norte Pioneiro
São João	37,9	26,1	12,3	9,8	7,0	49,9	Sudoeste
São Jorge d'Oeste	22,1	21,3	15,5	13,0	22,7	62,4	Sudoeste
São José da Boa Vista	25,7	25,2	20,5	17,1	3,3	53,8	Norte Pioneiro
São Sebastião da Amoreira	26,2	20,1	25,6	20,2	15,4	48,2	Norte Pioneiro
Sapopema	29,8	25,5	15,3	7,5	10,3	54,9	Norte Pioneiro
Saudade do Iguaçu	29,1	19,9	11,0	6,8	15,5	59,9	Sudoeste
Sertaneja	33,1	26,3	12,2	12,2	6,7	54,7	Norte Pioneiro
Siqueira Campos	38,7	22,6	6,5	6,5	16,0	54,7	Norte Pioneiro
Sulina	27,5	15,2	13,1	10,0	7,7	59,4	Sudoeste
Tomazina	31,4	27,3	12,0	7,7	8,0	56,5	Norte Pioneiro
Uraí	29,0	27,2	14,4	8,6	1,9	56,7	Norte Pioneiro
Verê	32,3	21,2	14,0	7,9	8,3	53,7	Sudoeste
Vitorino	24,8	13,6	17,8	12,6	17,3	57,5	Sudoeste
Wenceslau Braz	25,1	18,9	12,5	5,9	17,1	62,4	Norte Pioneiro

FONTE: STN

NOTAS: Os municípios estão classificados por ordem alfabética.

A soma das colunas educação, saúde e demais gastos é sempre de 100%.

Os investimentos possuem classificação distinta das demais, podendo seus valores estarem presentes em qualquer outra despesa por finalidade.

TABELA A.1.5 - TRANSFERÊNCIAS *PER CAPITA* DO FPM E DA COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO - 2000

continua

MUNICÍPIO	FPM	ICMS	FPM MAIS ICMS	MESORREGIÃO
Abatiá	227,48	73,48	300,96	Norte Pioneiro
Ampére	150,18	90,90	241,08	Sudoeste
Andirá	130,09	111,74	241,83	Norte Pioneiro
Assaí	156,17	99,84	256,01	Norte Pioneiro
Bandeirantes	106,94	85,38	192,32	Norte Pioneiro
Barra do Jacaré	517,47	204,02	721,49	Norte Pioneiro
Barracão	216,92	58,73	275,65	Sudoeste
Bela Vista da Caroba	265,98	81,41	347,40	Sudoeste
Boa Esperança do Iguaçu	452,28	151,93	604,21	Sudoeste
Bom Jesus do Sul	339,21	83,79	423,00	Sudoeste
Bom Sucesso do Sul	415,41	184,87	600,28	Sudoeste
Cambará	144,58	95,81	240,39	Norte Pioneiro
Capanema	140,58	94,84	235,42	Sudoeste
Carlópolis	156,74	131,17	287,90	Norte Pioneiro
Chopinzinho	124,81	162,33	287,14	Sudoeste
Congonhinhas	179,48	109,19	288,66	Norte Pioneiro
Conselheiro Mairinck	406,89	113,61	520,51	Norte Pioneiro
Cornélio Procópio	80,55	81,17	161,73	Norte Pioneiro
Coronel Vivida	130,61	94,20	224,81	Sudoeste
Cruzeiro do Iguaçu	320,68	200,59	521,27	Sudoeste
Curiúva	123,76	52,23	175,98	Norte Pioneiro
Dois Vizinhos	128,36	111,47	239,84	Sudoeste
Enéas Marques	301,02	113,32	414,34	Sudoeste
Figueira	166,88	53,93	220,81	Norte Pioneiro
Flor da Serra do Sul	278,53	189,55	468,08	Sudoeste
Francisco Beltrão	72,31	71,86	144,18	Sudoeste
Guapirama	294,42	146,22	440,64	Norte Pioneiro
Ibaiti	117,75	87,94	205,69	Norte Pioneiro
Itambaracá	197,96	105,17	303,13	Norte Pioneiro
Itapejara d'Oeste	164,62	136,26	300,89	Sudoeste
Jaboti	306,99	78,21	385,19	Norte Pioneiro
Jacarezinho	97,27	93,95	191,22	Norte Pioneiro
Japira	287,51	109,10	396,60	Norte Pioneiro
Jataizinho	170,14	64,33	234,47	Norte Pioneiro
Joaquim Távora	129,65	70,21	199,86	Norte Pioneiro
Jundiá do Sul	365,93	94,64	460,57	Norte Pioneiro
Leópolis	317,36	203,52	520,88	Norte Pioneiro
Manfrinópolis	315,02	78,93	393,95	Sudoeste
Mariópolis	234,18	223,79	457,97	Sudoeste
Marmeleiro	145,94	99,05	244,99	Sudoeste
Nova América da Colina	393,05	158,17	551,23	Norte Pioneiro
Nova Esperança do Sudoeste	254,10	119,06	373,16	Sudoeste
Nova Fátima	181,61	96,60	278,21	Norte Pioneiro
Nova Prata do Iguaçu	178,11	87,25	265,36	Sudoeste

TABELA A.1.5 - TRANSFERÊNCIAS *PER CAPITA* DO FPM E DA COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO - 2000

				conclusão
MUNICÍPIO	FPM	ICMS	FPM MAIS ICMS	MESORREGIÃO
Nova Santa Bárbara	389,61	82,27	471,87	Norte Pioneiro
Pato Branco	90,57	84,92	175,49	Sudoeste
Pérola d'Oeste	273,46	94,55	368,01	Sudoeste
Pinhal de São Bento	467,86	80,79	548,65	Sudoeste
Pinhalão	226,65	85,39	312,04	Norte Pioneiro
Planalto	156,35	87,58	243,93	Sudoeste
Pranchita	282,44	129,23	411,66	Sudoeste
Quatiguá	209,00	87,65	296,65	Norte Pioneiro
Rancho Alegre	335,73	171,71	507,44	Norte Pioneiro
Realeza	137,67	73,62	211,29	Sudoeste
Renascença	184,23	151,71	335,94	Sudoeste
Ribeirão Claro	150,80	109,22	260,02	Norte Pioneiro
Ribeirão do Pinhal	175,29	51,83	227,11	Norte Pioneiro
Salgado Filho	376,74	89,19	465,93	Sudoeste
Salto do Itararé	253,93	71,94	325,88	Norte Pioneiro
Salto do Lontra	170,78	90,32	261,09	Sudoeste
Santa Amélia	271,77	73,90	345,68	Norte Pioneiro
Santa Cecília do Pavão	346,72	84,18	430,90	Norte Pioneiro
Santa Izabel do Oeste	158,13	94,17	252,30	Sudoeste
Santa Mariana	161,74	131,55	293,29	Norte Pioneiro
Santo Antônio da Platina	68,66	37,52	106,18	Norte Pioneiro
Santo Antônio do Paraíso	505,04	193,53	698,57	Norte Pioneiro
São Jerônimo da Serra	127,29	65,39	192,69	Norte Pioneiro
São João	194,40	152,32	346,72	Sudoeste
São Jorge d'Oeste	216,08	253,15	469,23	Sudoeste
São José da Boa Vista	252,17	80,88	333,05	Norte Pioneiro
São Sebastião da Amoreira	165,04	127,83	292,87	Norte Pioneiro
Sapopema	219,48	78,38	297,87	Norte Pioneiro
Saudade do Iguaçu	262,69	122,71	385,40	Sudoeste
Sertaneja	216,08	263,22	479,31	Norte Pioneiro
Siqueira Campos	156,56	79,91	236,46	Norte Pioneiro
Sulina	327,29	140,67	467,96	Sudoeste
Tomazina	177,19	77,06	254,25	Norte Pioneiro
Uraí	162,28	57,86	220,14	Norte Pioneiro
Verê	201,66	138,64	340,29	Sudoeste
Vitorino	190,42	142,23	332,65	Sudoeste
Wenceslau Braz	141,38	55,73	197,10	Norte Pioneiro

FONTE: STN

NOTA: Os municípios estão classificados por ordem alfabética.

TABELA A.1.6 - PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS SOBRE O TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS E DAS RECEITAS PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO - 2000

continua

MUNICÍPIO	FPM SOBRE TRANSF.	FPM SOBRE RECEITA	ICMS SOBRE TRANSF.	ICMS SOBRE RECEITA	FPM + ICMS SOBRE TRANSF.	FPM + ICMS SOBRE RECEITA	MESORREGIÃO
Abatiá	0,6190	0,5966	0,1999	0,1927	0,8189	0,7893	Norte Pioneiro
Ampére	0,4821	0,3809	0,2918	0,2306	0,7739	0,6115	Sudoeste
Andirá	0,4168	0,3087	0,3580	0,2651	0,7748	0,5738	Norte Pioneiro
Assaí	0,4421	0,3515	0,2826	0,2247	0,7247	0,5762	Norte Pioneiro
Bandeirantes	0,3826	0,3300	0,3054	0,2634	0,6880	0,5934	Norte Pioneiro
Barra do Jacaré	0,6055	0,5730	0,2387	0,2259	0,8443	0,7990	Norte Pioneiro
Barracão	0,5147	0,4267	0,1393	0,1155	0,6540	0,5423	Sudoeste
Bela Vista da Caroba	0,5018	0,4699	0,1536	0,1438	0,6554	0,6138	Sudoeste
Boa Esperança do Iguaçu	0,5669	0,5208	0,1904	0,1750	0,7573	0,6958	Sudoeste
Bom Jesus do Sul	0,6197	0,5444	0,1531	0,1345	0,7728	0,6789	Sudoeste
Bom Sucesso do Sul	0,6242	0,5713	0,2778	0,2543	0,9019	0,8256	Sudoeste
Cambará	0,4574	0,3773	0,3031	0,2500	0,7606	0,6274	Norte Pioneiro
Capanema	0,3929	0,3017	0,2651	0,2035	0,6580	0,5052	Sudoeste
Carlópolis	0,4109	0,3308	0,3439	0,2768	0,7548	0,6076	Norte Pioneiro
Chopinzinho	0,2674	0,2109	0,3478	0,2743	0,6152	0,4853	Sudoeste
Congonhinhas	0,4870	0,4010	0,2963	0,2439	0,7833	0,6449	Norte Pioneiro
Conselheiro Mairinck	0,6770	0,5822	0,1890	0,1626	0,8661	0,7448	Norte Pioneiro
Cornélio Procópio	0,2994	0,1693	0,3017	0,1706	0,6012	0,3400	Norte Pioneiro
Coronel Vivida	0,4321	0,2806	0,3116	0,2024	0,7437	0,4830	Sudoeste
Cruzeiro do Iguaçu	0,4989	0,4160	0,3121	0,2602	0,8110	0,6762	Sudoeste
Curiúva	0,4247	0,3522	0,1792	0,1486	0,6040	0,5008	Norte Pioneiro
Dois Vizinhos	0,3880	0,2905	0,3370	0,2522	0,7250	0,5427	Sudoeste
Enéas Marques	0,5584	0,4675	0,2102	0,1760	0,7687	0,6434	Sudoeste
Figueira	0,5050	0,4422	0,1632	0,1429	0,6682	0,5851	Norte Pioneiro
Flor da Serra do Sul	0,5077	0,4291	0,3455	0,2920	0,8532	0,7211	Sudoeste
Francisco Beltrão	0,2065	0,1400	0,2052	0,1391	0,4117	0,2791	Sudoeste
Guapirama	0,5463	0,5290	0,2713	0,2627	0,8176	0,7917	Norte Pioneiro
Ibaiti	0,3843	0,3156	0,2870	0,2357	0,6713	0,5514	Norte Pioneiro
Itambaracá	0,5211	0,4772	0,2768	0,2535	0,7979	0,7307	Norte Pioneiro
Itapejara d'Oeste	0,4271	0,3734	0,3535	0,3091	0,7807	0,6824	Sudoeste
Jaboti	0,6620	0,6360	0,1686	0,1620	0,8306	0,7981	Norte Pioneiro
Jacarezinho	0,3804	0,2719	0,3674	0,2626	0,7478	0,5345	Norte Pioneiro
Japira	0,5670	0,5181	0,2152	0,1966	0,7822	0,7146	Norte Pioneiro
Jataizinho	0,5777	0,4396	0,2184	0,1662	0,7961	0,6059	Norte Pioneiro
Joaquim Távora	0,4750	0,3922	0,2572	0,2124	0,7322	0,6046	Norte Pioneiro
Jundiá do Sul	0,5775	0,5351	0,1494	0,1384	0,7269	0,6735	Norte Pioneiro
Leópolis	0,4973	0,4688	0,3189	0,3006	0,8163	0,7694	Norte Pioneiro
Manfrinópolis	0,6057	0,5122	0,1517	0,1283	0,7574	0,6405	Sudoeste
Mariópolis	0,4297	0,3820	0,4107	0,3650	0,8404	0,7470	Sudoeste
Marmeleiro	0,4120	0,3157	0,2796	0,2142	0,6917	0,5299	Sudoeste
Nova América da Colina	0,5856	0,5714	0,2357	0,2299	0,8212	0,8014	Norte Pioneiro
Nova Esperança do Sudoeste	0,5053	0,4440	0,2368	0,2080	0,7420	0,6520	Sudoeste

TABELA A.1.6 - PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS SOBRE O TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS E DAS RECEITAS PARA OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO - 2000

							conclusão
MUNICÍPIO	FPM SOBRE TRANSF.	FPM SOBRE RECEITA	ICMS SOBRE TRANSF.	ICMS SOBRE RECEITA	FPM + ICMS SOBRE TRANSF.	FPM + ICMS SOBRE RECEITA	MESORREGIÃO
Nova Fátima	0,4972	0,4615	0,2645	0,2455	0,7616	0,7069	Norte Pioneiro
Nova Prata do Iguaçu	0,4705	0,3609	0,2305	0,1768	0,7009	0,5377	Sudoeste
Nova Santa Bárbara	0,7426	0,6757	0,1568	0,1427	0,8994	0,8184	Norte Pioneiro
Pato Branco	0,2122	0,1650	0,1990	0,1547	0,4111	0,3197	Sudoeste
Pérola d'Oeste	0,6305	0,5616	0,2180	0,1942	0,8486	0,7557	Sudoeste
Pinhal de São Bento	0,6336	0,6165	0,1094	0,1065	0,7431	0,7230	Sudoeste
Pinhalão	0,5957	0,5424	0,2244	0,2044	0,8201	0,7468	Norte Pioneiro
Planalto	0,4220	0,3586	0,2364	0,2009	0,6583	0,5595	Sudoeste
Pranchita	0,5566	0,5088	0,2547	0,2328	0,8113	0,7416	Sudoeste
Quatiguá	0,4995	0,4146	0,2095	0,1739	0,7090	0,5885	Norte Pioneiro
Rancho Alegre	0,5404	0,5017	0,2764	0,2566	0,8167	0,7583	Norte Pioneiro
Realeza	0,4285	0,3453	0,2291	0,1846	0,6576	0,5299	Sudoeste
Renascença	0,3866	0,3190	0,3184	0,2627	0,7050	0,5816	Sudoeste
Ribeirão Claro	0,3226	0,2802	0,2337	0,2029	0,5563	0,4831	Norte Pioneiro
Ribeirão do Pinhal	0,6268	0,5555	0,1853	0,1643	0,8121	0,7198	Norte Pioneiro
Salgado Filho	0,7191	0,6721	0,1702	0,1591	0,8894	0,8312	Sudoeste
Salto do Itararé	0,6314	0,5692	0,1789	0,1613	0,8102	0,7304	Norte Pioneiro
Salto do Lontra	0,5325	0,4564	0,2816	0,2414	0,8141	0,6978	Sudoeste
Santa Amélia	0,5701	0,4563	0,1550	0,1241	0,7251	0,5804	Norte Pioneiro
Santa Cecília do Pavão	0,6036	0,5373	0,1466	0,1305	0,7502	0,6678	Norte Pioneiro
Santa Izabel do Oeste	0,3795	0,3271	0,2260	0,1948	0,6055	0,5219	Sudoeste
Santa Mariana	0,4088	0,3437	0,3325	0,2795	0,7413	0,6232	Norte Pioneiro
Santo Antônio da Platina	0,3273	0,1758	0,1789	0,0960	0,5062	0,2718	Norte Pioneiro
Santo Antônio do Paraíso	0,6018	0,5372	0,2306	0,2059	0,8324	0,7431	Norte Pioneiro
São Jerônimo da Serra	0,3764	0,3381	0,1934	0,1737	0,5698	0,5118	Norte Pioneiro
São João	0,3763	0,3334	0,2949	0,2612	0,6712	0,5946	Sudoeste
São Jorge d'Oeste	0,3923	0,2856	0,4596	0,3346	0,8519	0,6202	Sudoeste
São José da Boa Vista	0,6079	0,5338	0,1950	0,1712	0,8029	0,7050	Norte Pioneiro
São Sebastião da Amoreira	0,3778	0,3251	0,2926	0,2518	0,6705	0,5769	Norte Pioneiro
Sapopema	0,5488	0,4315	0,1960	0,1541	0,7448	0,5857	Norte Pioneiro
Saudade do Iguaçu	0,5067	0,4011	0,2367	0,1874	0,7434	0,5885	Sudoeste
Sertaneja	0,3572	0,2800	0,4351	0,3410	0,7924	0,6210	Norte Pioneiro
Siqueira Campos	0,4965	0,4601	0,2534	0,2348	0,7499	0,6949	Norte Pioneiro
Sulina	0,5346	0,4253	0,2298	0,1828	0,7643	0,6081	Sudoeste
Tomazina	0,5720	0,5484	0,2488	0,2385	0,8208	0,7869	Norte Pioneiro
Uraí	0,5799	0,5215	0,2068	0,1859	0,7867	0,7075	Norte Pioneiro
Verê	0,4345	0,3852	0,2987	0,2648	0,7332	0,6500	Sudoeste
Vitorino	0,4046	0,3633	0,3022	0,2714	0,7068	0,6347	Sudoeste
Wenceslau Braz	0,5207	0,4173	0,2053	0,1645	0,7260	0,5818	Norte Pioneiro

FONTE: STN

NOTA: Os municípios estão classificados por ordem alfabética.

APÊNDICE 2 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON

QUADRO A.2.1 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE- 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
N E ⁽¹⁰⁾	(A) 0,00	(A) 0,62	(A) 0,00	(B) 0,00	(B) 0,00	(B) 0,01	(B) 0,05	(B) 0,00	(B) 0,00
N S ⁽¹¹⁾	(A) 0,64	(A) 0,68	(A) 0,52	(B) 0,92	(B) 0,78	(B) 0,78	(B) 0,60	(B) 0,94	(B) 0,72

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Necessidade em educação.

(11) Necessidade em saúde.

QUADRO A.2.2 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
G pc E ⁽¹⁰⁾	(C) 0,00	(C) 0,00	(C) 0,00	(E) 0,00	(E) 0,00	(E) 0,33	(E) 0,07	(E) 0,00	(E) 0,00
G pc S ⁽¹¹⁾	(C) 0,06	(C) 0,00	(C) 0,01	(E) 0,69	(E) 0,98	(E) 0,77	(E) 0,50	(E) 0,99	(E) 0,63
G pc DG ⁽¹²⁾	(C) 0,00	(C) 0,00	(C) 0,00	(E) 0,01	(E) 0,00	(E) 0,45	(E) 0,88	(E) 0,01	(E) 0,00
G r E ⁽¹³⁾	(D) 0,20	(D) 0,03	(D) 0,07	(F) 0,09	(F) 0,11	(F) 0,04	(F) 0,02	(F) 0,00	(F) 0,01
G r S ⁽¹⁴⁾	(D) 0,96	(D) 0,07	(D) 0,54	(F) 0,15	(F) 0,28	(F) 0,44	(F) 0,34	(F) 0,34	(F) 0,57
G r DG ⁽¹⁵⁾	(D) 0,02	(D) 0,62	(D) 0,10	(F) 0,00	(F) 0,00	(F) 0,62	(F) 0,86	(F) 0,00	(F) 0,00

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definida ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Gasto *per capita* em educação, excluído o FUNDEF.

(11) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(12) Demais gastos *per capita*.

(13) Gastos relativos em educação, excluído o FUNDEF.

(14) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(15) Demais gastos relativos.

QUADRO A.2.3 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E DA COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
I pc ⁽¹⁰⁾	(G) 0,11	(G) 0,67	(G) 0,24	(H) 0,39	(H) 0,27	(H) 0,05	(H) 0,09	(H) 0,74	(H) 0,76
I rel ⁽¹¹⁾	(G) 0,64	(G) 0,03	(G) 0,22	(H) 0,93	(H) 0,85	(H) 0,12	(H) 0,12	(H) 0,24	(H) 0,50

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definidas ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Investimento *per capita*.

(11) Relativo do investimento.

QUADRO A.2.4 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE - 2000

	G pc E ⁽¹⁾	G pc S ⁽²⁾	G pc DG ⁽³⁾	G r E ⁽⁴⁾	G r S ⁽⁵⁾	G r DG ⁽⁶⁾
N E ⁽⁷⁾	(I) 0,15	(I) 0,26	(I) 0,01	(J) 0,79	(J) 0,01	(J) 0,00
N S ⁽⁸⁾	(I) 0,44	(I) 0,67	(I) 0,17	(J) 0,11	(J) 0,19	(J) 0,40

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definidas ao início da seção 6.1.

(1) Gasto *per capita* em educação, excluído o FUNDEF.

(2) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(3) Demais gastos *per capita*.

(4) Gastos relativos em educação, excluído o FUNDEF.

(5) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(6) Demais gastos relativos.

(7) Necessidade em educação.

(8) Necessidade em saúde.

QUADRO A.2.5 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE- 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
N E ⁽¹⁰⁾	(A) 0,06	(A) 0,10	(A) 0,39	(B) 0,00	(B) 0,00	(B) 0,00	(B) 0,01	(B) 0,57	(B) 0,08
N S ⁽¹¹⁾	(A) 0,79	(A) 0,01	(A) 0,27	(B) 0,24	(B) 0,34	(B) 0,01	(B) 0,01	(B) 0,59	(B) 0,91

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definidas ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias

(10) Necessidade em educação.

(11) Necessidade em saúde.

QUADRO A.2.6 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E COTA-PARTE DO ICMS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
G pc E ⁽¹⁰⁾	(C) 0,00	(C) 0,00	(C) 0,00	(E) 0,00	(E) 0,00	(E) 0,64	(E) 0,12	(E) 0,00	(E) 0,00
G pc S ⁽¹¹⁾	(C) 0,03	(C) 0,00	(C) 0,00	(E) 0,65	(E) 0,90	(E) 0,41	(E) 0,55	(E) 0,16	(E) 0,61
G pc DG ⁽¹²⁾	(C) 0,00	(C) 0,00	(C) 0,00	(E) 0,14	(E) 0,14	(E) 0,57	(E) 0,28	(E) 0,01	(E) 0,04
G r E ⁽¹³⁾	(D) 0,00	(D) 0,02	(D) 0,00	(F) 0,00	(F) 0,00	(F) 0,41	(F) 0,04	(F) 0,00	(F) 0,00
G r S ⁽¹⁴⁾	(D) 0,72	(D) 0,26	(D) 0,48	(F) 0,87	(F) 0,58	(F) 0,34	(F) 0,66	(F) 0,50	(F) 0,81
G r DG ⁽¹⁵⁾	(D) 0,95	(D) 0,32	(D) 0,77	(F) 0,95	(F) 0,95	(F) 0,11	(F) 0,12	(F) 0,26	(F) 0,55

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definidas ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Gasto per capita em educação, excluído o FUNDEF.

(11) Gasto per capita em saúde, excluído o SUS.

(12) Demais gastos *per capita*.

(13) Gastos relativos em educação, excluído o FUNDEF.

(14) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(15) Demais gastos relativos.

QUADRO A.2.7 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE TRANSFERÊNCIAS DO FPM E DA COTA-PARTE DO ICMS COM VARIÁVEIS DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

	T pc F ⁽¹⁾	T pc I ⁽²⁾	T pc F+I ⁽³⁾	r F tr ⁽⁴⁾	r F r ⁽⁵⁾	r I tr ⁽⁶⁾	r I r ⁽⁷⁾	r F+I tr ⁽⁸⁾	r F+I r ⁽⁹⁾
I pc ⁽¹⁰⁾	(G) 0,84	(G) 0,53	(G) 0,90	(H) 0,73	(H) 0,98	(H) 0,11	(H) 0,18	(H) 0,06	(H) 0,47
I rel ⁽¹¹⁾	(G) 0,65	(G) 0,88	(G) 0,81	(H) 0,87	(H) 0,77	(H) 0,24	(H) 0,48	(H) 0,20	(H) 0,89

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

As letras em parênteses representam o tipo de combinação definidas ao início da seção 6.1.

(1) Transferências do FPM *per capita*.

(2) Transferências da cota-parte do ICMS *per capita*.

(3) Transferências do FPM mais da cota-parte do ICMS *per capita*.

(4) Relativo do FPM sobre o total das transferências.

(5) Relativo do FPM sobre o total das receitas orçamentárias.

(6) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(7) Relativo da cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(8) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das transferências.

(9) Relativo do FPM mais cota-parte do ICMS sobre o total das receitas orçamentárias.

(10) Investimento *per capita*.

(11) Investimento relativo.

QUADRO A.2.8 - VALOR P DA CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS DE GASTOS PÚBLICOS COM VARIÁVEIS DE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - 2000

	G pc E ⁽¹⁾	G pc S ⁽²⁾	G pc DG ⁽³⁾	G r E ⁽⁴⁾	G r S ⁽⁵⁾	G r DG ⁽⁶⁾
N E ⁽⁷⁾	(I) 0,63	(I) 0,58	(I) 0,25	(J) 0,28	(J) 0,56	(J) 0,00
N S ⁽⁸⁾	(I) 0,15	(I) 0,18	(I) 0,06	(J) 0,85	(J) 0,46	(J) 0,70

FONTE: O autor

NOTAS: Dados brutos extraídos do STN.

Dados calculados pelo software SAEG v 5.0 / 93.

(1) Gasto *per capita* em educação, excluído o FUNDEF.

(2) Gasto *per capita* em saúde, excluído o SUS.

(3) Demais gastos *per capita*.

(4) Gastos relativos em educação, excluído o FUNDEF.

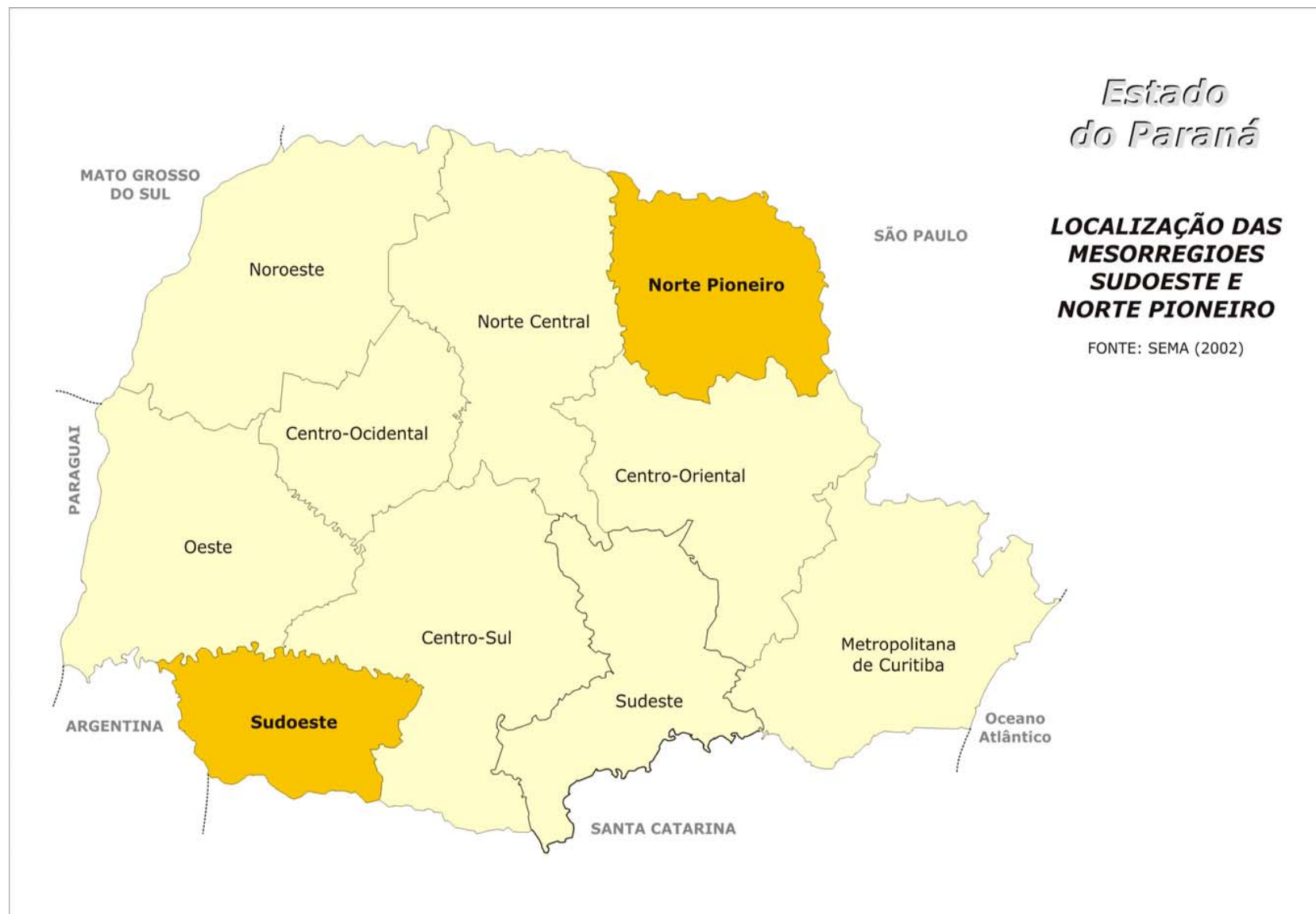
(5) Gastos relativos em saúde, excluído o SUS.

(6) Demais gastos relativos.

(7) Necessidade em educação.

(8) Necessidade em saúde.

**APÊNDICE 3 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA
AS MESORREGIÕES SUDOESTE E NORTE PIONEIRO**



ANEXO 1 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON⁴⁹

O método usualmente conhecido para medir a correlação entre duas variáveis é o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, também conhecido como Coeficiente de Correlação do Momento Produto.

A suposição básica para a utilização deste coeficiente é de que o relacionamento entre as duas variáveis seja linear, ou seja, é adequado para medir o relacionamento linear. Assim, é possível ajustar uma reta da forma $Y = \alpha + \beta X$ aos dados. Neste caso, a correlação é linear simples.

Outra suposição é quanto à normalidade das variáveis envolvidas na análise, principalmente quando se tratar de amostras pequenas. Esta suposição deixa de ser indispensável à medida que o tamanho da amostra aumenta, em razão do teorema central do limite.

Quando as variáveis não atendem à suposição de normalidade é sempre possível fazer algum tipo de transformação de variáveis. As transformações mais comuns são a logarítmica (natural ou base 10) e a raiz quadrada.

O coeficiente de correlação linear de Pearson é invariante quando se utilizam transformações lineares, e quase invariante quando envolve transformações monotônicas.

O coeficiente de correlação populacional entre as variáveis aleatórias X e Y é definido por: $\rho = \rho_{x,y} = \frac{\text{COV}(X,Y)}{\sigma_X \sigma_Y}$

onde: σ_X é o desvio padrão de X;

σ_Y é o desvio padrão de Y;

$\text{COV}(X,Y)$ é a covariância entre X e Y.

A covariância entre as variáveis aleatória X e Y é definida conforme a expressão abaixo:

⁴⁹Esta metodologia foi obtida de: LIRA, Sachiko A. **Análise de correlação**: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações. Curitiba, 2004. 196p. Dissertação (mestrado). Setores de Ciências Exatas e de Tecnologia, UFPR.

$$\text{COV}(X, Y) = E[(X - \mu_X)(Y - \mu_Y)] = E[XY - X\mu_Y - Y\mu_X + \mu_X\mu_Y] = E[XY] - \mu_X\mu_Y$$

onde: $E[XY]$ é a esperança de XY ;

μ_X é a média de X ;

μ_Y é a média de Y .

Quando a correlação linear de Pearson é medida entre variáveis aleatórias provenientes de amostras, utiliza-se o estimador de máxima verossimilhança, conforme expressão a seguir:

$$\hat{\rho} = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{X})(y_i - \bar{Y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{X})^2 \sum_{i=1}^n (y_i - \bar{Y})^2}}$$

onde:

\bar{X} é a média amostral da variável X ;

\bar{Y} é a média amostral da variável Y .

A estatística para testar a hipótese $H_0: \rho = 0$ contra $H_1: \rho \neq 0$ tem distribuição t com $n - 2$ graus de liberdade, ou seja:

$$t = \frac{\hat{\rho}\sqrt{n-2}}{\sqrt{1-\hat{\rho}^2}} \sim t_{n-2}$$

Na prática, o coeficiente de correlação é interpretado como um indicador que descreve a interdependência entre as variáveis X e Y , com a forma $\hat{Y} = \hat{\alpha} + \hat{\beta}X$, onde $\hat{\alpha}$ e $\hat{\beta}$ são constantes.

O coeficiente linear de Pearson é uma medida compreendida entre -1 e $+1$.

A interpretação do coeficiente quando $|\rho| = 1$ é de que existe correlação linear perfeita entre as variáveis X e Y . A correlação é linear perfeita positiva quando $\rho = 1$, e linear perfeita negativa quando $\rho = -1$. Quando se tem $\rho = 0$, não existe correlação linear entre as variáveis X e Y .

Entretanto, na prática ocorrem diferentes valores de ρ ou $\hat{\rho}$. A interpretação do valor do coeficiente de correlação depende muito dos objetivos de sua utilização e das razões pelas quais este é calculado. Segundo Callegari-Jacques (2003, p.90), o coeficiente de correlação pode ser avaliado qualitativamente da seguinte forma:

se $0,00 < |\rho| < 0,30$, existe fraca correlação linear;

se $0,30 \leq |\rho| < 0,60$, existe moderada correlação linear;

se $0,60 \leq |\rho| < 0,90$, existe forte correlação linear;

se $0,90 \leq |\rho| < 1,00$, existe correlação linear muito forte.

A interpretação é a mesma quando se tratar de coeficientes de correlação amostral ($\hat{\rho}$).

ANEXO 2 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO CANÔNICA

Diferentes técnicas de Análise Multivariada foram desenvolvidas para solucionar problemas envolvendo simultaneamente várias variáveis.

Todas as técnicas de Análise Multivariada requerem a utilização de matrizes, uma vez que a questão é analisar um conjunto de p (onde $p \geq 2$) variáveis de n observações. Tem-se, assim, uma matriz de n linhas e p colunas.

A suposição de normalidade das variáveis envolvidas na análise multivariada é a mais importante para a utilização das técnicas multivariadas (HAIR et al., p.70), isto devido principalmente à complexidade das relações analisadas.

Quando as variáveis não atendem a esta suposição, é possível fazer algum tipo de transformação nas variáveis. As mais comumente utilizadas são a logarítmica (base decimal ou natural) e raiz quadrada, devido à facilidade na aplicação.

Dentre as diferentes técnicas de Análise Multivariada, a Análise de Correlação Canônica é uma técnica estatística que possibilita o estudo do relacionamento entre dois conjuntos de variáveis.

A correlação canônica pode ser entendida como uma extensão da análise de regressão múltipla, em que se tem uma variável dependente e duas ou mais independentes. Na correlação canônica existem duas ou mais variáveis dependentes. A equação básica pode ser expressa por:

$$Y_1 + Y_2 + Y_3 + \dots + Y_p = X_1 + X_2 + X_3 + \dots + X_n$$

Esta técnica identifica combinações lineares das variáveis do primeiro conjunto que são altamente correlacionadas com combinações lineares do segundo conjunto.

Tem-se interesse em medir a associação entre os dois grupos de variáveis. O primeiro grupo de p variáveis é representado pelo vetor aleatório \underline{X} ($p \times 1$) e o segundo de q variáveis \underline{Y} ($q \times 1$), sendo $p \leq q$.

Tem-se, para os vetores aleatórios:

$$E(\underline{X}) = \underline{\mu}_1; \text{COV}(\underline{X}) = \underline{\Sigma}_{11}; E(\underline{Y}) = \underline{\mu}_2; \text{COV}(\underline{Y}) = \underline{\Sigma}_{22}; \text{COV}(\underline{X}, \underline{Y}) = \underline{\Sigma}_{12} = \underline{\Sigma}_{21}$$

Sendo a média e covariância da variável X , média e covariância da variável Y e covariância entre as variáveis X e Y .

Sejam as combinações lineares, $U = \underline{c}_1' \underline{X}$ e $V = \underline{c}_2' \underline{Y}$, das variáveis X e Y , respectivamente. O primeiro par de variáveis canônicas são as combinações lineares U_1, V_1 , com variância unitária que maximiza a correlação (1).

$$\text{Corr}(U, V) = \frac{\text{COV}(U, V)}{\sqrt{V(U)V(V)}} = \frac{E[(U - \bar{U})(V - \bar{V})]}{\sqrt{V(U)V(V)}} \quad (1)$$

$$\text{Onde: } E[(U - \bar{U})(V - \bar{V})] = E\left[(U - \underline{c}_1' \underline{\mu}_1)(V - \underline{c}_2' \underline{\mu}_2)\right] = \underline{c}_1' \underline{\Sigma}_{12} \underline{c}_2$$

$$V(U) = V(\underline{c}_1' \underline{X}) = \underline{c}_1' \text{COV}(\underline{X}) \underline{c}_1 = \underline{c}_1' \underline{\Sigma}_{11} \underline{c}_1$$

$$V(V) = V(\underline{c}_2' \underline{Y}) = \underline{c}_2' \text{COV}(\underline{Y}) \underline{c}_2 = \underline{c}_2' \underline{\Sigma}_{22} \underline{c}_2$$

$$\text{Portanto, } \text{Corr}(U, V) = \frac{\underline{c}_1' \underline{\Sigma}_{12} \underline{c}_2}{\sqrt{\underline{c}_1' \underline{\Sigma}_{11} \underline{c}_1 \times \underline{c}_2' \underline{\Sigma}_{22} \underline{c}_2}}$$

O segundo par de variáveis canônicas são as combinações lineares, com variância unitária, que maximiza a correlação (1) entre todas as escolhas que não são correlacionadas com o primeiro par de variáveis canônicas. E assim, até a k -ésima variável canônica.

Desse modo, a correlação entre U_1 e V_1 é dada por: $\text{Corr}(U_1, V_1) = \rho_1^* = \sqrt{\rho_1^{*2}}$.

Da mesma forma até k -ésimas variáveis canônicas, quando se tem:

$$\text{Corr}(U_k, V_k) = \rho_k^* = \sqrt{\rho_k^{*2}}$$

onde ρ_k é o k -ésimo autovalor.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, T. W. **An introduction to multivariate statistical analysis**. New York: J. Wiley & Sons, 1958. 375p.

CHAVES NETO, Anselmo. **Análise multivariada aplicada à pesquisa**. Curitiba: UFPR, 2.º semestre de 2002b. Notas de aula.

HAIR, Joseph F. et alii. **Multivariate data analysis**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998. 745 p.

JOHNSON, Richard A.; WICHERN, Dean W. **Applied multivariate statistical analysis**. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall International, 1988. 607p.

LIRA, Sachiko A. **Análise de Correlação**: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações. Curitiba, 2004. 196 p. Dissertação (mestrado). Setores de Ciências Exatas e de Tecnologia, UFPR.

ANEXO 3 - ARTIGO N.º 18 DA LEI 8.080

Art. 18. À direção municipal do Sistema de Saúde - SUS compete:

- I planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;
- II participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde - SUS, em articulação com sua direção estadual;
- III participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;
- IV executar serviços:
 - a) de vigilância epidemiológica;
 - b) de vigilância sanitária;
 - c) de alimentação e nutrição;
 - d) de saneamento básico; e
 - e) de saúde do trabalhador.
- V dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;
- VI colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;
- VII formar consórcios administrativos intermunicipais;
- VIII gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;
- IX colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;
- X observado o disposto no art. 26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;
- XI controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;
- XII normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação.